Revista Científica Eletrônica

RACE INTERDISCIPLINAR

V. 01/2021

ISSN: 2674-7154

FACULDADE SANTA RITA DE CÁSSIA

EDIÇÃO ESPECIAL 2021 - *ANAIS*

RESUMOS EXPANDIDOS

Itumbiara-GO

APRESENTAÇÃO

O I CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E ENGENHARIAS é um evento acadêmico realizado pela FACULDADE SANTA RITA DE CÁSSIA - UNIFASC e está em sua primeira edição, o evento tem a função de discutir a saúde, a ciência, tecnologia e o meio ambiente através de suas constantes evoluções em seu contexto interdisciplinar. Dessa forma, conta com palestras, minicursos, mesas-redondas e apresentação de trabalhos de modo a propiciar o debate em caráter interdisciplinar. Este evento conta com a iniciativa privada, como forma de fomentar o debate e a formação continuada dos docentes e demais profissionais das diferentes áreas. O tema desta primeira edição é: Ciências, Saúde, Meio Ambiente e Tecnologia.

O evento aconteceu à distância, contou com encontros utilizando ferramentas digitais que permitiram a participação ampla e aberta de todos os interessados. Tivemos encontros temáticos diários de 23 a 27 de novembro. A participação da comunidade foi fundamental para contribuir e fazer desta edição uma rica oportunidade de discussões, reflexões e trocas de experiências sobre a temática.

A proposta do evento foi realizar atividades acadêmicas diversificadas buscando intensificar o tempo de permanência dos participantes. O evento apresentou uma programação de atividades acadêmicas estruturada em palestras, minicursos, mesas-redondas e sessões com apresentação de trabalhos. A programação foi organizada para que as atividades aconteçam em um turno, para que todos os participantes possam extrair o máximo de aproveitamento da programação oferecida.

As palestras foram realizadas por pesquisadores de renome, selecionados previamente pela organização do evento com base no critério de relevância da produção acadêmica e relação direta com as temáticas do evento. Os pesquisadores apresentaram suas experiências e participaram, com o público, de outros momentos de socialização do conhecimento, durante o evento. Todos os trabalhos que avaliados pelos pareceristas estão publicados nos anais deste evento.

Os trabalhos (resumos expandidos) que serão apresentados a seguir contemplam os objetos de estudos que estão relacionados aos conteúdos do Grupo de Trabalho (GT) escolhido, nos quais foram de escolha do participante e estão descritos abaixo:

- Direitos humanos, ciências criminais e a sociedade contemporânea;

- Direitos fundamentais e as relações privadas;

- Prevenção, diagnóstico e biossegurança na área da saúde;

- Saúde mental e bem-estar;

- Terapia e reabilitação;

- Marketing digital;

- Cidades inteligentes;

- Tecnologia na contabilidade;

- Profissão do cientista de contabilidade no século XXI: desafios inerentes;

- Meio ambiente e desenvolvimento.

EQUIPE

Diretora Executiva - Marta Furtado Freire

Diretora Administrativa e Financeira - Marlene Arantes Pereira

Equipe Editorial

Coordenadora Editorial:

Dra. Vanessa Ferreira Silva Arantes, UNIFASC, Campus Itumbiara, Brasil

Conselho Editorial:

Dra. Mansuêmia Alves Couto de Oliveira, IFASC, Campus Itumbiara, Brasil

Dra. Mariana Fonseca, IFASC Campus Itumbiara, Brasil

Editores de Sessão:

Me. Conrado Henrique Nascimento Alves Pereira

Dra. Mariana Fonseca

Dr. André Luiz Duarte Pimentel

Me. Diego Braga

Dra. Simone Ramos Deconte

Dra. Cristiane de Oliveira Bolina

Dra. Nádia Cristina Ribeiro

Me. Otiniel Alencar Bandeira

Mª. Kezia Ribeiro Silva

Me. Allisson Gonçalves Martins

Mª. Andréia Aparecida Borges

Mª. Isabel Cristina de Oliveira

Editores de revisão de Texto:

Nívia Chaves Ribeiro

Saulo Nunes dos Santos

Nadia Cristina Ribeiro

SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS, CIÊNCIAS CRIMINAIS E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....1

ABORTO: UMA GARANTIA FUNDAMENTAL.....2

A REINCIDÊNCIA E OS TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE.....6

ENTENDEU DIREITO.....10

LEI DE DROGAS E ENCARCERAMENTO FEMININO: CONTORNOS DA SELETIVIDADE PENAL...14

DO PATRIARCADO AO FEMINICÍDIO: A violência de gênero e a atuação do Estado ante ao quadro crescente de vítimas. 21

O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E SEU ENFRENTAMENTO NO ÂMBITO NACIONAL.....28

DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS RELAÇÕES PRIVADAS.....31

OS PRINCÍPIOS BASILARES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....32

A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DECORRENTES DA ALIENAÇÃO PARENTAL 35

A RESPONSABILIDADE AVOENGA NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS AOS NETOS 39

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA 42

O DIREITO DO TRABALHO E AS FORMAS DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO PREVISTAS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.....46

ALIENAÇÃO PARENTAL: uma interdisciplinaridade do direito de família e da psicologia 49

PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E BIOSSEGURANÇA NA ÁREA DA SAÚDE 53

PACIENTES HIPERTENSOS NA ODONTOLOGIA.....54

A HARMONIZAÇÃO OROFACIAL: A ODONTOLOGIA DO EQUILIBRIO ESTÉTICO E FUNCIONAL57

CÁRIE DENTÁRIA: OCORRÊNCIA E PREVENÇÃO.....60

A IMPORTÂNCIA ODONTOLÓGICA NO AMBIENTE HOSPITALAR E O PAPEL DO CIRURGIÃO DENTISTA NO TRATAMENTO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS 64

EFEITOS DO USO DE CARVÃO ATIVADO PARA CLAREAMENTO DENTAL.....67

CUIDADOS DA SAÚDE BUCAL NA ODONTOPEDIATRIA.....70

BENEFÍCIOS DO FLÚOR NA SAÚDE BUCAL.....73

CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL.....76

CONHECIMENTO E MÉTODOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA GENGIVITE 80

LENTES DE CONTATO: BENEFICIOS E MALEFICIOS.....83

PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DOENÇA PERIODONTAL.....86

PREMATURIDADE E ALEITAMENTO MATERNO EM UTI NEONATAL 90

RADIAÇÃO IONIZANTE – RISCOS E BENEFÍCIOS 93

BIOSSEGURANÇA X COVID19.....96

ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AOS PACIENTES ACOMETIDOS POR ÚLCERAS VENOSAS ...100

A OBESIDADE INFÂNTIL NO BRASIL: Fatores que causam a doença em crianças e adolescentes 103
CONSCIENTIZAÇÃO DOS PAIS E ADOLESCENTES EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO DA DOR DO CRESCIMENTO 107
BRUXISMO - ANÁLISE DOS DISTURBIOS NA PARASSONIA 110
EFEITOS CAUSADOS PELA DIABETES MELLITUS DO TIPO 1 NO TECIDO ÓSSEO 113
SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR 116
PSICOLOGIA HOSPITALAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA 117
PERFIL DOS IDOSOS NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA 119
TERAPIA E REABILITAÇÃO 122
RISCOS DE ACIDENTES BIOLÓGICOS COM ENFERMEIROS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ..123
MARKETING DIGITAL 127
O PODER DE INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR 128
MARKETING DIGITAL EM MEIO A PANDEMIA 132
AS RELAÇÕES HUMANAS NA PÓS-MODERNIDADE 136
AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO METODOLOGIA NO ENSINO DE CIÊNCIAS 140
TÉCNICAS DO MKULTRA USADAS NA INTERNET EM PROCESSO POLÍTICO NO BRASIL EM 2018 144
CIDADES INTELIGENTES 148
A HIERARQUIA DE NECESSIDADE DE MASLOW APLICADA PARA OS CONCEITOS DE MOTIVAÇÃO 149
A REALIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES 153
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO CENTRO DA GESTÃO DE CIDADES INTELIGENTES 157
CIDADES INTELIGENTES: oportunidades e desafios para o estímulo ao setor no Brasil 161
TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE 165
OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TECNOLOGIA DIGITAL NA AUDITORIA EXTERNA 166
PROFISSÃO DO CIENTISTA DE CONTABILIDADE NO SÉCULO XXI: DESAFIOS INERENTES 170
NOVAS PERSPECTIVAS DO PAPEL DO CONTADOR NA ERA DIGITAL 171
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO 174
AGROTÓXICOS: CRIMES NO ESTADO DE GOIÁS EM 2019 175
EDUCAÇÃO SANITÁRIA PARA A SAÚDE AMBIENTAL 179
USO DE POLÍMERO ORGÂNICO NO DESENVOLVIMENTO INICIAL DE MUDAS DE CANA-DE-ACÚCAR 182

DIREITOS HUMANOS, CIÊNCIAS CRIMINAIS E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

ABORTO: UMA GARANTIA FUNDAMENTAL

Maria Raissa A. Almeida – UNIFASC - maria.alexandre.de.almeida@gmail.com
Deborah Cristina Dutra S. P. – UNIFASC – deborahcristinawork@gmail.com
Saulo Nunes dos Santos – UNIFASC – advocaciasns@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo perscrutar o abortamento no Brasil e as consequências da internalização da lógica cristã como pecado irreparável, bem como analisar o aborto como direito fundamental que é lesado pela postergação da legalização do aborto. Ademais, explora a importância do abortamento seguro e humanizado às mulheres que historicamente tiveram o direito ao próprio corpo apropriado e concedido aos homens como oferta de autoridade sobre a vida destas, alimentando a misoginia que ainda impera no mundo e tem reflexos no Brasil. Destarte, explora o conceito de usurpação do corpo da mulher, ao passo que o Estado brasileiro impõe que mulheres sigam com gestações indesejadas, priorizando o feto em detrimento da dignidade e direito a autonomia corporal da gestante. Além disso, demonstra que a criminalização do aborto não surte efeitos que retardam o número de abortos inseguros, mas sim vitima mulheres, tendo em vista que o abortamento é uma realidade brasileira e um problema de saúde pública, e a impossibilidade da realização do procedimento de forma segura e gratuita atinge principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Abortamento. Legalização. Estado.

INTRODUÇÃO

A interrupção voluntária da gestação é uma discussão milenar, porém só passou a ser tratada com repulsa e indignação em decorrência da disseminação do cristianismo pelo mundo, o momento na história em que a religião católica toma força é um divisor de águas para o entendimento do aborto como um pecado que deve ser proibido pelo Estado. Constantino, imperador romano do século IV, ao reconhecer o cristianismo como religião oficial de Estado também passou a punir o aborto como um atentado contra a vida (GALEOTTI, 2007).

Assim como a intervenção religiosa, é difícil desatrelar o modelo de organização social e familiar atribuído a diversas civilizações antigas e modernas da consequente misoginia que impede a legalização do aborto, o conceito patriarcalista de família e suas exigências submeteram as mulheres à posição de satisfazer os desejos do marido e

procriar, a prole de grande importância por seu papel de herdeiro constituía direitos garantidos pelo Estado ao homem (GALEOTTI, 2007).

É nestes moldes que o Código de Hamurabi e o Código Hitita puniam o aborto provocado por terceiro, sendo legal o aborto voluntário, desde que a decisão viesse do patriarca, prevendo punições as mulheres que abortassem lesando o marido em seu direito ao herdeiro, podendo estas serem enterradas vivas, torturadas, e condenadas a pena capital (GALEOTTI, 2007).

Destarte, apesar de demorada a discussão acerca do aborto como uma garantia fundamental eclodiu após a segunda guerra mundial, porém mesmo com todos os debates, somente a partir de 1965 deu-se inicio a onda de legalização do aborto por parte de diversos países desenvolvidos como EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e etc., com exceção de Rússia e Cuba, que já legalizavam o abortamento a partir de respectivamente 1954 e 1959.

Ademais, os países subdesenvolvidos tendem a restringir cada vez mais os casos de aborto legal, o que resulta na estimativa de que 98% dos 22 milhões de abortos inseguros realizados por ano no mundo ocorrem em países em desenvolvimento, com altíssimas taxas de mortalidade (OMS, 2012).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2012), as mortes ocorrem em grande escala especialmente nas regiões da África (450/100.000), África Subsaariana (520/100.000), América Latina, Caribe (30/100.000) e Ásia (160/100.000).

No Brasil o embate entre a moral religiosa e os direitos da mulher atinge proporções alarmantes, porém este quadro não é exclusivo do Brasil, segundo Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), 70% dos indivíduos em extrema pobreza do planeta são mulheres, uma herança inegável da hedionda junção entre capitalismo e patriarcalismo (STED, 1999).

Como consequência da ideia de servidão da mulher ao marido e da crença destas como sub-humanas, o sufrágio feminino só foi aprovado em 1932, há pouco mais de 80 (oitenta) anos atrás, retrato de um país que proclamou em 1916 um Código Civil que deu ao marido poderes total sobre a esposa, que era juridicamente incapaz, juntamente com os índios, pródigos e menores de idade, além de ser exigida a autorização marital

para que a mulher trabalhasse, e esta perderia a guarda dos filhos caso se casasse novamente (STED, 1999).

Somente em 1988, à pouco mais de 30 (trinta) anos, foi instituída a Constituição Federal que vigora até os dias atuais, que positivou direitos fundamentais as mulheres, reconhecendo a identidade destas como pessoa independente e dotada de direitos, porém tal evolução decorreu de uma extensa luta feministas.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar que a legalização do aborto é um direito fundamental das mulheres, impossibilitado não pelo direito a vida garantido na Constituição Federal, mas sim em decorrência da pressão das instituições religiosas que veem o feto como uma vida a partir da concepção, ideia que não é resguardada pelo ordenamento jurídico, que adota a teoria natalista.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a confecção do trabalho foram utilizados métodos qualitativos e bibliográficos por meio de pesquisas e estudos realizados a respeito do aborto seguro e inseguro, suas consequências, países e suas legislações.

CONCLUSÃO

Conclui-se que ao aborto, assim como a todos os direitos que antes eram negados as mulheres no Brasil, é atribuído caráter religioso e cultural, deixando de lado sua real importância como positivação de igualdade de gênero e problema de saúde pública brasileira e mundial.

REFERÊNCIAS

GALEOTTI, Giulia. **História do Aborto**. Ed. 1. Lisboa: Editora 70, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Base de pesquisa. Sistema de Informação de Estatística. Disponível em: < https://www.who.int/eportuguese/publications/pt/>. Acesso em: 05 out. 2020.

STED, Leila L.; GARCEZ, Elizabeth. A legislação civil sobre família no Brasil. In: BARSTED, Leila L. **As mulheres e os direitos civis**. Rio de Janeiro: Cepia, 1999.

A REINCIDÊNCIA E OS TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE

Gabriela Martins dos Santos – UNIFASC -gabryella.santosm@hotmail.com
Sarah Raquel Dias Soares – UNIFASC -raquelsarah477@gmail.com
Saulo Nunes dos Santos – UNIFASC – advocaciasns@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa visa abordar a relação entre os transtornos de personalidade do indivíduo e a reincidência no cometimento de infrações penais. É sabido que o sistema carcerário brasileiro é um dos maiores do mundo e uma boa parte dessa população é reincidente. Nesse contexto, é preciso destacar que um grande número de detentos sofre de transtornos psicológicos, mas não recebe o tratamento. A falta de um diagnóstico médico adequado do preso reduz significativamente a probabilidade de um tratamento eficaz, o que interfere diretamente na ressocialização do preso. Assim, o objetivo geral do trabalho é traçar uma relação entre os transtornos de personalidade e os altos índices de reincidência. Para tanto, a pesquisa, especificamente, buscará conceituar os transtornos de personalidade, ou seja, aqueles aspectos duradouros do comportamento de um ser humano, fixados em sua personalidade. Posteriormente buscará ressaltar a relevância da identificação dos transtornos de personalidade para o direito penal e para a individualização da pena. Finalmente se discutirá a reincidência como agravante da pena e sua relação com aqueles que apresentam personalidade perversa.

Palavras-chave: Transtornos de Personalidade. Reincidência. Pena.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal consagra o princípio da humanidade na aplicação das penas. Por outro lado, é de conhecimento público a situação da população carcerária do Brasil, que vive em situação desumana, em presídios superlotados e em total desrespeito ao previsto na Lei de Execução Penal. Nesse contexto caótico, é fundamental se buscar explicações para os altos números de condenados e, principalmente, pela significativa parcela de condenados que voltam a cometer crimes.

O princípio da individualização da pena significa que a pena não deve ser padronizada (NUCI, 2020), cabendo a cada infrator a exata medida punitiva pelo que fez. Sob esse enfoque, o Código Penal distingue o imputável do inimputável (NUCI, 2020), ou seja, aqueles que serão penalizados ou não pela prática de um crime.

O legislador não diz quem são os imputáveis, traz a classificação apenas para os inimputáveis. Nessa toada, o inimputável é o que não possui a capacidade de percepção da ilicitude de um certo ato, sendo então incapaz de ser penalizado, conforme art. 26 do Código Penal.

O imputável, ao contrário, é o indivíduo que é capaz, que possuí consciência plena da ilicitude dos seus atos, podendo então ser penalizado. Por fim, os semi-imputáveis, são os indivíduos que aparentam ter plena capacidade de entender a ilicitude de certas condutas, porém, possuem alguma perturbação mental ou desenvolvimento mental incompleto, não sendo capaz de discernir a ilicitude do ato. Estão previstos no art. 26, parágrafo único, do Código Penal.

Dentro dessa classificação, mostra-se fundamental distinguir de imediato se o condenado sofre de algum transtorno de personalidade que o leva ao cometimento de crimes. É evidente que os transtornos de personalidade não são a única causa que se deve levar em conta nas condições do condenado, pois outros fatores também influenciam diretamente na formação da personalidade criminosa do indivíduo. Contudo, a presente pesquisa se propõem a analisar a relação dos transtornos de personalidade com a reincidência (MANSUR, 2019).

Em razão do princípio da individualização da pena, na fase de execução, os condenados deverão ser classificados, segundo seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Ou seja, é necessário um diagnóstico preciso de eventuais transtornos de personalidade, de modo a propiciar a prestação de um serviço médico e/ou psicológico adequado ao condenado (MARQUES, 2018).

A ausência de um acompanhamento individualizado do detento fere diretamente a sua dignidade, pois trata-se de direito básico a saúde, previsto na Constituição Federal de 1988.

De acordo com o Código Penal os detentos que possuem transtornos devem receber tratamento ambulatorial para que, além do tratamento necessário, o perigo de reincidência diminua (NUCI, 2020). Para tal tratamento seria necessário que as unidades prisionais se atentassem mais ao diagnóstico destes transtornos, e por meio deste encaminhassem o indivíduo ao tratamento correto para tal (FORATO, 2019).

Além disto, unidades de tratamento ambulatorial são necessárias e nem sempre estão disponíveis, e em alguns casos também a disponibilidade de internação destes indivíduos separadas das áreas comuns das unidades prisionais, já que uma das manifestações mais comuns desses transtornos é tornar a pessoa hostil e desconfiada tornando-a mais suscetível a confrontos com outros detentos (MARQUES, 2018).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para elucidar a presente pesquisa é fundamental apresentar o método. O presente trabalho é fruto da junção da revisão de literatura pelo método bibliográfico e análise de algumas letras de Leis pelo método documental.

CONCLUSÃO

Se o processo terapêutico do indivíduo com transtorno de personalidade for eficaz a chance de reincidência será reduzida. Para tanto é primordial que o indivíduo seja submetido a um processo de avaliação e acompanhamento contínuo exercido por um profissional capacitado somado de procedimentos científicos específicos ao caso.

Diante de todo exposto, é possível, desde já, indicar uma omissão na identificação e administração dos criminosos com transtornos de personalidade e que a ausência do processo terapêutico recomendado tem grande influência na elevação dos índices de reincidência criminal.

REFERÊNCIAS

FORATO, M. M.; BELUCO, A. R.. **O transtorno de personalidade antissocial e sua relação com a reincidência criminal.** Revista uningá, [S.l.], v. 56, n. S1, p. 1-9, mar. 2019. ISSN 2318-0579.

MANSUR, Rafael. **Despreparada, mais da metade dos presos volta à criminalidade.** 2019. Disponível em: https://www.otempo.com.br/despreparada. acesso em: 20 de outubro, 2020.

MARQUES, Maíra. **Fatores associados a transtornos mentais graves no contexto de saúde coletiva.** 2018. 124 f. Defesa no Doutorado (Pós-Graduação em Saúde Coletiva) -

Universidade católica de santos – Unisantos. Santos. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181.Marques. Acesso em: 20 de outubro,2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2020

ENTENDEU DIREITO

Patrik Nogueira Santos – UNIFASC – patriknogueira96@gmail.com
Náthaly Borges de Castro – UNIFASC – nathaly-borges@hotmail.com
Saulo Nunes dos Santos – UNIFASC – advocaciasns@gmail.com

Resumo: "Entendeu Direito" é uma inciativa de acadêmicos de Direito da Faculdade Santa Rita de Cássia. Trata-se de uma página institucional pela rede social denominada Instagram. O objetivo é fomentar o ensino jurídico para públicos distintos (acadêmicos, advogados, sociedade em geral e outros). Foi criado no período da Pandemia da COVID-19, como forma de amenizar os impactos causados pelo déficit de aprendizagem ocasionados pela forma de ensino remota. O presente trabalho apresenta o aporte teórico que sustenta a prática-operacional do "Entendeu Direito". Como método são apresentados dois tipos de pesquisa: a de campo (página do Instagram) e a bibliográfica (revisão de literatura).

Palavras-chave: Direito. Sociedade. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 está sendo marcado por uma série de acontecimentos que alteraram a rotina de toda a sociedade. Um dos setores mais afetados é o da educação, a prática de ensino remota modificou as estruturas das aulas, que passaram a acontecer em ambiente virtual.

O cenário caótico em detrimento da pandemia, somado ao interesse curricular, ao desejo de contribuir com outros alunos e com a sociedade como um todo, fez com que os alunos Patrik e Náthaly buscassem na tecnologia uma forma de compartilhar e difundir o conhecimento jurídico.

Ante ao desejo mencionado no parágrafo anterior, criaram no Instagram (um perfil educacional), o "Entendeu Direito". O conteúdo é bem variado, aborda de temáticas centrais do direito até o entretenimento jurídico. A metodologia é fundamentada na pesquisa bibliográfica com a revisão de literatura e ainda na pesquisa de campo concentrada na análise do perfil do Instagram "Entendeu Direito".

O objetivo geral é mediar o processo de aprendizagem para o público diverso, de forma que os conteúdos curriculares possam ser contextualizados e exemplificados por uma ótica social local. Como objetivos específicos os alunos fomentam seus currículos; contribuem com outros alunos e leva conhecimento a sociedade como um todo.

A socialização do conhecimento é um dos pilares que sustentam o crescimento social, pensar numa ação voltada ao empoderamento das pessoas de forma geral e com os recursos tecnológicos modernos, dá local de fala dos alunos, assim, ilustra o viés pautado na alteridade com foco nos Direitos Humanos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A criação do perfil "Entendeu Direito" é resultado de uma construção pautada na formação de uma nova identidade para o perfil das relações sociais entre os sujeitos.

No âmbito educacional não é diferente, as inovações tecnológicas emergentes, associadas com o processo de globalização surtem efeitos diversos. Os impactos da tecnologia na vida do sujeito não são recentes, pois, as tecnologias já estão a serviço da sociedade desde o século passado. Conforme aponta Levy (1999):

> ...é um universo de possíveis, calculáveis. Ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletiva. (p.75).

A configuração das relações sociais em "rede", ou ciberespaços - como é conhecido, fomentam um modelo de protagonismo que permite ao sujeito romper as barreiras do tempo e do lugar, criando um espaço cultural próprio (individual ou coletivo), que o permite desfrutar da relação homem x virtual, pela vertente cultural.

Lançado em 06 de outubro de 2010, o Instagram é a rede social de maior alcance no mundo (dados de 2020), Segundo Systrom e Krieger (2010):

> Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr. (online)

Somado ao exposto, os alunos Patrik e Náthaly, ante a pandemia ocasionada pela COVID-19, tiveram a iniciativa de se tornarem influenciadores no campo da mediação

do saber. Criaram a página virtual "Entendeu Direito" como mecanismo de fomento a aprendizagem de forma compartilhada.

Marca o perfil acadêmico as discussões de temáticas diversas (linguagem jurídica, filmes com abordagem da área do direito e outros), sempre voltados para a sociedade como um todo.

Para um recorte específico que são os acadêmicos em direito, o perfil apresenta um cronograma de estudos para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, com abordagem de conteúdos e resoluções de questões de provas anteriores. O perfil atinge ainda um grupo de profissionais, em especial os de carreiras jurídicas e advogados, que buscam se atualizar.

Os alunos gravam vídeos diversos e com convidados mensais. O acesso é livre e os conteúdos ficam disponíveis na plataforma virtual.

A iniciativa marca o que Bauman (2015), chamou de modernidade líquida, ou seja, a capacidade de se adaptar as transformações cotidianas, dentro do contexto da identidade cultural pós-moderna defendida por Hall (2006).

CONCLUSÃO

Por todo exposto, a presente pesquisa remete a construção social, cultural de uma juventude que se torna protagonista da sua própria trajetória, assumindo um papel emancipador e empoderador dos sujeitos ontológicos inseridos nesse mercado seletivo e excludente.

Ensinar e aprender, fazer uso das metodologias ativas para que a tecnologia possa ser posta como aliada da mediação do conhecimento. O "Entendeu Direito" simboliza um marco transformador nas múltiplas formas de compartilhar os saberes e fazeres jurídicos.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Disponível em http://www.zahar.com.br/ sites/default/files/arquivos/ _BAUMAN_ModernidadeLiquida.pdf. Capturado em 19 mai. 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

SYSTROM, Kevin; KRIEGER, Mike. **O que é Instagram.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instagram. Publicado em 06 de outubro de 2010. Acesso em 02 de novembro de 2020.

LEI DE DROGAS E ENCARCERAMENTO FEMININO: CONTORNOS DA SELETIVIDADE PENAL

Elizabet Ellen Silva Araújo –UNIFASC– elizabethellem@hotmail.com
Jaqueline Aparecida Fernandes Sousa – UNIFASC – jaquelinesousadir@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar o grande encarceramento que ocorre na atualidade. A delimitação escolhida para a investigação possui recorte de gênero, uma vez que se observou que, somente em 2015 tivemos um levantamento direcionado para a análise específica da situação das mulheres aprisionadas. Verificou-se que a Lei de Drogas ensejou um expressivo aumento no encarceramento, sobretudo o feminino. Tal encarceramento possui um público específico, abrangendo, majoritariamente, mulheres jovens, negras, de baixa escolaridade e solteiras, constituindo a clientela preferencial do sistema penal. Espera-se contribuir para a discussão acerca do aprisionamento feminino, possibilitando a reflexão sobre alternativas para o (des)encarceramento.

Palavras-chave: Seletividade Penal; Encarceramento; Lei de Drogas; Gênero.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a situação a que estão submetidas as mulheres no sistema prisional brasileiro. Insta salientar que o debate acerca do encarceramento feminino necessariamente perpassa pela análise e discussão da Lei 11.343/2006 - a Lei de Drogas e, ainda, leva em consideração os relatórios recentes acerca do perfil das mulheres custodiadas no sistema prisional. A análise do perfil das mulheres encarceradas se faz necessária, uma vez que consegue demonstrar que existe uma importante relação entre classe social, raça[1] e encarceramento. Tal investigação é relevante, já que nos diz muito sobre quem o sistema prisional efetivamente aprisiona, constituindo um norte, especialmente, para o aprimoramento da política criminal.

A respeito da metodologia científica, Marcelo Casseb Continentino afirma que "a produção científica não se produz independentemente dos eventos histórico-políticos.

[1] No julgamento da ADPF 186 (2012, p. 64) o STF adotou interpretação do Ministro Maurício Corrêa, segundo a qual "embora não se reconheça mais, sob o prisma científico, qualquer subdivisão da raça humana, o racismo persiste enquanto fenômeno social, o que quer dizer que a existência das diversas raças decorre da mera concepção histórica, política e social [...]".

O próprio texto é parte integrante desses eventos políticos."[2]Assim, como pano de fundo e, para situar o cenário do recrudescimento penal que resultou no grande encarceramento de mulheres, imprescindível abordar o contexto de implementação de políticas de tolerância zero, atrelado ao Estado social mínimo e penal máximo (WACQUANT, 2004), estabelecendo uma possível relação de causa e efeito com o grande encarceramento que opera na atualidade. Nesse contexto, a metodologia escolhida é pautada na pesquisa bibliográfica, possibilitando que, dentre inúmeros trabalhos científicos acerca do grande encarceramento, seja possível escolher aqueles com recorte de gênero, delimitação escolhida.

O uso do termo "massivo" designa o fenômeno do grande encarceramento, expressão largamente utilizada para se referir ao aumento do aprisionamento no Brasil. Enquanto a população carcerária feminina cresceu 567%, de 2007 a 2014, a população masculina aumentou 220% no mesmo período. (INFOPEN, 2015). Tais dados desnudam uma situação preocupante e, ainda, promove o questionamento acerca das razões pelas quais as mulheres têm sido encarceradas em maiores proporções, problemática que o presente trabalho procura enfrentar.

DESENVOLVIMENTO

O artigo será estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo a análise recairá sobre a relação entre Estado mínimo e direito penal máximo, que culminou numa política de drogas carente de critérios objetivos para o enquadramento legal, o que fez com que o encarceramento, após o advento da referida Lei, atingisse grandes proporções. Num segundo momento, a partir do levantamento do INFOPEN (2015; 2018), será feita uma análise do grande encarceramento com recorte de gênero para que se possa identificar o perfil das mulheres presas e, ainda, o tipo penal pelo qual respondem. Finalmente, o terceiro capítulo tem por objetivo analisar as legislações acerca da temática do encarceramento feminino, visando refletir acerca dos recentes paradigmas para o (des)encarceramento, debate que adentra a questão sobre a participação subalterna das mulheres na rede de tráfico de drogas.

[2] CONTINENTINO, Marcelo Casseb. História do Controle da Constitucionalidade das Leis no Brasil. Percursos do Pensamento Constitucional No Século XIX. Almedina, 2015, p. 59.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- INFOPEN- foi criado em 2004 e é responsável por estruturar e processar informações de todos os estabelecimentos prisionais no país. Em que pese tenha sido criado em 2004, somente em 2014[3] foi possível estabelecer um levantamento sobre o sistema prisional brasileiro com recorte de gênero, cujo trabalho final restou consolidado no documento INFOPEN-Mulheres 2015, a primeira edição desse projeto. No ano de 2018 houve o lançamento da segunda edição do INFOPEN-Mulheres, que compreende levantamentos realizados nos anos de 2015 e 2016, razão pela qual o presente trabalho se valerá de ambas as edições.

Visando responder a problemática do presente trabalho e procurar razões pelas quais as mulheres têm sido encarceradas em significativas proporções, é imprescindível recorrer ao advento da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), uma vez que 62% dos crimes cometidos por mulheres privadas de liberdade[4] em 2016 correspondem ao crime de tráfico de drogas, ou seja, 3 em cada 5 mulheres recolhidas no sistema prisional respondem pelo crime de tráfico de drogas. (INFOPEN, 2018, p. 53).

Acerca do perfil das mulheres encarceradas, o recorte do Infopen-2018 abordou questões como escolaridade, estado civil, faixa etária e raça/cor. Com relação à escolaridade[5], quase a metade das mulheres presas possuem ensino fundamental incompleto (45%). 15% possuem ensino fundamental completo, 15% ensino médio completo, 3% alfabetizada sem cursos regulares, 2% superior incompleto, 17% acima de superior completo (INFOPEN, 2018, p. 43).

No tocante ao estado civil[6], 62% das participantes do levantamento são solteiras, 23% vivem em união estável, 9% são casadas, 2% separadas judicialmente, 2% divorciadas e 2% viúvas. Ressalte-se que o trabalho aprofundará esse ponto específico, sobretudo em razão da peculiaridade do aprisionamento feminino, que possui como marca distintiva o abandono familiar.

Com relação à faixa etária, 27% das mulheres recolhidas no sistema possuem de 18 a 24 anos, 23% possuem de 25 a 29 anos, 21% de 35 a 45 anos, 18% de 30 a 34 anos, 9% 46 a 60 anos e 1% possui 61 anos ou mais. Nesse contexto, temos que 50% da

[3] A coleta de dados realizou-se no ano de 2014 pelo INFOPEN, contudo, o lançamento ocorreu em 2015.
[4] Mulheres que foram condenadas ou estavam aguardando julgamento em 2016.
[5] Segundo o INFOPEN (2018, p. 43)
[6] Segundo o Infopen, (2018, p. 44) foi possível obter informações para 62% do total de mulheres privadas de liberdade (o que equivale a 25.639 mulheres).

população feminina no sistema prisional é formada por jovens. (INFOPEN, 2018, p. 38).

Para o critério "raça/cor" o INFOPEN (2018. p.41) destaca que 62% da população feminina do sistema prisional é negra. 37% mulheres brancas e 1% outras. Tal dado é alarmante, uma vez que demonstra que mulheres negras são as mais encarceradas. Deve-se ressaltar que tal constatação deve ser associada com outros marcadores, a exemplo da participação das mulheres negras no mercado de trabalho e falta de escolaridade.

> Podemos afirmar que, entre a população maior de 18 anos, existem aproximadamente 40 mulheres brancas privadas de liberdade para cada grupo de 100 mil mulheres brancas, e existem 62 mulheres negras na mesma situação para cada grupo de 100 mil mulheres negras, o que expressa a disparidade entre os padrões de encarceramento de mulheres negras e brancas no Brasil. (INFOPEN, 2018, p. 41).

O termo "clientela" é utilizado largamente para demonstrar que o encarceramento tem um público específico, possui classe social e cor. Em que pese nos últimos anos tenha se falado acerca dos crimes de colarinho branco, verifica-se que este público foge às estatísticas de aprisionados, numa evidente demonstração de que o sistema processual penal tem um público muito específico.

CONCLUSÃO

Em sede de conclusão podemos inferir que a Lei de Drogas aumentou, significativamente, o encarceramento que se verifica na atualidade. A análise da Lei de Drogas não deve ser feita de modo dissociado do contexto latino-americano (WACQUANT), uma vez que a política da tolerância zero demostrou não lograr êxito, ao contrário, acirra as disparidades sociais e não modula o índice de fatos típicos praticados.

Por sua vez, a análise do sistema prisional com recorte de gênero demonstrou que nos últimos anos tivemos um expressivo aumento no encarceramento feminino. Isso ocorre em razão da ampla utilização de mulheres pela rede de tráfico, muitas vezes

associada ao transporte, sobretudo, na condição de mulas[7], ocupando posições subalternas dentro da organização. Dada essa constatação, não se pode defender que recebam apenamento tão severo, como se constata nos casos práticos, razão pela qual é importante debater sobre as novas balizas desse encarceramento, sobretudo, a discussão sobre a figura do tráfico privilegiado. Espera-se, com o presente trabalho, contribuir para a reflexão acerca do encarceramento feminino que, cada vez mais, atinge grandes proporções.

REFERÊNCIAS:

ANGOTTI, Bruna; BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e
possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão.
Brasília: Ministério da Justiça, 2015. (Pensando o Direito, 51).

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Trad. Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ações Afirmativas. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 186.** Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília-DF, j.26/04/2012c. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em: 20 set. 2020.

ARMELIN, Bruna; MELLO, Daniela Canazaro; GAUER, Gabriel. Filhos do cárcere: estudo
sobre as mães que vivem com seus filhos em regime fechado. **Revistas eletrônicas PUC/RS.**
Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/7901/5586 > Acesso em set. 2020.

[7] Termo usado para se referir ao indivíduo que transporta drogas no próprio corpo, inclusive para outros países.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades** – Limites da Democracia no Brasil. São Paulo:
Editora Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde, Fiocruz. **Saúde Materno Infantil nas Prisões**: Fiocruz; 2014.

BOITEUX, Luciana; PÁDUA, João Pedro. **A desproporcionalidade da Lei de Drogas**: os
custos humanos: os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. Rio de Janeiro: Coletivo de Estudos Drogas e Direito, 2013. Disponível em:<http://www.drogasyderecho.org/publicaciones/prop_del/proporcionalidad-brasil.pdf.> Acesso em set. 2020.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Sobre Mulheres e Prisões**: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. **História do Controle da Constitucionalidade das Leis no Brasil**. Percursos do Pensamento Constitucional No Século XIX. Almedina, 2015.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - **INFOPEN Mulheres- 2015**. Disponível em:< http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da populacaopenitenciaria- feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf> Acesso em set. 2020.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - **INFOPEN Mulheres- 2018**. Disponível em: < https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf> Acesso em set. 2020.

SIMAS, Luciana; VENTURA, Miriam, et al. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. **Revista Direito GV**, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200547> Acesso em set. 2020.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres**: a nova geração da miséria nos Estados Unidos. Tradução Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução Ed. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DO PATRIARCADO AO FEMINICÍDIO: A violência de gênero e a atuação do Estado ante ao quadro crescente de vítimas.

Deborah Cristina Dutra Santos de Paiva – UNIFASC – deborahcristinawork@gmail.com

Saulo Nunes dos Santos – UNIFASC – advocaciasns@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como escopo analisar criticamente as raízes da violência de gênero identificando como os estigmas sociais influem diretamente no uso da truculência enquanto ferramenta de manutenção do status de subserviência da mulher, bem como, analisa o processo histórico de criação de dispositivos normativos internacionais de Direitos Humanos para a proteção da dignidade feminina, reconhecendo as formas de violência de gênero e evidenciando-as em debates acerca de sua permanência na sociedade contemporânea. Destarte, investiga como essa categoria de Tratados e Convenções internacionais influenciou e obrigou o Estado brasileiro a adequar sua produção legislativa interna à nova realidade de proteção de Direitos Humanos da mulher no mundo. Ademais, a presente pesquisa também intenta ressaltar a distinção entre feminicídio e homicídio e o modo que a ineficácia das políticas públicas de enfrentamento voltadas a essa categoria de delito, corrobora diretamente para a estabilização e aumento de feminicídios, de modo a influenciar o temor das vítimas de violência a levarem seus agressores à justiça, inviabilizando, desta forma, a aplicação da legislação específica de modo efetivo, falhando no propósito preventivo da norma.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Violência de Gênero. Feminicídio.

INTRODUÇÃO

A princípio, é de bom alvitre ressaltar que a casta de violências perpetradas contra mulheres, cisgênero e transgênero, são construídas a partir de narrativas e comportamentos misóginos cultivados historicamente pelas pessoas criadas a partir de uma égide patriarcal, estruturante da sociedade. O ser feminino neste caso se torna sinônimo de submissão e posse, ímpeto que se traduz em formas diversas de violações, das mais violentas as mais superficiais, elas constituem o motivo pelo qual este comportamento é tratado modo especial na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e em outros diplomas normativos extravagantes concernentes à proteção da dignidade da mulher.

Esse fenômeno de normalização de papeis sociais inatos ao gênero não apenas pormenoriza a problemática da violência, mas a justifica como a defesa da honra e de uma aparente "normalidade". Desta forma, são comuns os argumentos de que a taxa de homicídios masculinos é maior, geralmente, seguidos de questionamentos falaciosos concernentes à ausência de igualdade no tratamento entre a morte de homens e mulheres. Tem-se a ideia equivocada que o feminicídio diz respeito a um novo tipo penal, deixando de ser observadas as circunstancias nas quais as mulheres são mortas, bem como a motivação para o crime e o histórico de violência anterior vivida pela vítima. Portanto, antes de discutir o fenômeno da violência de gênero em si, faz-se de vital importância compreender sob quais circunstâncias essa cultura foi sedimentada, razão pela qual a presente pesquisa busca fazer um recorte histórico, sociológico e antropológico do pensamento responsável por esculpir as relações de gênero.

Outro ponto ora levantado pelo trabalho em testilha são as raízes conceituais do termo feminicídio no mundo e como tal conceito foi modificado à realidade da América Latina até, finalmente, adentrar as cortes brasileiras. Discute-se também a maneira em que a luta feminista, mais especificamente o levante emanado da segunda onda na década de 60, conseguiu ao longo da história subverter o status de inferioridade feminina, possibilitando o acesso de meninas e mulheres a direitos e garantias fundamentais que somente eram estimulados em espaços majoritariamente masculinos como: o estudo, o voto e participação na vida pública.

Atrelado às problemáticas apresentadas, o debate deste trabalho também abrange a diferença do perfil social das vítimas e como as leis parecem inalcançáveis à subalternidade, a abismal disparidade de tratamento para com as mulheres-vítima e se as políticas públicas de amparo chegam as diferentes camadas sociais de maneira equânime.

O presente trabalho objetiva apontar as falhas estruturais dentro e fora do sistema judiciário, as quais inibem o processo de denúncia, bem como elucida como a abordagem estatal, nesses casos especificamente, tem sido falha, com profissionais pouco capacitados para tais ocorrências resultando, desta forma, no aumento dos casos de feminicídios, concomitantemente, revelando o fim inócuo das políticas preventivas previstas em lei.

Analisar qual melhor maneira de abordagem do judiciário para devida identificação e prevenção da violência de gênero, bem como traçar medidas e políticas públicas que atendam de fato sua finalidade e possam alcançar o público-alvo de maneira efetiva, servindo como baluarte para práticas de prevenção e suporte ás mulheres-vítimas.

Examinar estudos afins ao tema, bem como a análise bibliográfica de livros, artigos e monografias, e a análise de novos mecanismos propostos em outros países pelo Estado e por iniciativas privadas com o intuito de coibir e combater a violência de gênero em todas as suas formas.

Estudar a atuação do Estado no que diz respeito aos casos de violência de gênero, avaliando sua abordagem, técnica e o que tem feito para salvaguardar os direitos fundamentais previstos em diploma constitucional das vítimas, traçando as principais falhas e êxitos.

Este trabalho foi realizado por meio do método de pesquisas bibliográficas e documentais, feitas a partir de legislação especial e referenciais bibliográficos de diferentes frentes de atuação, bem como a análise dos novos mecanismos propostos por outros países modelos para combate, prevenção e apoio as vítimas de violência de gênero, incluindo-se treinamentos e capacitações para os aplicadores que possuem o primeiro contato com delitos dessa espécie.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA SENADO. **O que ainda falta para o Brasil coibir o Feminicídio?** Publicado em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/03/o-que-ainda-falta-para-o-brasil-coibir-o-feminicidio>. Acesso em 05-10-2019.

AGÊNCIA SENADO. **Lobby do Batom: marco histórico no combate à discriminações.** 2017. Publicado em <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/552686359/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2017. Publicado em <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/03/FBSP_ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em 07-07-2020.

CAMPOS, Carmen Hein. **Violência, Crime e Segurança Pública:** Feminicídio no Brasil Uma análise crítico-feminista. Sistema Penal & Violência, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan.-jun. 2015.

CARTILHA LEI MARIA DA PENHA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2007. Disponível em < https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/conhecampdft-menu/nucleos-e-grupos/209-nucleo-de-genero/639-comentarios-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Relatório final**. 2013. Publicado em <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf>. Acesso em 04-07-2020.

CONCEITO DE VULNERABILIDADE NA LEI MARIA DA PENHA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio de Janeiro. Disponível em < http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/mulher/conceito-de-vulnerabilidade-na-lei-maria-da-penhacartilha-copevid-e-pfdc-vulnerabilidade-na-lei-maria-da-penha-a-luz-da-jurisprudencia-do-stj-mpf-pfdc>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo. 2020. Disponível em <https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>. Acesso em 10 de agosto de 2020

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshu- manos.php>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

GOMES, Izabel Solyszko. **Feminicídios e possíveis respostas penais: dialogando com o feminismo e o direito penal**. 2015. Publicado em: < http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/24472/13619 >. Acesso em: 11, jul. 2020.

HELKER, Meregildo. **Da violência doméstica fatal contra a mulher: evolução e tipificação.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2016.

História da Lei Maria da Penha. Ministério Público do Estado de São Paulo. Disponível em < http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Violencia_Domestica/Lei_Maria_da_Penha/vd-lmp-mais/Historia_da_lei >. Acesso em 05 de outubro de 2020.

MELLO, Adriana Ramos. Femicídio: **Uma análise sócio-jurídica do fenômeno no Brasil**. 2013. Publicado em <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ADRIANARAMOSDEMELLO_FEMICIDIO.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 9, p. 3077-3086. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 outubro de 2020.

MIGUENS; RIBEIRO. **O caso González e outras ("campo algodoeiro") vs. México (2009) – A violência contra a mulher e a definição de feminicídio.** 2018. Disponível em <https://nidh.com.br/gonzalez- e-outras-campo-algodoeiro-vs-mexico-2009-violencia-contra-a-mulher-e-definicao-de-feminicidio/#_ftn1>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

Ministro repudia tese de legítima defesa da honra em caso de feminicídio. STJ. 2019. Disponível em <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Ministro-repudia-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-caso-de-feminicidio.aspx>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

PASINATO, Wânia. **A CPMI da Violência contra a Mulher e os desafios para monitorar e avaliar a aplicação da Lei Maria da Penha, por Wânia Pas A CPMI da Violência contra a Mulher e os desafios para monitorar e avaliar a aplicação da Lei Maria da Penha, por Wânia Pasinato.** 2014. Disponível em < http://www.compromissoeatitude.org.br/a-cpmi-da-violencia-contra-a-mulher-e-os-desafios-para-monitorar-e-avaliar-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-por-wania-pasinato/>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

PIMENTEL, Silvia. **INSTITUTOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS DAS MULHERES.** 2013. ONU Mulheres. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

PIRES, Amom Albernaz. **O FEMINICÍDIO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: Da nomeação feminista às práticas jurídicas no plenário do júri.** 2018. Publicado em <https://www.researchgate.net/publication/327558178_O_feminicidio_no_Codigo_Penal_brasileiro_da_nomeacao_feminista_as_praticas_juridicas_no_plenario_do_juri?enrichId=rgreq-fe4d6afa0c2ab1e6130549fed65e27a3-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMyNzU1ODE3ODtBUzo2NjkzMTE1ODA1MjQ1NjBAMTUzNjU4NzcyNDQxOA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

RAIO X DO FEMINICÍDIO EM SP: É POSSÍVEL EVITAR A MORTE (MPSP, 2018). Publicado em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-

fontes/pesquisa/raio-x-do-feminicidio-em-sp-e-possivel-evitar-morte-mpsp-2018/>. Acesso em 03-07-2020.

ROMIO,Jackeline Aparecida Ferreira. **Feminicidios y relaciones raciales en Brasil**. 2014. Publicado em: < http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL73.pdf >. Acesso em: 13 de julho de 2020.

VARELA, Marcelo D; MACHADO, Natália Paes Leme. **A dignidade da mulher no direito internacional: o Brasil face à Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Revista IIDH. 2009. Disponível em < https://www.corteidh.or.cr/tablas/r24591.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2020.

XII Jornada Lei Maria da Penha. **Relatório final**. 2018. Publicado em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/11/572ce654815bd3acd19e0a22b59ca0fc.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

SANTOS, Lianzi dos Santos. **Mulheres em Cena: As novas roupagens do primeiro damismo na Assistência Social**. 2009. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15501/15501_3.PDF>. Acesso em 21 de julho de 2020.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher. Relatório Final.** Brasília, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1. Acesso em: 18 agosto de 2020.

LIMA. Sandra Regina Rocha de. **A subalternidade nas relações de gênero: apontamentos a partir da perspectiva pós-estruturalista.** 2019. Publicado em < http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1837>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

Legislações:

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo. Editora Saraiva, 2017.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRASIL. Lei nº. 13.104 de 9 de março de 2015 (inclusão da qualificadora do Feminicídio no rol do art. 121 do Código Penal).

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Convenção Interamericana para. Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. OEA. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

Livros:

BUTLER, Judith. "**Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault"** In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Rogério Sanches. **Código Penal comentado para concursos**. Editora *Jus*Podivim. Salvador, Bahia. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FERREIRA, Wilson Luiz Palermo; PORTOCARREIRO, Claudia Barros. **Leis Penais Extravagantes: teoria, jurisprudência e questões comentadas. Análise artigo por artigo.** Editora *Jus*Podivim. Salvador, Bahia. 2020.

RUSSEL D, Caputti J. ***Femicide: the politics of women killing*.** New York: Twayne Publisher; 1992.

SAFIOTTI, Helleieth I. **O poder do Macho**. São Paulo. Editora Moderna, 1987.

TAVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal/ Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar – 15º Ed. Reestruturada, revista e atualizada**. Salvador. Editora *jus*Podivm, 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Acórdão nº 1089057, 1ª Câmara Criminal. Relator: Relator: Desembargador George Lopes Leite. Brasília, DF, 05 de abril de 2018. **Lesões A Transexual Feminina**: **Competência do Juizado de Violência Doméstica e familiar Contra a Mulher. Brasília,** 20 abr. 2018. Transexual feminina, por se autoidentificar como mulher, goza da proteção conferida pela Lei Maria da Penha, mesmo que não tenha realizado a cirurgia de transgenitalização ou alterado o nome civil. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/informativos/2018/informativo-de-jurisprudencia-n-369/lesoes-a-transexual-feminina-20132013-competencia-do-juizado-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher. Acesso em: 20 abr. 2018.

O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E SEU ENFRENTAMENTO NO ÂMBITO NACIONAL

Evandro de Barros Santana – UNIFASC – santanaevandro43@gmail.com

Tallia Borges Cantalogo – UNIFASC – talliaborges97@gmail.com

Thalya Assis Silva – UNIFASC – thalyaassis.97@gmail.com

Orientador: Saulo Nunes dos Santos – UNIFASC – advocaciasns@gmail.com

Resumo: O tráfico de mulheres para a exploração sexual é alvo de um extraordinário crescimento no âmbito nacional, apesar disso, ainda não se tem muitas políticas de combate a esse crime, tendo em vista, a complexidade de criar mecanismos que possam combater com eficiência o esquema muito bem arquitetado, que foi criado para que cada vez mais mulheres sejam vítimas da exploração sexual. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a gênese do que leva as mulheres a se tornarem vítimas do tráfico de pessoas, e na sequência, pesquisar quais os instrumentos e argumentos utilizados no convencimento das vítimas. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, assim como a pesquisa documental, com abordagem quanti-qualitativa, concluindo por fim que, o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, atinge principalmente as áreas pouco desenvolvidas, sendo as maiores vítimas dele as mulheres pertencentes as classes mais populares e aquelas que possuem baixa escolaridade, moram em espaços urbanos periféricos, exercem atividades de baixa complexidade e possuem filhos.

Palavras-chave: Tráfico. Mulheres. Exploração.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa caracterizar os elementos impulsionadores do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, objetivando analisar os dados sobre o seu funcionamento, modo de ação e perfil das vítimas aliciadas. Tendo como objetivos principais pesquisar quais os fatores circunstanciais que impulsionam o tráfico dessas mulheres, quais as situações sociais em que elas se encontram e quais os argumentos mais utilizados pelos aliciadores para o convencimento das vítimas. À vista do exposto, para a complementação do entendimento acerca do tema, serão utilizados artigos acadêmicos, monografias e livros, visando reforçar a pesquisa e embasar sua validade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, atualmente, têm sido objeto de atenção perante a legislação brasileira, tendo em vista que, o Brasil se tornou um dos maiores fornecedores de mulheres para o tráfico. Nesse sentido, cabe ressaltar o que evidencia de forma sucinta Geisa Macedo, no tocante ao momento oportuno para a condução ao aliciamento:

> O crime organizado se beneficia da vulnerabilidade de mulheres, crianças e adolescentes, aprimorando suas formas de atuação, fazendo com que o crime seja considerado um dos maiores problemas de ordem internacional. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, o tráfico de pessoas é a segunda forma de crime ilegal mais rentável do mundo, ficando atrás somente do tráfico de drogas e armas. (MACEDO, 2017, p.21).

O aspecto mais observado para dar início ao processo de aliciamento de uma pessoa, é a sua situação de vulnerabilidade, os aliciadores são pessoas especializadas em induzir outras a uma realidade fictícia que o mesmo cria e isso acaba abrilhantando os olhos daqueles que são vítimas da situação precária existente no Brasil, é oportuno frisar o entendimento de Dantas acerca da discussão:

> Além da pobreza, a falta de oportunidade de trabalho, discriminação de gênero, instabilidade política, econômica e civil em regiões de conflitos e violência doméstica são, também, causas de exploração. Além disso, conforme denota o supracitado relatório, muitas vezes a pessoa que vivenciou a exploração passa a agir na qualidade de aliciadora. (DANTAS, 2016, p.38).

Esse posicionamento demonstra que localidades menos desenvolvidas, com carência de recursos e oportunidades, são os lugares mais propícios a ocorrência do tráfico de pessoas. Inconteste é o fato de que os aliciadores aproveitam-se para utilizarem meios de convencimento enganosos, como promessas de mudança de vida, de condições financeiras e quando não conseguem por essa via de conversa o consentimento da vítima, para o embarque com destino a exploração sexual, ocorre o aliciamento por meio de rapto, fraude, entre outras formas, que propiciem o sucesso do tráfico e das quadrilhas envolvidas.

Em última análise, vale salientar, o perfil das vítimas com maior incidência de aliciamento ao tráfico de mulheres para a exploração sexual, sendo elas geralmente, moradoras de lugares dominados por cenários de avassaladora pobreza, má qualidade de vida, mulheres que não tiveram a oportunidade de se alfabetizarem, de frequentarem as escolas, normalmente possuem um ou mais filhos e estão desempregadas precisando de dinheiro para seu próprio sustento e daqueles que dela dependerem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o acima exposto na presente pesquisa, percebe-se que a crise financeira que assola muitas mulheres no Brasil, é uma das principais causas que as fazem ceder as promessas enganosas dos aliciadores, o cenário caótico e desigual facilita o aliciamento, portanto, precisa-se urgentemente serem trabalhadas políticas públicas que tratem de forma efetiva sobre a diminuição da vulnerabilidade das mulheres, em termos de aprendizado, sendo conferido a elas maiores oportunidades de acesso a educação, para que tenham a condição de se inteirarem acerca das quadrilhas do tráfico e as consequências que um aceite para viverem em outro país, possa ser uma promessa apenas de ida, quanto em relação à busca pelo desenvolvimento adequado de regiões que atualmente estão desoladas e sendo alvos desses bandos criminosos, dessa forma, proporcionando perspectivas em relação a trabalho, a sustento e a uma vida digna, sem que seja necessário sair de seu país para ser objetivo de exploração sexual.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Matheus Vinicius de Medeiros. **Turismo Sexual e combate ao tráfico internacional de pessoas: Influência e papel da organização mundial do turismo**. Natal, 2016. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4917. Acesso em: 18 jun. 2020

MACEDO, Geisa Luísa Salazar. **Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual na região norte**. Boa Vista, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Geisa%20Lusa%20-%20Relaes%20Internacionais%20-%20versao%20final.pdf. Acesso: 05 nov. 2020.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS RELAÇÕES PRIVADAS

OS PRINCÍPIOS BASILARES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ana Carolina Oliveira Cruz –ULBRA- annacarolina.cruz@hotmail.com
Gabriel de Souza Pereira – UNIFASC– bielsouzasp@icloud.com
Lucas de Souza Pereira – UNIFASC– lsp-16@hotmail.com
Yaskara Aparecida de Lima – UNIFASC– yaskaraliima@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa demonstrar os Princípios Basilares do Direito Processual Civil observando a sua grande importância para a aplicação do Novo Código de Processo Civil de 2015, com o objetivo de enunciar o quão é necessário se atentar a estes princípios para entender como funciona o direito processual civil brasileiro, assim como entender que eles são a base de todo o processo civil, influenciando todos os passos e seguimentos de uma demanda. Os princípios que dão origem a execução do Direito Civil, do Direito Privado, em sua totalidade mediante processo podem ser encontrados tanto no Código de Processo Civil quanto na Constituição da República, expressando sua enorme relevância. Foram utilizados métodos de abordagem da pesquisa explicativa por intermédio do uso de doutrinas como objeto de estudo dos Princípios Norteadores do Direito Processual Civil, resultando na explicação dos diversos princípios existentes e concluindo o trabalho com a compreensão da influência e notoriedade destes princípios para todo o Direito Processual Civil e sua aplicação ao caso concreto.

Palavras-chave: Princípios. Processo. Civil.

Introdução

Para compreender mais sobre, de início é valido observar o Princípio da Inércia da Jurisdição, este define que o Poder Judiciário deve permanecer inerte até que seja provocado pela parte, e a partir deste momento ele continua pelo Princípio do Impulso Oficial, onde estando o processo instaurado o juiz seguirá com todas as fases até o encerramento, porém ainda relacionado a aquele princípio há uma exceção, quando se trata do Princípio Inquisitório, o juiz de ofício instaura o processo, sem necessidade da parte estar presente, mas ainda assim lhe conferindo o Princípio do Contraditório e Ampla Defesa, que são princípios constitucionais imprescindíveis para o decorrer do processo e que serão expressos a seguir, respeitando também a vedação da decisão-surpresa. O Princípio do Contraditório explica a necessidade da ciência do sujeito que está participando do processo, ele deve ser cientificado, informado sobre sua

cooperação para que possa agir de modo a resistir ou reagir, se trata da colaboração de todos os sujeitos processuais que devem estar presentes e que precisam estar naquela demanda, influenciando no Princípio da Ampla Defesa, que trata de após estar ciente da sua participação o indivíduo, o réu, poderá utilizar de todos os recursos possíveis para se defender de tal imputação, para que assim, com a observância destes dois princípios haja uma decisão acerca do processo.

Na sequência, o Princípio do Devido Processo Legal está atrelado ao fato de existir um modo de agir do órgão jurisdicional perante um processo, devendo respeitar os direitos fundamentais e o devido processo legal de tal maneira a seguir um modelo para todas as ações, assegurando assim toda e qualquer possibilidade de ataque, pertinente ao processo, pelas partes, ele que controla o modo de agir do Estado-juiz, desde a sua provocação até a decisão dada. Um dos exemplos para demonstrar o princípio falado acima é o Princípio do Juiz Natural que deixa expresso a importância de as partes do processo serem julgadas, processadas e sentenciadas por um juiz ou tribunal que já estava inscrito ali antes do acontecimento que levou a ajuizar a ação, para evitar tribunais e juízo de exceção, corroborando para a imparcialidade e a objetividade do juiz, gerando assim o Princípio da Imparcialidade do Juiz, pois deve o magistrado ser alheio ao litígio, não possuindo relação com nenhuma das partes, ainda que indiretamente, sob alegação de suspeição e impedimento.

Ao final do processo é preciso observar dois princípios muito importantes, o Princípio da Motivação das Decisões que destaca que todas as decisões do juiz devem ser fundamentadas, explicadas, para demonstrar transparência e assegurar o Princípio da Publicidade, prestando contas para a sociedade, tornando público o processo, exceto os segredos de justiça devido a intimidade e o interesse da parte. Todos estes princípios que foram expressos no presente trabalho e os demais que não foram falados são de extrema importância para o seguimento do processo, eles guiam, norteiam, o Direito Processual Civil e são a base de toda aplicação do Código de Processo Civil.

Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é a compreensão dos princípios que são a base, a origem, do direito processual civil.

Metodologia

Foram utilizados métodos de pesquisa básica explicativa por meio de doutrinas.

Resultados e Discussão

Observa-se que os princípios são inter-relacionados, podendo até mesmo que um dê origem a outro, havendo uma sequência lógica que delimita as fases do processo, estando um princípio voltado para a parte inicial enquanto outro está presente na parte final, devendo os princípios estarem ligados aos processos, não se desvinculando deles.

Conclusões

O tema explicitado não deixa dúvidas quanto à necessidade e a importância dos princípios base do direito processual civil para a aplicação no caso concreto, cada um tem sua atuação na demanda, e há espaço para todos, e a depender da ação tem-se a observância de alguns princípios e de outros não, como por exemplo são as exceções ao Princípio da Inércia da Jurisdição e ao Princípio da Publicidade. Não há processo civil sem a execução dos Princípios Norteadores, uma ação sem contraditório e ampla defesa não está de acordo com os ditames do devido processo legal. Todos os sujeitos do processo devem se atentar a presença dos princípios, caso contrário declara-se nulo o processo.

Referências:

ARAUJO, Luis Carlos de, MELLO, Cleyson de Moraes. et al. **Curso do Novo Processo Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. 56.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.1v.

A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DECORRENTES DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Ana Carolina Oliveira Cruz – ULBRA-annacarolina.cruz@hotmail.com
Gabriel de Souza Pereira – UNIFASC- bielsouzasp@icloud.com
Lucas de Souza Pereira – UNIFASC- lsp-16@hotmail.com
Yaskara Aparecida de Lima – UNIFASC- yaskaraliima@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca verificar as possibilidades de responsabilização civil nos casos de Alienação Parental. A Alienação Parental é classificada como um processo pelo qual o genitor (alienante) coloca o filho contra o outro genitor (alienado), se utilizando de meios em que levam a criança a odiar o outro genitor, sem que tenha nesta rejeição qualquer fundamento. Apesar de bastante debatido, ainda surgem dúvidas sobre o tema, devido a sua relevância na vida das crianças e dos adolescentes que passam por esse conflito quando o casamento dos pais chega ao fim. Sendo assim, o presente trabalho se desenvolveu pela busca em descobrir a eficácia da Lei n. 12.318/2010 para a proteção do menor na Alienação Parental. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, através da leitura de livros, artigos científicos, e buscas em sites jurídicos confiáveis, que visa sobre o presente tema.

Palavras-chave: Família. Alienação Parental. Direito Civil.

Introdução

A definição do termo de Alienação Parental foi conceituada inicialmente nos Estados Unidos, pelo psiquiatra Dr. Richard Gardner no ano de 1985, que é a situação na qual o pai ou a mãe condiciona o filho a não gostar do genitor alienado, causando assim a quebra dos laços afetivos com o mesmo, e por consequência acarretando sentimentos profundos de ansiedade, raiva, medo ou qualquer outro que o alienador tenha fomentado. O alienante tem como propósito causar o rompimento dos laços afetivos do menor com o outro genitor; para isso utiliza-se de diversos mecanismos com o fito de desprestigiá-lo perante o menor, fazendo uso, em muitas vezes, da afirmação de ter havido abuso sexual, atingindo um momento em que a criança ou o adolescente não é mais capaz de discernir os fatos verdadeiros daqueles que lhe foram implantados pelo genitor alienante. O menor nem sempre é capaz de

perceber que está sendo ludibriado quando à inserção de tais fatos, porém acaba por acreditar ser verdadeiro, haja vista que é seu genitor que afirma com bastante convicção que realmente se trata de fatos que se sucederam.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as formas de responsabilidades civil decorrentes da alienação parental, á luz da Lei nº 12.318/2010, como ainda, do Código de Processo Civil Brasileiro, para que o menor tenha ao menos uma forma de tentar recuperar o dano psicológico que lhe foi causado. A lei citada, possui em seu artigo 6º, um rol exemplificativo de consequências para aquele (s) que incidir (em) na prática de tal ato.

> "Art. 6º - Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:
>
> I- Declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
>
> II- Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
>
> III- Estipular multa ao alienador;
>
> IV- Determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
>
> V- Determinar alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
>
> VI- Determinar fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
>
> VII- Declarar a suspensão da autoridade parental.
>
> Parágrafo único: Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Assim, tendo por base o direito fundamental de convivência do menor, a aplicação da responsabilidade civil na alienação parental se faz através da definição, primeiramente, de quem está causando esse dano a criança, e ao ser percebido, pode ser levado até o Poder Judiciário para que o juiz solicite a averiguação, mediante uma equipe técnica multidisciplinar do tamanho deste dano, para que dessa forma o agente seja responsabilizado civilmente e encontre a melhor forma de reparação.

Mesmo que ocorra a aplicação de uma destas punições, não haverá dano em relação à responsabilidade civil ou criminal resultante da prática da alienação parental para o alienador; sendo possível, compreender deste artigo, que as vítimas da alienação parental poderão ser ressarcidas pelos danos que lhes foram causados, desde que comprovados os requisitos básicos da responsabilidades civil; bem como não impede a aplicação de outras medidas que sejam adequadas a fim de diminuir ou coibir os efeitos da alienação parental.

Material e Métodos

A metodologia utilizada foi a bibliográfica, através da leitura de livros, artigos científicos, e buscas em sites jurídicos confiáveis, que visa sobre o presente tema.

Resultados e Discussão

O tema Alienação Parental ainda é um tema bem recente, e por este motivo a jurisprudência ainda é pequena em relação a outros temas. A Síndrome de Alienação Parental pode ser evidenciada em inúmeros casos em que a criança passa a rejeitar o pai/ a mãe sem motivo plausível, e para isso cria, distorce ou exagera situações cotidianas para tentar "justificar" a necessidade de afastamento do outro genitor. No entanto, a lei funciona mais como uma maneira de educar os pais e lhe apresentar os dados que estão causando nos seus filhos, pois assim, quando observarem o quão

aquelas atitudes estão sendo prejudiciais na vida do menor e lhe causando danos psicológicos, que posteriormente podem ser irreversíveis.

Conclusão

O presente trabalho buscou analisar as responsabilidades civil dentro da alienação parental, um problema que vem se tornando cada vez mais presente nos últimos anos, pois o momento de convivência pós separação de um casal é quando na maioria das vezes se inicia a Alienação Parental devido a não aceitação do divórcio por um dos genitores. E a partir daí é quando o ex-cônjuge passa a criar falsas ideias do outro genitor ao filho, denegrindo sua imagem. Sendo considerada um dano, a prática de Alienação Parental, pode o alienante ser responsabilizado civilmente pelas lesões causadas aos alienados, pois a responsabilidade civil se resume em ser um dever jurídico de reparar o prejuízo causado em decorrência da violação de um outro dever.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2020. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, 7v: responsabilidade civil. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DUQUE, Bruna Lyra; MOROSINI, Lídia Lorenzoni. Caracterização da Responsabilidade Civil na Alienação Parental. Âmbito Jurídico, São Paulo: 01 de maio de 2017. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-160/caracterizacao-da-responsabilidade-civil-na-alienacao-parental/. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, volume 6: Direito de Família. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

A RESPONSABILIDADE AVOENGA NA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS AOS NETOS

Yasmin Santos Moreira – UNIFASC – yasminsantos776@gmail.com

Ana Luiza Toledo Rodrigues Faria – UNIFASC –analuizatoledo@hotmail.com.br

Resumo: A presente pesquisa tem por escopo analisar os contornos em que si dá a responsabilidade avoenga em relação à prestação de alimentos aos netos. O dever de sustento é a princípio dos genitores. Entende-se então que a obrigação de sustento por parte dos avós pode vir em determinadas situações, como por exemplo, em casos que ambos os genitores são dependentes químicos e não tem condições físicas e psicológicas para permanecerem no exercício do poder familiar, fracassando no sustendo de sua prole. As relações familiares são atualmente fundadas nos anseios e interesses dos integrantes da entidade familiar, priorizando os interesses das crianças e dos adolescentes, onde não são capazes de suprir por si só suas necessidades básicas. A metodologia adotada foi baseada no estudo bibliográfico, em destaque o Direito de Família, estendendo-se para o Direito Constitucional, Civil e o Processo Civil, bem como análise da jurisprudência atual. Diante de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais.

Palavras-chave: Família. Alimentos. Responsabilidade avoenga.

INTRODUÇÃO

As relações familiares são atualmente fundadas nos anseios e interesses dos integrantes da entidade familiar, priorizando os interesses das crianças e dos adolescentes. O objetivo geral consiste em identificar as particularidades da prestação de alimentos quando suportada pelos avós, sendo relevante analisar as peculiaridades que envolvem as partes que se encontram nos opostos da relação jurídica, é dizer, de um lado os netos menores que necessitam de todo um amparo em sua formação, de outro, avós na maioria das vezes idosos, que sobrevivem da aposentadoria que suprem suas necessidades básicas.

Desta feita, o estudo justifica-se por se tratar de obrigação advinda do parentesco, estando relacionada à impossibilidade dos pais de sustento e cuidado para

com seus filhos menores e/ou incapazes; situação essa que implicaria na responsabilização dos avós.

METODOLOGIA

À vista da Constituição de 1988, o conceito de família dá-se pela entidade familiar formada por pais e filhos ou sendo formada por qualquer dos pais e seus descendentes. O legislador constituinte ampliou o conceito de família, incluindo as relações monoparentais, ou seja, um pai ou uma mãe com seus filhos, deixando para traz o paradigma de que obrigatoriamente exista um par (TARTUCE, 2017) e também a família formada a partir da união estável entre homem e mulher (DIAS, 2016).

Sob a ótica civil-constitucional, têm-se na família direitos e obrigações, estas últimas fundadas no parentesco. No tocante à obrigação alimentar, para Maria Berenice Dias esta, inicialmente, é dos pais, contudo, não existindo condições de um ou de ambos o fazerem, tal encargo é transmitido aos ascendentes, parentes mais próximos de grau imediato (DIAS, 2016).

Conforme ensina Maria Helena Diniz, haverá uma responsabilidade subsidiária, pois somente caberá ação de alimentos contra avós se o pai estiver ausente, impossibilitado de exercer atividade laborativa ou não tiver recursos econômicos (DINIZ, 2007).

A metodologia utilizada consiste em pesquisa qualitativa e por meio do método dedutivo, partindo-se do direito fundamental a pertencer a uma família e se chegando à discussão acerca da possibilidade de responsabilização dos avós na prestação alimentar dos netos. Análise realizada através do procedimento de pesquisa bibliográfica em livros, periódicos e publicações publicadas sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família na sociedade atual corrobora com a efetivação da dignidade da pessoa humana, hoje centro do ordenamento jurídico. Ao perquirir acerca da obrigação de

prestar alimentos dos avós, verifica-se possível, desde que ambos os genitores não apresentarem condições de prover o sustento de sua prole. Assim, observou-se tratar-se de obrigação própria, sucessiva, de caráter complementar fundada no vínculo de parentesco entre avós e netos.

REFERÊNCIAS:

DIAS, Maria Berenice. **A Solidariedade familiar e o dever de cuidado nas uniões homoafetivas.** 2010. Disponível: <http://www.mariaberenice.com.br/manager /arq/(cod2_563)19__a_solidariedade_familiar_e_o_dever_de_cuidado.pdf>. Acesso em: 18 setembro de 2020.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LÔBO, Paulo, **Direito Civil:** Famílias. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARMENTO, Daniel. **A ponderação de Interesses na Constituição Federal**. Ed. 3. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

TARTUCE, Flavio. **Direito civil; Direito de família 5**. Rio de Janeiro. Forence: 2015.

TARTUCE, Flavio. **Manual de Direito Civil; Volume Único.** 7. Ed. Rio de Janeiro: 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, volume 6**. São Paulo. Atlas: 2016.

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Evandro de Barros Santana – UNIFASC – santanaevandro43@gmail.com

Tallia Borges Cantalogo – UNIFASC – talliaborges97@gmail.com

Thalya Assis Silva – UNIFASC – thalyaassis.97@gmail.com

Orientadora: Maria Edwiges Maia – UNIFASC – edwigesmaia4@gmail.com

Resumo: O direito pátrio resguarda aos cidadãos, à luz do princípio da livre iniciativa, a faculdade criar e explorar atividade econômica através da constituição de pessoa com personalidade jurídica, gozando de proteção patrimonial para os bens de cada qual – tanto pessoa jurídica quanto seus sócios – estando isentos de qualquer intervenção estatal senão em virtude de lei (abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade, confusão patrimonial). Neste ínterim, utilizando levantamento bibliográfico (livros de doutrina, artigos de revista científica e publicados na internet, além de jurisprudência e legislação), sob o ângulo exploratório e de ótica qualitativa, conclui-se que, comprovadas tais desordens na administração do patrimônio, dentro do caderno processual, poderá o juiz, mediante requerimento, decretar a ampliação da responsabilidade (quebra de autonomia), afastando a proteção patrimonial dos bens da empresa e de seus sócios, presentes e futuros. A depender do momento processual pode sobrevir, incidentalmente, uma ou mais das quatro espécies de desconsideração da personalidade jurídica: direta (sócios beneficiados pelo ato ilícito), indireta (empresas controladas, controladoras e coligadas), inversa (pessoa física proprietária de empresa) e expansiva (sócios ocultos).

Palavras-chave: Desconsideração. Responsabilidade. Sócios.

INTRODUÇÃO

A constituição de sociedades por cotas de responsabilidade limitada atrai a segregação patrimonial entre os bens desta com seus sócios e, consequentemente, somente em casos excepcionais e previstos em lei essa autonomia patrimonial pode ser superada. A revisão bibliográfica da temática desconsideração da personalidade jurídica, se mostra suficientemente capaz para elucidação e explanação do instituto e suas espécies.

A Personalidade Jurídica e sua Desconsideração

Empresas do tipo societário 'sociedade limitada', no momento de sua constituição, elaboram um contrato social onde preveem os direitos e as obrigações de seus sócios constituintes, instituindo-se a personalidade jurídica a partir daquele ato, na forma do art. 981 do Código Civil, para "o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados", em cumprimento ao que vaticina o art. 1052 do mesmo diploma legal, pois "a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social" (BRASIL, CC, 2002). No mesmo sentido, o art. 7º, da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019 que, alterando o Código Civil, incluiu o art. 49-A, reafirmando a separação patrimonial entre sociedade e seus sócios. (BRASIL, Lei da Liberdade Econômica, 2019).

Cumpridos os atos formais de registro nos órgãos competentes a personalidade jurídica adquire deveres e direitos, inclusive, quanto a autonomia patrimonial em face de seus sócios (e vice-versa) e, nos termos lecionados de Didier Júnior (2015, p. 599),

> Se assim é, o caráter de instrumentalidade implica o condicionamento do instituto ao pressuposto do atingimento do fim jurídico a que se destina. Qualquer desvio ou abuso deve dar margem para aplicação da sanção contida na desconsideração da personalidade jurídica, segundo a doutrina brasileira.

Diante da possibilidade de existência de cenários de fraude ou de abusos de direitos da personalidade jurídica, o art. 50 do Códex Subjetivo autoriza a desconsideração desta:

> Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. (BRASIL, CC, 2002)

Para desconsideração da pessoa jurídica se faz necessário o encaixe do caso concreto em uma das duas teorias: a maior – comprovada pelo desvio de finalidade (fraude ou abuso de direito) ou pela confusão patrimonial (desordem na administração do patrimônio empresarial em contrapeso ao patrimônio dos sócios) – e a menor – onde

basta a existência do dano e a insuficiência patrimonial para sua decretação, aplicada em hipóteses excepcionais previstas na legislação no direito do Trabalho, direito Ambiental e direito do Consumidor.

Nada obstante, existe hodiernamente quatro espécies de desconsideração da personalidade jurídica, a saber:

Direta – a responsabilidade jurídica é estendida aos bens particulares dos sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo ato ilícito;

Indireta – a responsabilidade é ampliada às sociedades controladoras, controladas e coligadas quando uma delas tiver se valido da condição dominante para fraudar seus credores, conquanto não caiba o reconhecimento de grupo econômico;

Inversa – a responsabilidade da pessoa física do sócio é desdobrada à empresa, para restituir o patrimônio transferido pelo sócio devedor em fraude ou abuso; e,

Expansiva – empresa constituída em nome de terceiro, mas é sócio oculto que detém o poder de decisão e de mando, logo este também pode responder.

Tais instrumentos processuais são utilizados para coibir fraudes e abusos de direito, bem como satisfazer execuções judiciais, privilegiando princípios jurídicos: efetividade no cumprimento de sentenças; razoável duração do processo; e, dignidade da justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da personalidade jurídica com desvio de finalidade ou com indícios de confusão patrimonial atrai a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, cuja função primordial é assegurar o ressarcimento do dano, afastando a separação patrimonial garantida pela lei entre a empresa e seus sócios, podendo ocorrer de forma direta, indireta, inversa ou expansiva.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13105.htm. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 set. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 31 ago. 2020.

DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. - 20. ed. - Salvador: Ed. Jus Podivm, 2018.

O DIREITO DO TRABALHO E AS FORMAS DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO PREVISTAS NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Evandro de Barros Santana – UNIFASC – santanaevandro43@gmail.com

Tallia Borges Cantalogo – UNIFASC – talliaborges97@gmail.com

Thalya Assis Silva – UNIFASC – thalyaassis.97@gmail.com

Resumo: O direito do trabalho é um dos ramos do direito mais importantes para todo e qualquer cidadão que possui direitos e deveres dentro de uma sociedade. Esse ramo engloba todas as garantias que o trabalhador brasileiro possui e suas obrigações com o meio social. Para chegar a um resultado satisfatório nesse trabalho, foi necessário o estudo do Direito do Trabalho e das previsões expressas na Consolidação das Leis do Trabalho, sobre a dispensa sem justa causa e os direitos obtidos a partir desse acontecimento, tendo como referência livros, artigos e documentos sobre o assunto, o que faz com que essa pesquisa seja bibliográfica e documental. Foi usado como fundamentação teórica o livro "Direito do Trabalho" de Carla Tereza Martins e o artigo acadêmico "Rescisão do contrato de Trabalho por inciativa do empregador" de Carlos Machado, e como fonte de pesquisa documental, utilizou-se o Decreto Lei 5452/43. Por fim, o objetivo geral desse artigo científico é identificar quais os direitos do empregado demitido sem justa causa e os deveres do empregador ao realizar a rescisão contratual de acordo com a CLT.

Palavras-chave: Trabalho. Empregado. Empregador.

INTRODUÇÃO

A Consolidação das Leis do Trabalho relata em alguns artigos os direitos dos trabalhadores que são demitidos com ou sem justa causa e também os direitos daqueles que pedem demissão ou que tenham que colocar fim a relação de emprego por algum motivo. Os direitos nela previstos valem para qualquer pessoa física que preste serviço de natureza não eventual, sob dependência do empregador mediante salário.

De acordo com o artigo 3º do Decreto lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

> Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. (BRASIL, CLT,2017)

Quando um empregado é demitido sem justa causa, modalidade essa prevista no Decreto Lei 5452/43 (CLT) ele adquire no momento da sua demissão alguns direitos que devem ser respeitados pelo seu empregador, sendo esse a empresa individual ou coletiva que assume os riscos da atividade econômica desenvolvida, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal do serviço daquele empregado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Relação de Emprego

O contrato de trabalho se trata de um negócio jurídico, sendo as partes o empregado, pessoa física que presta serviços à determinado empregador sob sua dependência mediante pagamento de salário, e o empregador, considerado uma empresa individual ou coletiva que assume os riscos da relação de trabalho e que admite o empregado mediante remuneração.

Essa relação de trabalho se torna uma relação de emprego, quando existe um vínculo entre o empregado e o empregador. Para a existência dessa relação é preciso a presença de alguns requisitos, sendo eles: a pessoalidade, no qual o sujeito sendo empregado possui o dever de prestar serviços ao empregador pessoalmente; a natureza não eventual do serviço, onde a prestação do mesmo é recorrente e possui uma certa habitualidade; a onerosidade, onde o serviço prestado é feito mediante remuneração; e a subordinação, a qual o empregado se sujeita ao poder diretivo do empregador.

Extinção do contrato de trabalho

O contrato de trabalho pode ser por prazo determinado e indeterminado. Os contratos por prazo indeterminado não contêm um prazo de vigência, estes podem ser rescindidos por qualquer das partes a qualquer momento desde que observados as normas previstas na CLT.

As formas de extinção previstas no Decreto lei 5.452 de 1943 são: extinção do contrato por iniciativa do empregador, sendo a dispensa sem justa causa (tema do

presente artigo) e dispensa por justa causa; extinção do contrato de trabalho por inciativa do empregado, sendo o pedido de demissão e dispensa indireta; extinção do contrato por comum acordo entre as partes; ou a extinção do contrato por fatos alheios à vontade das partes.

Dispensa sem justa causa

A dispensa sem justa causa é uma das modalidades de extinção de trabalho por iniciativa do empregador, ao haver a dispensa por esse motivo, o empregado tem direito a uma indenização de 40%, referente a todos os depósitos efetuados na sua conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho e além desse direito é devido ao empregado as verbas rescisórias em razão de sua dispensa, sendo elas: saldo de salário; 13º salário proporcional; férias vencidas e proporcionais com acréscimo de 1/3; aviso prévio e seguro desemprego. As verbas rescisórias citadas acima, só serão devidas aos empregados dispensados sem justa causa, portanto, elas podem variar conforme a modalidade de extinção de determinado contrato de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente artigo, pode-se concluir que a dispensa sem justa causa gera direitos aos empregados que nela se enquadram e deveres aos empregadores que os dispensam, e a sua não observância podem gerar conflitos e acabar em processo judicial. Portanto, é necessário que ambas as partes da relação empregatícia estejam cientes das obrigações jurídicas que essa relação de emprego traz aos mesmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Consolidação das leis do trabalho**. 23. Ed. São Paulo: Saraiva ,2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho.** 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALIENAÇÃO PARENTAL: uma interdisciplinaridade do direito de família e da psicologia

Ingridy Candida Cunha – UNIFASC – ingridy.ccunha@gmail
Jennyfer de Souza Ferreira Diniz – UNIFASC – jennyferdiniz@hotmail.com
Daniela Rodrigues Silva – UNIFASC – daniela.brasilfarma@gmail.com
Amanda Silva Nascimento – UNIFASC – aamanda.n@hotmail.com
Saulo Nunes dos Santos – UNIFASC – advocaciasns@gmail.com
Orígenes Rosendo da Silva Neto – UNIFASC – origenesneto@gmail.com

Resumo: A Alienação Parental é um exercício muito comum praticado na sociedade, com o intuito de prejudicar sua relação com o genitor, causa diversas consequências negativas quando se trata dos filhos. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a prática da Alienação Parental no instituto familiar, bem como apresentar a relação deste instituto na psicologia e no direito de família, finalizando com a exposição das consequências que este ato gera e possível resolução de conflito. Foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e descritiva, concluindo assim que, apesar da prática desses atos serem muito comuns nas instituições familiares, o filho não deve ser envolvido no meio das brigas familiares, e o melhor caminho é a guarda compartilhada para evitar essas práticas, resguardando seu direito fundamental de ter uma convivência familiar saudável, assim dividindo direito e deveres para o melhor interesse do menor.

Palavras-chaves: Alienação Parental. Família. Guarda Compartilhada.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o tema de Alienação Parental e sua interdisciplinaridade do direito de família e da psicologia, com o intuito de discutir o comportamento do genitor alienante e os motivos que o levam a esta prática e as consequências que podem trazer para o menor e genitor alienado, apresentando possível resolução de conflitos.

A instituição familiar, que visa o compartilhamento do dever de ambos os pais para o exercício à pessoa e aos bens do filho menor não emancipado, com vistas ao desenvolvimento integral da sua personalidade. Contudo, dentro da estrutura familiar, existem conflitos entre pais, resultando em consequências em seus filhos. Com o fim do relacionamento, inconsciente ou não, o genitor aliena o filho contra o outro genitor, implantando falsas memorias no menor, manipulando-o, afetando sua formação psicológica, exercendo a prática da alienação parental. Assim, foi criada a Lei da

Alienação Parental, Lei 12.318/2010 com o intuito de resolver o problema, estudado dentro do Direito de Família e da Psicologia.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho é desenvolvido com base em pesquisas documentais, que são dispositivos legais e pesquisa bibliográfica, tais como livros, artigos científicos, monografias e dissertações já publicadas para dar validade científica e melhor desenvolvimento do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo tem como objetivo geral analisar o comportamento do genitor alienante e as consequências que pode trazer para o menor alienado, pois com os aumentos de divórcio e separações na atualidade, é comum a prática da alienação parental exercida pelos genitores, com o intuito de prejudicar a imagem do outro genitor causando prejuízo diante dos seus vínculos fraternais, e, em consequência disso, interfere na sua formação psicológica, dessa forma, será conceituado a alienação parental e seu amparo legal da Lei 12.318/2010.

Também serão abordados as características do genitor alienador e os fatores que o levam a esta prática, pois diante das separações traumáticas, podem gerar sentimento de rejeição em um dos genitores, associados a lembranças dolorosas pretéritas da infância e a traços estruturais perversos podem desencadear uma resposta imediata, o desejo de vingança e de destruição do outro genitor. (NETO; QUEIROZ; CALÇADA, 2015, p. 20). Eles apresentam comportamento frequentes, como explica Trindade (2012, p. 201-202), de “sentimentos destrutivos de ódio, ciúmes, fatores econômicos, de superproteção do alienador em relação aos filhos, cuidados inadequados aos filhos, medo e incapacidade perante a vida e realizar mudanças súbitas ou radicais”.

Dessa forma, será feita uma interdisciplinaridade do tema, que serão analisados na psicologia os aspectos conscientes e inconscientes dos fatos, como o comportamento do exercício da alienação parental dentro da família, os perfis dos genitores alienantes e os efeitos que isto implicam, no direito de família, tem a proteção jurídica da família e sua intervenção judicial quando necessária.

E por fim, serão discutidas as consequências deste fenômeno para o menor alienado, há muito sentimento e conflitos internos envolvidos, e decorrem muitos efeitos negativos quando expostos a essa prática alienante. Dessa forma, é necessário buscar resolução de conflito no instituto familiar, que visa preservar seus direitos fundamentais e de personalidade do menor, sendo a ideal a guarda compartilhada, para melhor desenvolvimento em crescer com ambos os pais, deixando de lado ressentimentos, brigas e discordâncias, não havendo espaço para disputas, discórdias e egoísmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a família é um instituto importante para o amparo do menor, que necessita de guias para sua formação, possibilitando ao filho que cresça com um desenvolvimento saudável e equilibrado. Contudo, com o fim da relação, muitas famílias são afetadas com a prática da alienação parental, expondo o filho no meio dos conflitos, com o intuito de prejudicar a imagem do outro genitor, afetando seu relacionamento.

Dessa forma, com o fenômeno dessa prática alienante, além de inúmeras consequências, os filhos podem ser afetados negativamente na sua formação psicológica. E para coibir essa prática, o ideal seria promover a guarda compartilhada para evitar as influências contra os filhos, para participar da sua vida, dividindo os direitos e as obrigações que todos os pais possuem, englobando todos os cuidados essenciais a um desenvolvimento sadio, com o dever zelar pelo bem do filho, pois é um ser humano que ainda está em desenvolvimento psicológico e necessita de todo apoio moral e afetivo de ambos os pais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.318,** de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm>. Acesso: 05 nov. 2020.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da Alienação Parental:** importância da detecção – aspectos legais e processuais. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NETO, Álvaro de Oliveira; QUEIROZ, Maria Emília Miranda de; CALÇADA, Andreia. **Alienação parental e família contemporânea**: um estudo psicossocial. Recife: FBV/Devry, 2015.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito**. 6. ed. rev. atual. E ampl. Porto Alegre: Livraria dos Advogados Editora, 2012.

PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E BIOSSEGURANÇA NA ÁREA DA SAÚDE

PACIENTES HIPERTENSOS NA ODONTOLOGIA

Alyne Vasconcelos de Oliveira - UNIFASC - alynevasconcelos89@gmail.com

Eduarda Aparecida da Silva Pereira - UNIFASC - eduarda_aparecida1205@hotmail.com

Larice França Soares - UNIFASC - laricefranca09@gmail.com

Pâmela Cristina G. Cruz Leles - UNIFASC - pamelaleles0@gmail.com

Débora Rocha - UNIFASC - debora@hotmail.com

Simone Ramos Deconte - UNUNIFASC - simonedeconte@UNIFASC.edu.br

Resumo: A hipertensão é uma cardiopatia que se caracteriza pela elevação anormal da pressão arterial, podendo resultar em complicações cardiovasculares, renais, trombose e acidentes cerebrovasculares. Pacientes hipertensos tem maior probabilidade de desenvolver problemas bucais e complicações resultantes de anestésicos utilizados em procedimentos odontológicos. A revisão literária demostra que pacientes que fazem uso de remédios para a hipertensão tem maiores chances de desenvolver um aumento de tecido gengival e menor produção de saliva, o uso inadequado de anestésicos pode agravar o quadro de hipertensão do paciente. Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância dos cirurgiões dentistas conhecerem métodos de abordagem no tratamento de pacientes com hipertensão, a fim de realizar um tratamento adequado e eficiente, além de evitar possíveis complicações. A metodologia utilizada foi a de analise literária de artigos e estudos publicados na plataforma do Google Acadêmico e do Scielo, sendo analisados artigos publicados entre os anos de 2010 a 2020. Conclui-se que é de extrema importância que os cirurgiões dentistas procurem aperfeiçoar seus conhecimentos e técnicas de abordagem para com o paciente hipertenso.

Palavras-chave: Hipertensão, Odontologia, Anestésicos.

INTRODUÇÃO

A hipertensão é uma cardiopatia que se caracteriza pela elevação anormal da pressão arterial, podendo resultar em complicações cardiovasculares, renais, trombose e acidentes cerebrovasculares (NICOLLY et al., 2013; ELISA et al., 2010). Conforme Elisa e colaboradores, (2010), apud Macedo e colaboradores., (2010) cerca de 30 milhões de brasileiros são hipertensos, sendo que metade não sabem que apresentam tal doença.

Para os cirurgiões dentistas é fundamental que se conheça as possíveis complicações e consequências que podem vir a aparecer durante o atendimento clinico

ou por consequência dos medicamentos utilizados. O uso de anestesia em pacientes hipertensos é um tema que vem sendo debatido pelos profissionais de odontologia, uma vez que, o medicamento pode causar algumas alterações cardiovasculares e complicações orais, como por exemplo, o aumento do tecido gengival e uma menor secreção salivar. (NICOLLY et al., 2013, apud YAGIELA, HAYMORE, 2007).

O uso de anestésicos com vasoconstritores em pacientes hipertensos deve ser analisado, levando em consideração a condição do paciente, os níveis adequados e seguros de anestésico que se pode aplicar no paciente sem agravar o seu quadro de hipertensão. A substância com vasoconstritores é utilizada em anestesias para prolongar o efeito do anestésico, promovem hemostasia localizada, reduzem sua toxicidade sistêmica e retarda a absorção do anestésico (ELISA et al., 2010. apud MALAMED, 2005; SOARES et al., 2006; YAGIELA, 1995).

Pacientes hipertensos fazem uso de medicamentos anti-hipertensivos, combinado com uma alimentação saudável e atividades físicas diárias, afim de melhorar sua condição de vida e evitar agravamentos. As pesquisas feitas demonstram que, por esses pacientes usarem medicamentos anti-hipertensivos, eles ficam mais vulneráveis a desenvolver doenças ou alterações na cavidade oral (ELISA et al., 2010. apud BAVITZ, 2006, INDRIAGO, 2007, YAGIELA, HAYMORE, 2007). A hiperplasia gengival, ou seja, o aumento de células no tecido gengival, podendo ser tratada a curto prazo por uma intervenção cirúrgica periodontal, tendo em vista que se o paciente continuar utilizando o medicamento a hiperplasia acontecerá de novo, neste caso é adequado orientar o paciente a ir no seu médico e pedir para trocar o medicamento por outro fármaco com outras dosagens que se adapte melhor ao paciente, sem causar hiperplasia gengival (ELISE et al., 2010. apud BAVITZ, 2006, INDRIAGO, 2007, RITTER, 2007, YAGIELA, HAYMORE, 2007).

Outras condições que alguns anti-hipertensivos podem provocar são o aumento da incidência de cáries, sensação de queimação/ ardência bucal, má adaptação de próteses e a dificuldade de deglutição e mastigação (ELISE et al., 2010. apud BAVITZ, 2006, INDRIAGO, 2007, RITTER, 2007, YAGIELA, HAYMORE, 2007, KUO, POLSON, KANG, 2008).

Foi observado também que o uso de anestésicos com vasoconstritores em pacientes hipertensos podem acarretar em um aumento ainda maior da pressão arterial, náuseas, palpitações, arritmias, taquicardia, tremores, angina, parada cardiorrespiratória, óbito e diversas outras reações (NICOLLY et al., 2013; ELISA et al., 2010). É necessário que o cirurgião dentista conheça as condições de saúde do seu paciente, se a sua pressão arterial é muito elevada, se ela presenta constância ou se vive oscilando, se faz acompanhamento médico, se faz o uso de medicamentos, se tais medicamentos estão realmente controlando a pressão arterial do paciente. Conforme NICOLLY et al., (2013) o uso de anestésicos locais com vasoconstritores não é contraindicado, desde que não sejam administrados mais de dois tubetes por atendimento clínico. Conforme ELISA et al., (2010) anestésicos locais com vasoconstritores podem ser utilizados em pacientes

com hipertensão controlada, sendo utilizado uma dosagem adequada e segura do anestésico.

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância dos cirurgiões dentistas conhecerem métodos de abordagem no tratamento de pacientes com hipertensão, a fim de realizar um tratamento adequado e eficiente, além de evitar possíveis complicações.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho a metodologia utilizada foi a revisão literária de artigos e estudos publicados na plataforma do Google Acadêmico e Scielo, no período entre 2010 a 2020.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o cirurgião dentista deve utilizar metodologias adequadas no atendimento e tratamento de pacientes com hipertensão, realizando um atendimento de qualidade e evitando possíveis complicações.

REFERÊNCIAS:

ELISA, A., LEONARDO, J., ALMEIDA, R. **Pacientes hipertensos e a anestesia na Odontologia: devemos utilizar anestésicos locais associados ou não com vasoconstritores?**. HU Revista, Juiz de Fora, v. 36, n. 1, p. 69-75, jan./mar. 2010.

NICOLLY, A., et al. **Conduta Odontológica em Pacientes Hipertensos**. Revista Brasileira de Ciências da Saúde. vol. 17, núm. 3, pág. 287-292. 2013.

A HARMONIZAÇÃO OROFACIAL: A ODONTOLOGIA DO EQUILIBRIO ESTÉTICO E FUNCIONAL

Laura Marques Nascimento – UNIFASC – Lauramarques01@gmail.com

Lauriene Marques – UNIFASC – S2lauriene@gmail.com

Talita Cristina Rodrigues Pereira – UFU – talitaedf@hotmail.com

Cássio Vinhadelli Ribeiro – UNIFASC - cassiovinhadelli@gmail.com

Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A Harmonização orofacial é um conjunto de técnicas cada vez mais presente na odontologia contemporânea. Esta busca harmonizar o rosto deixando em equilíbrio, dentes, lábios, bochechas. Por meio da harmonização facial pode-se prevenir o envelhecimento, retirando rugas e marcas de expressão. A harmonização orofacial está vinculada com a estética e possibilita uma melhor qualidade de vida para as pessoas, porém é importante ressaltar que a técnica também possibilita tratamentos terapêuticos. Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância da técnica harmonização orofacial para correções de desordens faciais, melhora de autoestima, além de ressaltar seus principais componentes, procedimentos e aplicações. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases de dados PubMed e Google acadêmico utilizando as palavras: Harmonização, Orofacial e Toxina. Concluímos que, a técnica de harmonização facial está relacionada à parte terapêutica, auxilia nos casos de desordens faciais, perdas de funções e, também na parte estética, prevenindo o envelhecimento, amenizando sinas de expressão, dando volume o que contribui com o equilíbrio e harmonização do rosto.

Palavras-chave: Harmonização, Orofacial, Toxina.

INTRODUÇÃO

A harmonização Orofacial é a união de técnicas e procedimentos que tem o objetivo de harmonizar e equilibrar o rosto do paciente, respeitando a singularidade de cada um. Estudando as estruturas orais e extra orais do campo facial, a técnica restaura, harmoniza, e corrige a perda de volume e fluidos em tecidos moles. No ano de 2019, a técnica foi regulamentada pelo Conselho Federal de odontologia, como uma área de atuação odontológica, sempre destacando a aptidão do cirurgião dentista em atuar na área, por poder diagnosticar desarmonias faciais de origem esquelética, dentaria e cronológica e pelo seu abrangente conhecimento sobre estruturas faciais e suas funções,

sendo um profissional preparado para diagnosticar a aplicar técnicas, uma vez que o cirurgião dentista, em qualquer especialidade odontológica, deve ser capaz de realizar uma adequada analise facial. A avaliação de simetria do rosto é feita por meio de uma divisão facial horizontal em três terços. O terço superior compreende da inserção do cabelo até a região da glabela, o terço médio vai da região da glabela á região subnasal e o terço inferior da região subnasal ao mento. (MACHADO,2020) e (JUNIOR, 2018)

A procura pela estética facial se intensifica a cada dia, as pessoas não estão apenas em busca do restabelecimento da saúde bucal, mas querem obter uma beleza facial e oral que se interliguem entre si. Vale ressaltar que face como todo, representa grande importância na vida das pessoas, sendo o principal meio de comunicação, por isso a importância de cuidar estética e funcionalmente. (MACHADO,2020).

Dentre as principais técnicas utilizadas na especialidade, podemos citar a aplicação de toxina botulínica, preenchimento com ácido hialurônico, tratamento de mesoterapia, bichectomia, lipoplasia facial, dentre outras. Para uma adequada avaliação, são observadas algumas estruturas faciais, como: o comprimento do lábio, analise do sorriso, o selamento do incisivo superior, projeção nasal, ângulo nasolabial e linha queixo e pescoço. É importante ressaltar que, a harmonização orofacial é uma técnica ligada a saúde e não somente a estética, nesse segundo, ela promove o bem estar psicológico e social, uma vez que as pessoas se sentem com melhor autoestima e mais confiantes, além de também prevenir o envelhecimento diminuindo sinais de expressão e rugas, além disso o ponto de equilíbrio e simetria facial possibilita inúmeros benefícios e soluciona distúrbios s como nas situações de dor e disfunção mastigatória (CAVALCANTI,2017; MACHADO,2020).

O cirurgião dentista, especializado em harmonização orofacial, está apto á realizar procedimentos biofotônicos e laserterapia, efetuar a intradermoterapia e o uso de biomateriais indutores percutâneos de colágeno, fazer a aplicação da toxina botulínica, preenchedores faciais e agregados leucoplaquetários autólogos na região facial. Os procedimentos são realizados nas estruturas orais e faciais dentro das áreas de conhecimento e atuação do cirurgião dentista. (MACHADO,2020).

O objetivo deste trabalho é descrever a aptidão do cirurgião dentista em atuar na área da harmonização orofacial e apresentar a técnica de harmonização facial, com

suas principais aplicações, ressaltando as principais estruturas faciais em que são feitas as aplicações, além de mostrar a sua funcionalidade não apenas estética, mas funcional e terapêutica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases de dados PubMed e Google acadêmico utilizando as palavras: Harmonização, Orofacial e Toxina.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a harmonização orofacial é uma técnica apta a ser manipulada por cirurgiões dentistas, tendo como seus principais procedimentos o uso do ácido hialurônico e da toxina botulínica, substâncias que agem tanto na parte estética como funcional e terapêutica, destacando a importância da harmonização facial não apenas a vinculando com um tratamento estético mas deixando nítido sua funcionalidade terapêutica.

REFERÊNCIAS:

CAVALCANTI, A. N; AZEVEDO, J. F; MATHIAS, P. Harmonização orofacial: Odontologia além do sorriso. Revista Baiana de Odontologia. Bahia, v.8, n.2, p.32-33, 2017.

JUNIOR, R. M; RIBEIRO, P.M; CONDEZO, A. F. B; *et al*. Fundamentos da análise facial para harmonização estética na odontologia brasileira. Bauru, v.9, n.1, p.59-65,2018.

MACHADO, L. L; Atuação do cirurgião dentista na harmonização orofacial. 2020. 2020. Dissertação (Mestrado profissional em pesquisa clínica), Porto Alegre, 2020.

CÁRIE DENTÁRIA: OCORRÊNCIA E PREVENÇÃO

Francielle Dafner de Souza Moraes - UNIFASC – fdmoraes1@gmail.com
Luiz Carlos Mazzioni Júnior - UNIFASC – mazzioni1@hotmail.com
Talita Cristina Rodrigues Pereira – UFU – talitaedf@hotmail.com
Vanessa Ferreira Silva Arantes - UNIFASC – vanessafarantes@yahoo.com.br
Simone Ramos Deconte - UNIFASC – simone@unifasc.edu.br

RESUMO: A cárie dentária é a doença infecciosa que mais acomete a cavidade bucal, podendo atingir todas as faixas etárias. Para o controle da cárie dental como outras doenças crônicas, medidas são indispensáveis como, por exemplo, abordagens à população em seus diferentes níveis sociais e de conhecimento. Essas abordagens devem informar e ensinar mais sobre higienização básica e outros fatores que aumentam a prevalência dessa doença, como o consumo de açúcar. Os programas de prevenção de cáries se concentram em uma dieta balanceada, modificação das fontes e quantidades de carboidratos fermentáveis e integração de práticas de higiene oral no estilo de vida das pessoas. Este trabalho objetiva ressaltar a importância de uma boa higienização bucal e prevenção contra a doença cárie. Utilizou-se nesse estudo a palavra-chave "Cárie", "Biofilme" e "Desmineralização" para busca do conteúdo a ser utilizado nesse trabalho. Foram selecionados artigos das bases de dados "Google Acadêmico" e "Scielo". Concluímos que, a melhor maneira de se prevenir de cáries é adotar medidas profiláticas, tais como, escovação e o uso do fio dental, também é indispensável a consulta com o profissional.

Palavras-chave: Cárie, Desmineralização, Biofilme.

INTRODUÇÃO:

A cárie dentária está presente como uma patologia oral desde os primórdios da humanidade. A doença tem como origem uma dissolução química da superfície dentária, onde há um desenvolvimento de bactérias que formam uma película presente nos dentes (chamada de biofilme), e após certo período de tempo, desenvolvem-se

lesões em partes do dente, como fóssulas, sulcos e fissuras. Esse biofilme se faz presente quando há ausência de uma má higienização, como por exemplo, após refeições, que irá resultar em um desequilíbrio de minerais importantes nos processos como remineralizarão. Para o controle da cárie dental como outras doenças crônicas, medidas são indispensáveis como as abordagens à população em seus diferentes níveis sociais e de conhecimento. Essas abordagens devem informar e ensinar mais sobre higienização básica e outros fatores que aumentam a prevalência dessa doença, como o consumo de açúcar (FEJERSKOV, NYVAD, KIDD, 2017).

O século XX foi um marco da sua bucal historicamente, com a redução gigantesca de ocorrências de cáries dentárias desde o início da década de 70. Deve-se evitar a ingestão frequente de alimentos para se permitir a ação salivar natural de remineralizarão superficial do esmalte, uma vez que o pH mantido constantemente baixo desestabiliza a hidroxiapatita, criando áreas de desmineralização. O aparelho ortodôntico, sem sombra de dúvidas, funciona como um retentor de placa bacteriana e o controle dietético é um meio essencial de se evitar o seu acúmulo frequente e, especialmente, a composição da placa. Os alimentos e bebidas ingeridos durante períodos prolongados de tempo entre as comidas podem inclinar a balança da remineralizarão/ desmineralização em favor do processo de decomposição. (OLYMPIO, et al., 2006).

É valido ressaltar que as doenças bucais também podem ser relacionadas à dieta do paciente como também consumo de álcool e fumo, agravando até mesmo doenças que não são diretamente relacionadas com a boca, como por exemplo, doenças cardiovasculares e diabetes. Especialistas orientam que seja feita a higienização após as refeições com a escova de dente, creme dental e fio dental. Sempre procurar um cirurgião dentista para um tratamento eficaz (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

A escovação é um dos principais meios mecânico-profiláticos e, por isto, deve ser corrigida e melhorada sempre que necessário. O objetivo da escovação não deve ser apenas o cumprimento mecânico e automático de um mero ritual cosmético, mas sim a remoção consciente e eficiente de todo o conteúdo residual formador de placa bacteriana que possa estar aderido aos dentes, aparelhos e sulcos gengivais. Outra alternativa usada com ótimos resultados para a profilaxia e manutenção dos dentes sem

cáries é a aplicação de selantes, que são substâncias com a propriedade de aderirem ao esmalte do dente e que por impedirem o desenvolvimento de microrganismos e carboidratos (calorias), impedem o surgimento de cáries, principalmente na infância e adolescência, que é a fase mais susceptível e de maior dificuldade de conscientização à perfeita higienização (MALTZ, et al, 2016).

Este trabalho tem como objetivo conscientizar a população da importância de se realizar uma boa higienização e prevenção contra a doença cárie.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Nesse estudo utilizou-se a palavra-chave "Cárie", "Biofilme" e "Desmineralização" para a busca do conteúdo a ser utilizado nesse trabalho. Foram selecionados artigos da base de dados "Google Acadêmico", e "Scielo", os quais traziam dados sobre a doença cárie e prevenção para a saúde humana. Quaisquer artigos que fugiam deste tema foram descartados.

CONCLUSÃO:

Concluímos que, a cárie dentária é uma lesão oriunda do desequilíbrio do processo de des-remineralização do dente. Os Alimentos compostos por muito açúcar ou ácidos como algumas bebidas contribuem para o aparecimento dessas lesões. A melhor forma para evitar é tomando medidas profiláticas como escovação correta e o uso do fio dental, repetindo o processo três vezes ao dia. Também é indispensável a consulta com o profissional. O recomendado é uma visita a cada seis meses para que seja feita a avaliação e limpeza dos dentes e, caso necessário, algum procedimento. Além disso, ter uma alimentação saudável auxilia em uma boa saúde bucal.

REFERÊNCIAS:

FEJERSKOV, O.; NYVAD, B.; KIDD, E. A. M. **Cárie Dentária: Fisiopatologia E Tratamento**. 3° Ed. Rio de Janeiro, 2017.

MALTZ, M., et al**. Cariologia: Conceitos Básicos, Diagnóstico e Tratamento Não Restaurador**. São Paulo: Artes Médicas, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Bucal: Cuidado com os dentes é fundamental**. Bolg da saúde, 2015. Disponível em http://www.blog.saude.gov.br/index.php/entenda-o-sus/50230-saude-bucal-cuidado-com-os-dentes-e-fundamental (Último acesso em 24 de março de 2020)

OLYMPIO, K. P. K. et al **Prevenção de cárie dentária e doença periodontal em Ortodontia: uma necessidade imprescindível**. Rev. Dent. Press Ortodon. Ortop. Facial vol.11 no.2 Maringá Mar./Apr. 2006.

A IMPORTÂNCIA ODONTOLÓGICA NO AMBIENTE HOSPITALAR E O PAPEL DO CIRURGIÃO DENTISTA NO TRATAMENTO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Lauriene Marques Alves Borges – UNIFASC – s2lauriene@gmail.com
Laura Marques Nascimento – UNIFASC – lauramarques01@gmail.com
Talita Cristina Rodrigues Pereira – UFU – talitaedf@hotmail.com
Cássio Vinhadelli Ribeiro – UNIFASC – cassiovinhadelli@gmail.com
Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A atuação integral da odontologia hospitalar em processos complexos ou não de equipes multidisciplinares no tratamento dos pacientes é de suma importância, tendo em vista que deve ser dada atenção a cavidade bucal, ser analisada e acompanhada tanto quanto outra parte do corpo. Esta pesquisa foi realizada com base no Google Acadêmico, Revistas e Scielo, onde foram aplicados os seguintes descritores: "Odontologia", "hospitalar" e "oncológico". O presente trabalho teve como objetivo analisar e ressaltar a importância da integração do cirurgião dentista na equipe do âmbito hospitalar e no tratamento oncológico, enfatizando que os pacientes internados e em terapias intensivas necessitam de atendimento especializado por estes profissionais. Conclui-se que a atuação do cirurgião dentista no ambiente hospitalar e na área oncológica é de grande importância para a promoção, prevenção e tratamento dos pacientes internados e em terapia intensiva, pois o acompanhamento especializado desses profissionais no grupo multidisciplinar responsável pelo desenvolver desses tratamentos, oferece aos pacientes melhor condição de vida.

Palavras-chave: Odontologia. Hospitalar. Oncológico.

INTRODUÇÃO

A partir da metade do século XIX começou o desenvolvimento da Odontologia Hospitalar na América, com empenho dos Drs. Simon Hullihen e James Garrestson. Foi necessário um grande esforço para que a Odontologia Hospitalar fosse reconhecida (ARANEGA et al., 2012).

Segundo Neto e colaboradores (2019) de acordo com Brasil (2008) foi estabelecido no ano de 2008 um plano de Lei nº 2.776/2008, visando ser imprescindível o auxílio odontológico na terapia intensiva e demais casos de internação no âmbito hospitalar.

A atuação integral da odontologia hospitalar em processos complexos ou não de equipes multidisciplinares no tratamento dos pacientes é de suma importância, tendo em vista que deve ser dada atenção a cavidade bucal, ser analisada e acompanhada tanto quanto outra parte do corpo. O papel do cirurgião dentista nesse caso se dá ao fator não só do tratamento de alguma patologia oral já estabelecida, mas também no quesito promoção e prevenção de quadros clínicos que possam surgir. Pacientes internados na maioria das vezes não recebem higienização e tratamento adequado na questão quanto ao cuidado da cavidade oral, pois, em diversas situações o cirurgião dentista nem mesmo faz parte da equipe multidisciplinar do hospital. Muitos são os fatores desencadeados devido à falta da integração odontológica no acompanhamento destes pacientes, ao qual podem ocorrer doenças bucais e conseguintes alterações na condução sistêmica dos mesmos, sobretudo nos indivíduos com doença crônica (SILVA et al., 2017).

No que se refere ao tratamento oncológico de cabeça e pescoço onde pacientes são submetidos a radiologia, quimioterapia e cirurgia, podem como decorrência advir a mucosite oral e demais sequelas, induzindo a piora dos casos e até mesmo ao óbito, sendo assim, é necessário que seja realizado pelo cirurgião dentista o atendimento prévio, durante e após ao tratamento oncológico, evitando o aparecimento ou avanço de possíveis complicações (VIEIRA et al., 2012). "O cirurgião-dentista deve estar sempre preparado para detectar lesões cancerizáveis por meio do exame clínico bem como ser capaz de avaliar possíveis fatores de riscos relacionados" (SANTOS et al., 2011). É importante que o câncer bucal seja diagnosticado precocemente, tanto no quesito em proporcionar melhor tratamento ao paciente, quanto por questão econômica.

O presente trabalho teve como objetivo analisar e ressaltar a importância da integração do cirurgião dentista na equipe do âmbito hospitalar e no tratamento oncológico, enfatizando que os pacientes internados e em terapias intensivas necessitam de atendimento especializado por estes profissionais.

METODOLOGIA

A referente pesquisa bibliográfica foi realizada com base no Google Acadêmico, Revistas e Scielo no período de 2011 a 2019, onde foram aplicados os

seguintes descritores: importância do dentista no ambiente hospitalar, odontologia hospitalar e importância da odontologia no tratamento oncológico.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a atuação do cirurgião dentista no ambiente hospitalar e na área oncológica é de grande importância para a promoção, prevenção e tratamento dos pacientes internados e em terapia intensiva, pois o acompanhamento especializado desses profissionais no grupo multidisciplinar responsável pelo desenvolver desses tratamentos, oferece aos pacientes melhor condição de vida, considerando que em diversas situações o cirurgião dentista deve e pode ser capaz de detectar lesões cancerizáveis precocemente e tratar possível surgimento de alteração sistêmica nesses pacientes submetidos a procedimentos tão delicados, não esquecendo de um detalhe mínimo porém não menos importante, que é o auxílio dado aos pacientes na simples e importante higienização bucal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANEGA, A. M; BASSI, A. P. F; PONZONI, D; WAYAMA, M. T; ESTEVES, J. C; JUNIOR, I. R. G. Qual a importância da Odontologia Hospitalar. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Odontologia, Jan/jun. 2012.

NETO, J. M. A.S; FILHO, P. C. A.A; CAVALCANTE, C. R; BARROS, J. V. B. A. R. A; OLIVEIRA, D. R; NETO, J. F. T. A atuação do cirurgião dentista no âmbito hospitalar: Uma revisão de literatura. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 35, v24, 2019.

SANTOS, I. V; ALVES, T. D. B; FALCÃO, M. M. L; FREITAS, V. S. O papel do cirurgião-dentista em relação ao câncer de boca. Odontologia Clínico-Científica, Recife, vol.10, n.3, 2011.

SILVA, I. O; AMARAL, F. R; CRUZ, P.M; SALES, T. O; A importância do cirurgião-dentista em ambiente hospitalar. Revista Médica de Minas Gerais, 2017.

VIEIRA, D. L; LEITE, A. F; MELO, N. S; FIGUEIREDO, P. T. S. Tratamento odontológico em pacientes oncológicos. Oral Sciences, vol. 4, n. 2, p. 37-42, 2012.

EFEITOS DO USO DE CARVÃO ATIVADO PARA CLAREAMENTO DENTAL

Samara Silva Vasconcelos – UNIFASC - samaravasconcelos2002@gmail.com
Maria Fernanda Silva Bernardes – UNIFASC - bernardesmariafernanda75@gmail.com
Talita Cristina Rodrigues Pereira – UFU – talitaedf@hotmail.com
Vanessa Ferreira Silva Arantes– UNIFASC – vanessafarantes@yahoo.com.br
Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: O uso de carvão ativado (CA) para clareamento dental é comum entre as pessoas, porém odontólogos não aprovam o uso desse composto para clareamento, pois o CA causa sensação de clareamento por degradar esmalte dentário, oferecendo uma falsa sensação de clareamento. Para realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico nos principais sites científicos (Google acadêmico, Scielo) utilizando as seguintes palavras-chaves: "carvão ativado", "dente" e "clareamento". Este trabalho tem como objetivo esclarecer que o carvão ativado pode causar sérios danos ao esmalte dental. A partir do trabalho realizado é possível concluir que o carvão ativado é muito utilizado como uma forma mais fácil, prática e barata de clareamento dental, no entanto é um procedimento feito em casa geralmente, sem acompanhamento de um profissional e sem segurança, os efeitos dessa prática é a sensibilidade dos dentes e dores subsequentes, devido a abrasão no esmalte do dentre causado pelo CA que é um material totalmente abrasivo. O ideal para um clareamento eficaz é o realizado pelo profissional dentista que utiliza métodos menos abrasivos e mais eficientes de clareamento dos dentes sem agredi-los.

Palavras-chave: Carvão Ativado. Dente. Clareamento.

INTRODUÇÃO

As pessoas estão constantemente a procura de uma beleza física e algo aparentemente bom aos padrões da sociedade, os dentes são muito importantes para essa

"padrão de beleza" que é imposto, e na busca desse "sorriso perfeito" muitos acabem sendo influenciados por influenciadores digitais a fazerem uso de carvão ativado para o clareamento dos dentes e adquirir os tão sonhados dentes brancos pelo fato de seu baixo custo e seu resultado instantâneo. Mas o carvão ativado possui mesmo o poder de clarear os dentes e deixá-los branquinhos de forma segura? A resposta é Não (MONTEIRO ar al.2020).

O Carvão ativado é um composto geralmente usado de forma em pó e aplicada diretamente nos dentes e também em pastas de dente que prometem dentes mais brancos. O resultado é evidente, mas os malefícios não, e apesar de não serem tão evidentes eles existem. O Carvão ativado tem sua composição o Carbono (C), que é muito poroso, o que facilita a absorção de impurezas nos dentes, apesar de nenhuma comprovação cientifica da eficácia do produto para esse destino os comerciantes de cremes dentais usam esse argumento como marketing. O que não é divulgado, no entanto, é o desgaste dentário causado pelo seu uso e os malefícios que podem ocorrer posteriormente (ROCHA et al., 2019).

Primordialmente os materiais utilizados na higiene bucal devem seguir um contexto de que os cremes dentais devem ter partículas abrasivas menos duras que o esmalte e a dentina e mais dura que as impurezas e manchas no dente, para limpeza. No entanto o carvão ativado é mais duro que a dentina e o esmalte o que ocasiona o desgaste no dente (MONTEIRO et al., 2020).

O carvão mineral é uma matéria extremamente corrosiva e abrasiva e, geralmente causa danos em outros matérias quando entra em contato com ele. Esse desgaste do esmalte dentário causa uma sensibilidade grande a pessoa, pois quanto mais próximo da dentina se chega e mais exposta ela fica mais sensível se torna, e a sensibilidade causa consequentemente a dor nos dentes, principalmente em temperaturas extremas ao comer algo quente ou frio, Isso acontece pois o seu clareamento deve-se a remoção dos detritos e parte do esmalte dentário. Esse material não tem capacidade de penetrar na dentina, por isso só é capaz de retirar manchas superficiais do dente, diferente do procedimento realizado por um profissional utilizando um jato de bicarbonato que chega até a dentina e proporciona uma limpeza profunda e um clareamento real, seguro e eficaz (RODRIGUES et al., 2019).

Este trabalho tem como objetivo esclarecer que o carvão ativado pode causar sérios danos ao esmalte dental.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico nos principais sites científicos (Google acadêmico, Scielo) utilizando as seguintes palavras-chaves: “carvão ativado”, “dente” e “clareamento”.

CONCLUSÃO

A partir do trabalho realizado é possível concluir que o carvão ativado é muito utilizado como uma forma mais fácil, prática e barata de clareamento dental, no entanto é um procedimento feito em casa geralmente, sem acompanhamento de um profissional e sem segurança, os efeitos dessa pratica é a sensibilidade dos dentes e dores subsequentes, devido a abrasão no esmalte do dentre causado pelo carvão ativado que é um material totalmente abrasivo. O ideal para um clareamento eficaz é o realizado pelo profissional dentista que utiliza métodos menos abrasivos e mais eficientes de clareamento dos dentes sem agredi-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONTEIRO, A.B.O; ANDRADE, J.C.S; SANTOS, A.F; influência de cremes dentais clareadores e pó a base de carvão ativado sobre a estrutura dentária: eficácia do clareamento e desgaste;JNT-Facit Business and Technology Journal;Ed. 19; vol. 2; Pág. 3-10; 2020.

ROCHA, M.I.S; MAGALHÃES, M.A; SILVA, C.F; SANTOS-FILHO, P.C.F; MARTINS, V.M; Avaliação da eficácia e riscos do uso do carvão ativado na odontologia; Rocfom;2019.

RODRIGUES, B.A.L; MELO, L.S.A; RIBEIRO, R.A.O; NASCIMENTO, A.B.L; TEIXEIRA, H.M; Avaliação através da tomografia por coerência óptica do esmalte dentário após o uso de dentifrícios clareadores; Revista de Odontologia da UNESP; 2019.

CUIDADOS DA SAÚDE BUCAL NA ODONTOPEDIATRIA

Isabella Mendonça Rosa Silva– UNIFASC – isabellarosa666@gmail.com
Maria Clara Faria Borges – UNIFASC – mariaclarafborges@hotmail.com
Lucas Borges Lopes– UNIFASC – lucasborgesestudos@gmail.com
Vanessa Ferreira Silva Arantes– UNIFASC – vanessafarantes@yahoo.com.br
Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A Odontopediatria é uma área da odontologia que, assim como na pediatria médica cuida das crianças na odontologia. Geralmente são crianças com idade entre 6 meses de idade e 12 anos. É de suma importância que a criança mantenha uma constante visita a esse profissional, recomenta-se que deve se visitar de 6 em 6 meses, desde que esteja em uma perfeita saúde bucal. A criança deve permanecer até que troque toda a sua arcada dentária de dentes decíduos para os dentes permanentes. Nesse trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico com artigos científicos, e pesquisas em diversos sites, relacionados a Odontopediatria. Para tanto, utilizou-se como palavras-chave os seguintes termos: "Odontopediatria", "cárie" e "periodontite". Podemos concluir que a preocupação com a saúde bucal é de extrema importância para todos os indivíduos. Essa deve ser iniciada ainda na infância, logo após o nascimento do primeiro dente de leite. O Odontopediatra é um grande incentivador dos bons cuidados.

Palavras-chave: Odontopediatria. Cárie. Periodontite.

INTRODUÇÃO

A Odontopediatria é uma área da odontologia que, assim como na pediatria médica cuida das crianças na odontologia. Geralmente são crianças com idade entre 6 meses de idade e 12 anos. Porém, o correto seria a primeira visita ao odontopediatra acontecer logo após o nascimento dente decíduo (dente de leite) do bebê (BIZERRIL, 2015).

É necessário ter um acompanhamento com o dentista desde a amamentação, sempre que possível devemos limpar os dentes com gaze e, assim que nascer os dentes devemos os manter eles limpos, tendo uma rotina de escovação, utilizando escovas infantis sempre com a com a cabeça menor para não prejudicar a suas pequenas bocas (CRUVINEL, et al., 2016).

É de suma importância que a criança mantenha uma constante visita a esse profissional, recomenta-se que deve se visitar de 6 em 6 meses, desde que esteja em uma perfeita saúde bucal. A criança deve permanecer até que troque toda a sua arcada dentária de dentes decíduos para os dentes permanentes (BIZERRIL, 2015).

Como o odontopediatra é o primeiro profissional da área da saúde bucal com que a criança irá ter contato, é recomendado que a pessoa que escolher trabalhar nessa área deve-se ter um grande carisma e ser paciente, já que geralmente crianças são mais difíceis de lidar, já que tem mais medo, e são mais impacientes. É muito comum que vejamos esses especialistas com jaleco de animais, com o consultório todo colorido e os instrumentais com bichinhos, o odontopediatra usa de todo esse aparado para trabalhar o lado lúdico da criança e quebrar aquela tensão com que eles têm de ir ao dentista, e esse profissional com todo o seu carisma ele encanta as crianças e cria um laço tão grande de amizade com as crianças que após eles atingirem a idade de ir ao odontopediatra eles ficam bastante chateados de não poder ir mais (SCHAMES, 2020).

As doenças enfrentadas pela odontopediatra são inúmeras, esse profissional assim como o clinico geral trata de todas as doenças bucais possíveis, sendo as mais comuns a cárie, gengivite, periodontite, afta, halitose e fluores. Os principais fatores causais dessas doenças são pelas falta de uma escovação eficaz, por isso é que é tão importante a presença do odontopediatra na infância, já que com todo o seu lado lúdico ele ensina a criança a manter a escovação em dia e da maneira correta, muitas das vezes o aprendizado serve para os pais que geralmente por falta de conhecimento da maneira correta de escovação (SBSBLOG, 2018)

Outro fator que caminha junto é a parte fonoaudiólogo, já que os dois trabalham na mesma área, por isso é importante que os dois profissionais se relacionem bem (SILVA & CANTO, 2014).

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância de uma boa saúde bucal, principalmente na fase da infância.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico com artigos científicos, e pesquisas em diversos sites, relacionados a Odontopediatria. Para tanto, utilizou-se como palavras-chave os seguintes termos: "Odontopediatria", "cárie" e "periodontite".

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a preocupação com a saúde bucal é de extrema importância para todos os indivíduos. Essa deve ser iniciada ainda na infância, logo após o nascimento do primeiro dente de leite. O Odontopediatra é um grande incentivador dos bons cuidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BIZERRIL, DO. Papel do cirurgião-dentista nas visitas domiciliares: atenção em saúde bucal. Rev Bras Med Fam Comunidade; v10(37):1-8, 2015.

CRUVINEL, AFP, et al. Relação entre tempo de aleitamento materno, hábitos bucais deletérios e cárie dentária em bebês. Odontol. Clín.-Cient. (Online) vol.15 n.1, 2016.

SCHAMES, CPU. Odontopediatria: a primeira consulta ao dentista. https://www.alobebe.com.br/revista/odontopediatria-a-primeira-consulta-ao-dentista.html,163

SILVA, TR; CANTO, GL. Integração odontologia-fonoaudiologia: a importância da formação de equipes interdisciplinares. **Rev. CEFAC**, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 598-603, 2014.

BENEFÍCIOS DO FLÚOR NA SAÚDE BUCAL

Marcella Azevedo Mainardes – UNIFASC – marcellamainardes3@gmail.com
Vanessa Ferreira Silva Arantes– UNIFASC – vanessafarantes@yahoo.com.br
Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: O flúor é um mineral natural encontrado em toda a crosta terrestre e largamente distribuído pela natureza. Grandes partes das manchas que aparecem nos nossos dentes podem ter um motivo em comum: fluorose dentária, ou seja, manchas causadas pelo excesso de flúor no esmalte dos dentes. Este trabalho tem como objetivo ressaltar os benefícios do flúor à nossa saúde bucal, quando usado de maneira e quantidade correta. Nesse trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico com artigos científicos, e pesquisas em diversos sites, relacionados a aplicação e ingestão de flúor. Para tanto, utilizou-se como palavras-chave os seguintes termos: "flúor", "odontologia" e "teor". Pode-se concluir que o flúor tem papel primordial no processo de reduzir a progressão de cáries ou até mesmo na dissolução do esmalte dentário, atuando como um elemento cariostático. Porem, o uso excessivo pode ser prejudicial a nossa saúde pública, por isso deve sempre haver um monitoramento a fim de que o teor de flúor seja mantido dentro dos padrões adequados para o controle de cárie e prevenção.

Palavras-chave: Flúor. Odontologia. Teor.

INTRODUÇÃO

O flúor é um mineral natural encontrado em toda a crosta terrestre e largamente distribuído pela natureza. Em sua forma biatômica e em CNTP, é um gás de coloração amarelo-pálido. É o mais eletronegativo e reativo de todos os elementos. Alguns alimentos contêm flúor, assim como a água fornecida por algumas empresas de serviço público. Este possui a função de prevenção de cárie e se concentra nos ossos em crescimento e nos dentes em desenvolvimento das crianças, ajudando a endurecer o esmalte dos dentes de leite e permanentes que ainda não nasceram (RIGO et al., 2015).

A saliva contém ácidos que causam a desmineralização nos dentes. Estes ácidos são liberados após a alimentação. Quando a saliva está menos ácida ocorre justamente o oposto, a reposição do cálcio e do fósforo que mantém seus dentes resistentes. Este processo é chamado de remineralização. Quando o flúor está presente durante a

remineralização, os minerais depositados são mais duros do que seriam sem o flúor, ajudando a fortalecer seus dentes e a prevenir a dissolução durante a próxima fase de desmineralização (CARVALHO, 2002).

Muita gente não sabe, mas grande parte das manchas que aparecem nos nossos dentes podem ter um motivo em comum: fluorose dentária. A fluorose dentária são manchas causadas pelo excesso de flúor no esmalte dos dentes. Isso ocorre porque, apesar do flúor ser benéfico para os dentes na maioria dos casos, é comum também que as pessoas excedam as doses recomendadas e necessárias para ajudar a combater as cáries. Com isso, aparecem manchas na superfície dos dentes, de tons que variam entre o branco e o marrom claro, deixando também o dente mais opaco que o normal (NARVAI, 2000).

A fluorose dentária tem se tornado um problema cada vez mais comum, principalmente pelo fato de que cerca de 90% dos produtos de higiene bucal hoje em dia contém flúor. Além disso, em grande parte das principais cidades do mundo e principalmente na América e na Ásia, a água encanada também tem flúor, aumentando ainda assim a dose consumida pela população (RIGO et al., 2015).

Apesar dos estudos dizerem que não há grandes consequências para quem sofre de fluorose, pois são males "somente" estéticos, a fluorose dental torna-se então um problema relevante em saúde pública, porque em suas formas moderada ou severa, provoca alterações funcionais e estéticas que interferem na formação da personalidade, na inserção no mercado de trabalho, exige tratamento odontológico de alta complexidade em casos mais graves, tem etiologia conhecida e é factível de ser prevenida (CARVALHO, 2002).

Para as crianças, é recomendável fazer a escovação usando cremes dentais sem flúor ou usando menos creme dental e evitar outros produtos que tenham o flúor em sua composição (NARVAI, 2000).

No caso de quem já está com fluorose dentária e deseja trata-la, em casos leves os dentistas geralmente utilizam o método da microabrasão, onde se faz um leve desgaste do esmalte dos dentes quimicamente até atingir uma camada com a coloração natural. Já em casos mais graves, com manchas mais marrons, o clareamento pode ser o único método possível para eliminar a fluorose dentária (RIGO et al., 2015).

Este trabalho tem como objetivo ressaltar que o flúor realmente traz benefícios a nossa saúde bucal, usado de maneira e quantidade correta. Alertando o risco do excesso ao ser consumido, trazendo problemas a nossa saúde publica e até mesmo afetando nossa alto estima, ate porque, uma vez manchados, os dentes não voltam naturalmente à sua coloração natural.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico com artigos científicos, e pesquisas em diversos sites, relacionados a aplicação e ingestão de flúor. Para tanto, utilizou-se como palavras-chave os seguintes termos: “flúor”, “odontologia” e “teor”.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que o flúor tem papel primordial no processo de reduzir a progressão de cáries ou até mesmo na dissolução do esmalte dentário, atuando como um elemento cariostático. Porem, o uso excessivo pode ser prejudicial a nossa saúde pública, por isso deve sempre haver um monitoramento a fim de que o teor de flúor seja mantido dentro dos padrões adequados para o controle de cárie e prevenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARVALHO, JG, et al. Comparação de duas técnicas para remineralização do esmalte. Pesqui Odontol Bras. v. 16, n. 1, p. 89-92, jan./mar. 2002.

NARVAI, PC. Cárie dentária e flúor: uma relação do século XX. Ciência & Saúde Coletiva, 5(2):381-392, 2000.

RIGO, L.; LODI, L.; GARBIN, RR. Diagnóstico diferencial de fluorose dentária por discentes de odontologia. Einstein. v.13(4):547-54, 2015.

CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL

Dhiulliana Souza Santos - UNIFASC - santosdhiulliana@gmail.com
Paloma Cristilian Aparecida Silva-NUNIFASC - pcristilian@gmail.com
Lucas Nagel Silva- UNIFASC - Lucasnagel45@gmail.com
Vanessa Ferreira Silva Arantes- UNIFASC -vanessafarantes@yahoo.com
Simone Ramos Deconte- UNIFASC - simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: Traumatologia do bucomaxilofacial e a área especializada em realizar o tratamento de uma doença da cavidade oral através da cirurgia, seja um trauma de origem patológica, ou um trauma adquirido. Para realizar uma cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial e necessário de um especialista na área, diagnósticos, exames e prognósticos, após a cirurgia e extremamente importante o acompanhamento com um especialista além de uma boa alimentação. Este trabalho tem como objetivo explicitar a área de atuação do profissional que realiza especialização na área de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial. Para realização deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico em bases de dados (SCIELO e Google acadêmico) com as palavras-chave: "diagnóstico", "exame" e "traumatologia". A partir do levantamento realizado, é possível concluir que tem de se entender como um cirurgião bucomaxilofacial irá trabalhar, portanto, o que se pode concluir com estes estudos apresentados é que de como iremos resolver os traumas e os tratamentos pré e pós cirúrgicos nos pacientes.

Palavras-chave: Diagnóstico. Exame. Traumatologia

INTRODUÇÃO

A especialização de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial é uma área da odontologia que trata as doenças, traumatismos, e deformidades congênitas ou adquiridas. As doenças mais comuns tratadas por especialista nessa área são os tumores, cistos, tuberculose e doenças sexualmente transmissíveis como sífilis e AIDS. A cirurgia bucomaxilofacial é geralmente realizada na área hospitalar, já que e necessário uma área mais esterilizada, e o paciente deve ficar sobre anestesia geral (FONSECA et al., 2018).

O cirurgião dentista especializado na área de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial possui competência para atuar com implantes, enxertos, transplantes, biopsias e cirurgia protética, Cirurgia ortodôntica, e cirurgia ortognática (FONSECA et al., 2018).

O tempo de realização da Especialização pode varias entre 2 à 4 anos e, tem como objetivo formar especialistas na área de Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, capazes de oferecer tratamento odontológico segundo as definições e áreas de competência fixadas de acordo com a legislação pertinente do Conselho Federal de Odontologia. Como pré-requisito é solicitado que o candidato seja cirurgião-dentista, registrado no Conselho Regional de Odontologia (CRO); Para ingressar no Programa é preciso que o candidato seja graduado em Odontologia e aprovado em processo seletivo promovido anualmente pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Residência em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial (BAUMGARTEN et al., 2018).

Dentre as atividades práticas dos Profissionais da Saúde está prevista a execução de procedimentos como: cirurgia de dentes erupcionados e inclusos, cirurgia parendodôntica, cirurgia pré-protética, cirurgia dos tecidos moles da boca, cirurgia dos cistos e tumores benignos da boca e face, tratamento das infecções odontogênicas, cirurgias reconstrutivas dos maxilares e face, cirurgias da articulação temporomandibular, cirurgias em implantodontia, cirurgia para correção das deformidades dento-esqueléticas faciais, atendimento emergencial ao paciente traumatizado de face, cirurgia das fraturas do esqueleto facial, atendimento dos acidentes e complicações em cirurgia odontológica, dentre outros procedimentos (FONSECA et al., 2018).

As cirurgias ambulatoriais são realizadas pelos Profissionais da Saúde Residentes, considerando-se a complexidade do procedimento e a capacidade de cada profissional para executá-las. Os procedimentos cirúrgicos hospitalares, sob anestesia geral, são realizados exclusivamente pelo Profissional da Saúde Residente que esteja cumprindo o seu último ano no Programa. Demais Residentes participarão como auxiliares nestas cirurgias (BAUMGARTEN et al., 2018).

As atividades teóricas como aulas expositivas, grupos de discussão e seminários são realizadas semanalmente com a participação dos Tutores, Preceptores, Professores Convidados e os Profissionais da Saúde Residentes (FONSECA et al., 2018).

A área do cirurgião bucomaxilofacial tem se tornado ampla e muitas regiões do país oferece o curso de residência, muitos com a garantia de bolsa pelo Ministério da Saúde. Além disso, se tornou uma grande oportunidade para estabilidade profissional, principalmente daqueles que saíram da faculdade recentemente (BAUMGARTEN et al., 2018).

Este trabalho tem como objetivo explicitar a área de atuação do profissional que realiza especialização na área de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico em bases de dados científicas (SCIELO e Google acadêmico) com as seguintes palavras-chave: “diagnóstico”, “exame” e “traumatologia”.

CONCLUSÃO

A partir do levantamento realizado, é possível concluir que tem de se entender como um cirurgião bucomaxilofacial na área da Odontologia irá trabalhar, portanto , o que se pode concluir com estes estudos apresentados é que de como iremos resolver os traumas e os tratamentos pré e pós cirúrgicos nos pacientes , entretanto , o paciente tende se a fazer sempre um acompanhamento para como possamos avaliar o seu estado de comportamento em que não possa ocorrer nada grave ao paciente.

REFERÊNCIAS:

BAUMGARTEN, A. et al. Protocolo de encaminhamento para cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Regula SUS, 2018.

FONSECA, RJ, et al.Trauma bucomaxilofacial.Elsevier, 4ª.ed., 2018.

https://www.bucomaxilo.org.br/site/informacoes-sobre-a-especialidade-buco-maxilo-facial.php .Acessado em 12 nov.. 2020.

http://www.crosp.org.br/camara_tecnica/apresentacao/3.html . Acessado em 12 nov.. 2020.

CONHECIMENTO E MÉTODOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA GENGIVITE

Amanda de Souza Silva – UNIFASC - mandysantanass@gmail.com

Carlos Daniel Garcias Pessoa – UNIFASC - carlosdanielgarciasp@gmail.com

Francielle Dafner de Souza Moraes – UNIFASC - fdmoraes1@gmail.com

Yandara Fernandes Ferreira Pimenta – UNIFASC - yandaraffp@gmail.com

Débora Rocha – UNIFASC - rocha-debora@hotmail.com

Simone Ramos Deconte – UNIFASC - simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A gengivite é uma doença bucal de ação inflamatória que progride por bactérias que vivem no meio bucal e se fixam aos dentes, desenvolvendo uma placa bacteriana, ou biofilme dental. A má higienização é o principal motivo de sua instalação. A gengivite mostra sinais clínico perceptíveis, como mudança de cor gengival de rosa para um tom avermelhado, inchaço e sangramento podendo evoluir para periodontite, onde poderá ocorrer uma reabsorção óssea, retração gengival, o amolecimento e perda dos dentes. Para a efetuação do controle mecânico do biofilme a escova e fio dental ocupam lugar de destaque. O objetivo desse estudo é caracterizar a gengivite e suas complicações, expor métodos de prevenção, tratamento e controle da mesma. Para tanto, foram selecionados artigos da base de dados "Google Acadêmico", e "Scielo" e, para isso, utilizou-se a palavra-chave "Gengivite", "Gengiva" e "Biofilme" para a busca do conteúdo. Pode-se concluir que, o controle do biofilme dental é fundamental para o tratamento da gengivite.

Palavras-chave: Gengivite, Gengiva, Biofilme.

INTRODUÇÃO

A gengivite é uma doença bucal que atinge grande parte da população e seus sintomas consistem em sangramento dos tecidos gengivais, sem perda de inserção óssea. Trata-se de uma doença de fácil tratamento, porém se não for tratada pode levar a sérias complicações. A gengivite ocorre em qualquer idade, pode ser reversível desde que os microrganismos, glicocálix e superfície dental sejam removido e medidas eficazes sejam instituídas para o controle do mesmo. A causa desta doença bucal está relacionada à formação do biofilme dentário que se não removido em duas ou três semanas pode causar a inflamação das gengivas. O tratamento, baseado muitas vezes no controle do biofilme deixa de ser realizado por falta de informação. As maneiras de

evitar as doenças gengivais são prevenir e tratar, onde o tratamento dessa doença bucal consiste basicamente em uma boa higiene bucal (PINTO, 2008).

Estudos mostram que a gengivite é uma ação inflamatória que progride por meio das bactérias que vivem na boca e se fixam nos dentes por meio de uma película pegajosa, desenvolvendo a placa bacteriana ou biofilme dentário. O biofilme dental é o agente de maior relevância na etiologia da cárie e das doenças periodontais. Pode ser definido como conjuntos bacterianos que ocorrem sobre os dentes. Existe uma ligação muito grande com a higiene bucal deficiente. Sinais clínicos de gengivite começam a aparecer após 10 a 20 dias de acúmulo de biofilme. A má higienização (escovação incorreta ou falta do fio dental) é o principal motivo de instalação da gengivite. O uso de aparelhos ortodônticos fixos ajuda a retenção de restos de alimentos e a adesão do biofilme contribuindo ainda mais para o desenvolvimento da doença nos casos em que existe uma propensão a ela. A gengivite mostra sinais clínicos bem perceptíveis como mudança da cor gengival de rosa para um tom avermelhado, inchaço e sangramento, até mesmo espontâneo na sua fase inicial. Na maioria das vezes pode ou não apresentar um hálito forte, e na maior parte dos casos não apresenta dor (PINTO, 2008).

A gengivite pode evoluir para periodontite se não houver os cuidados necessários, que é uma forma mais preocupante da doença que compromete todos os tecidos ao redor do dente (periodonto) que favorecem sua sustentação, provocando reabsorção óssea, retração da gengiva, amolecimento e perda dos dentes. (HEBLING, 2003).

Um dos grandes responsáveis no desenvolvimento da gengivite é a utilização do tabaco, apresentando não somente uma maior prevalência, mas também uma maior gravidade da doença em pessoas que fumam se comparado a não fumantes (PINTO, 2008).

O controle do biofilme dental é fundamental para o tratamento da gengivite. Para a efetuação do controle mecânico do biofilme a escova e o fio dental ocupam lugar de destaque. A higiene bucal deve ser estimulada o mais cedo possível através do incentivo que os pais passam às crianças. E feita corretamente se torna uma conseqüência de um hábito adquirido. (XAVIER, *et al*, 2008).

O objetivo desse estudo é caracterizar a gengivite e suas complicações, expor métodos de prevenção, tratamento e controle da mesma.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse estudo utilizou-se a palavra-chave "Gengivite", "Gengiva" e "Biofilme" para a busca do conteúdo a ser utilizado nesse trabalho. Foram selecionados artigos da base de dados "Google Acadêmico", e "Scielo", os quais traziam dados sobre a gengivite e suas complicações para a saúde humana. Quaisquer artigos que fugiam deste tema, ou que se referenciassem em doenças animais, foram descartados.

CONCLUSÃO

Considera-se que a gengivite é uma doença bacteriana que se manifesta na grande maioria da população, apesar de não ser uma doença grave, pode levar a eventuais complicações à saúde bucal, quando não tratada. A prevenção e tratamento da gengivite têm como objetivo possibilitar a desorganização e controle do biofilme dental, assim como, promover a ação sobre os fatores de risco associados a esta doença.

REFERÊNCIAS

HEBLING, Eduardo. Prevenção das doenças periodontais. In: Pereira, A.C.; Odontologia em Saúde Coletiva, 1ª Ed, Cap. 20, Artmed, São Paulo, 2003.

PINTO, V.G. Etiologia e Prevenção da Doença Periodontal In: Saúde Bucal Coletiva, 5 ª Ed., Cap.15, Ed. Santos, São Paulo, 2008.

XAVIER, A.S.S.; CAYETANO, M.H.; JARDIM, E.G.; BENFATTI, S.V; BAUSELLS, J. Condições Gengivais de Crianças com Idade entre 6 e 12 anos: Aspectos Clínico s e Microbiológicos. Pesq. Brás Odontoped Clin integr, João Pessoa, v.7, n.1, pg. 29-35, jan. /abr. 2007.

LENTES DE CONTATO: BENEFICIOS E MALEFICIOS

Rayssa Brilhante de Castro – UNIFASC - rayssacastrobrilhante@gmail.com

Gabriel Henrique de Sousa Ferreira – UNIFASC

gabrielhenrique.ferreira3105@gmail.com

Cássio Vinhadelli Ribeiro – UNIFASC - cassiovinhadelli@gmail.com

Simone Ramos Deconte– UNIFASC - simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: Lentes de contato dentais são facetas cerâmicas aplicadas como restaurações dentárias. Estas são utilizadas em casos específicos e que trazem resultados incríveis quanto à durabilidade, estética e naturalidade do sorriso. Por sua fácil aplicação e rápida correção de falhas e imperfeições dos dentes, este tornou-se um procedimento muito procurado. Porém, antes de se realizar o procedimento é necessário que o paciente realize exame clínico adequado, para verificar se há perda da estrutura dental, cáries, manchas, bruxismo não tratado, dentes com canal tratado e que não são indicados para passar por esse método. Este trabalho tem como objetivo ressaltar as principais vantagens e desvantagens na colocação de lentes de contato odontológicas. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados com as seguintes palavras-chave: "lentes", "contato" e "odontologia". Conclui-se que não havendo uma boa comunicação entre o paciente e o profissional pode ocorrer alguma frustação do sorriso não ficar como o paciente deseja. Por isso é de extrema importância que tenha um bom diálogo entre paciente e o dentista, pois com esse procedimento existem muitos pontos negativos e positivos.

Palavras-chave: Lentes. Contato. Odontologia

INTRODUÇÃO

Lentes de contato dentais nada mais são do que facetas cerâmicas realizadas com cerâmicas injetadas que proporcionam maior resistência e resultados mais estéticos com uma espessura muito inferior aos laminados que eram realizados há alguns anos. As facetas cerâmicas, laminados ou lentes de contato dentais, são restaurações dentárias realizadas em casos específicos e trazem resultados incríveis quanto à durabilidade, estética e naturalidade do sorriso. Atualmente, observa-se que viralizou entre os famosos e muita gente, por sua fácil aplicação e por ela corrigir as falhas e imperfeições dos dentes de um jeito mais simples (FILHO, 2011).

Convém lembrar que a lente de contato é feita de duas maneiras sendo elas a lente de contato dental com resina ou faceta de porcelana, sendo um procedimento sugerido para as pessoas que possuem espaçamento entre os dentes, dentes irregulares que provocam incômodos, mesmo sendo na mobilidade e mastigação quanto estético.

Para o procedimento ser realizado o odontologista vai entender os motivos pelo qual o paciente optou a aplicação das lentes de contato, avaliando também se é a melhor opção, se tem alguma vantagem e se é adequado para aquele caso. Caso seja a melhor opção o profissional averiguará o melhor formato e cor para tal paciente (FILHO PRADO, 2014).

Mas como todo procedimento tem suas vantagens e desvantagens. Suas vantagens é que melhora a estética do sorriso, elas melhoram o visual dos dentes amarelados, mal posicionados, quebrados e dando novamente um sorriso mais branco novamente. Também a preservação da estrutura natural do dente por sua fina estrutura não danifica os dentes, mas precisamos lembrar que a higiene bucal precisa de um pouco mais de atenção, pois essa técnica não previne cáries (ARCARI, 2014).

Sua duração média é de 10 a 15 anos, sendo que alguns casos são maiores. Lembrando que tudo isso vai depender da higiene bucal do paciente, tendo seus hábitos de higiene e as visitas regulares ao dentista. O procedimento é um tratamento indolor e pouco invasivo, não necessitando de anestesia, sendo um tratamento feito de forma segura e que gera resultados mais acelerado (DIAS, 2019)

Algumas de suas desvantagens é que existem restrição para o seu uso, para ser feito o procedimento precisa-se ser feito exame clinico adequado, pois em alguns casos que não podem passar pelo método são os que sofrem com grande perda da estrutura dental, cáries, manchas, bruxismo não tratado, dentes com canal tratado e outros. O profissional não pode colocar as lentes logo na primeira consulta pois tudo precisa ser planejado para que tenha um sorriso mais harmônico possível, é preciso analisar alguns fatores envolvidos como a cor da pele, o formato do rosto, a idade e a espessura dos lábios (SANTOS SOARES, 2019).

Não havendo uma boa comunicação entre o paciente e o profissional pode ocorrer alguma frustação do sorriso não ficar como o paciente deseja. Por isso é de

extrema importância que tenha um bom diálogo entre paciente e o dentista (SANTOS SOARES, 2019).

Este trabalho tem como objetivo ressaltar as principais vantagens e desvantagens na colocação de lentes de contato odontológicas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico em bases de dados científicas (SCIELO e Google acadêmico) com as seguintes palavras-chave: “lentes”, “contato” e “odontologia”.

CONCLUSÃO

Conclui-se que não havendo uma boa comunicação entre o paciente e o profissional pode ocorrer alguma frustação do sorriso não ficar como o paciente deseja. Por isso é de extrema importância que tenha um bom diálogo entre paciente e o dentista, pois com esse procedimento existem muitos pontos negativos e positivos.

REFERÊNCIAS:

http://www.bibliotecadigital.funvicpinda.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/221/1/FilhoPrado.pdf

http://faculdadefacsete.edu.br/monografia/files/original/dacd12e994bd21636f6438bb43736241.pdf

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/149376/000845261.pdf?sequence=1#:~:text=Fragmentos%20de%20porcelana%2C%20ou%20as,de%20dentes%20com%20pequenas%20fraturas.

PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DOENÇA PERIODONTAL

Aryel Furtunato Santos – UNIFASC – aryelfurtunato41@gmail.com

Lais Soares Almeida – UNIFASC – lais_soares2011@hotmail.com

Matheus Barros da Silva– UNIFASC – mb5973824@gmail.com

Janyne Carvalho Pimenta– UNIFASC– janynecarvalho@outlook.com.br

Débora Rocha– UNIFASC – rocha-debora@hotmail.com

Simone Ramos Deconte – UNIFASC– simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A Doença Periodontal (DP) é uma infecção crónica, produzida por bactérias gram-negativas, com níveis de prevalência elevados. Esta geralmente aparece como um sangramento na gengiva, podendo se agravar, caso o paciente não procure tratamento. A DP pode ser ocasionada por diversos fatores, tais como má escovação e não uso do fio dental. As placas bacterianas acumulam-se entre os dentes, vão endurecendo e surge o tártaro, podendo ocasionar mau hálito, sensibilidade na gengiva e sangramentos, os quais são diagnosticados como DPs e, outros fatores podem contribuir para a doença, tais como doenças associadas a desordens imunológicas, desordens genéticas, metabólicas, endócrinas e inflamatórias.. Para seleção do conteúdo utilizou-se as palavras "doença", "periodontal" e "prevenção". Foram selecionados artigos da base de dados "Google Acadêmico", e "Scielo". Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância da prevenção da DP, bem como apresentar manifestações clínicas da doença. Assim, ainda que o melhor conselho continue a ser o incentivo à prevenção, salienta-se a necessidade de realizar mais estudos, eventualmente de intervenção, para esclarecer e determinar qual a real associação entre a DP e estas patologias.

Palavras-chave: Doença. Periodontal. Prevenção.

INTRODUÇÃO

A Doença Periodontal é uma infecção crónica, produzida por bactérias gram-negativas, com níveis de prevalência elevados (PETERSEN, et al., 2005), sendo a segunda maior causa de patologia dentária na população humana de todo o Mundo. É definida como uma doença sujeito e sito-específica, que evolui continuamente com períodos de exacerbação e de remissão, resultando de uma resposta inflamatória e imune do hospedeiro à presença de bactérias e seus produtos. Sua progressão é

favorecida pelas características morfológicas dos tecidos afectados, o que a distingue de outras doenças infecciosas (LINDHE, et al., 2003)

As manifestações clínicas da doença são dependentes das propriedades agressoras dos microrganismos e da capacidade do hospedeiro em resistir à agressão. Embora o mais importante mecanismo de defesa resida na resposta inflamatória que se manifesta inicialmente como gengivite, variações na eficácia protectora do processo inflamatório e o potencial patogénico das bactérias podem ser a causa principal das diferenças encontradas na susceptibilidade à Doença Periodontal (PETERSEN, et al., 2005),

O processo inflamatório desencadeado pode culminar com a instalação de uma periodontite. Inicialmente ocorre um desequilíbrio entre bactérias e defesas do hospedeiro que leva a alterações vasculares e à formação de uma inflamação. Esta fase manifesta-se clinicamente com alteração da cor da gengiva, hemorragia e edema, sendo uma situação reversível se a causa for eliminada. Esta situação, definida como Gengivite, promove a fragilização das estruturas, o que possibilita um maior acesso dos agentes bacterianos agressores e/ou seus produtos às áreas subjacentes, podendo resultar na formação de bolsas periodontais, com perda óssea e uma contínua migração apical do epitélio (epitélio longo de união). Este tipo de epitélio oferece menos resistência aos agentes agressores o que perpetua o processo inflamatório (KALDAHL, et al., 1996). Este processo culmina com a destruição dos componentes do periodonto, ou seja, cemento radicular, ligamento periodontal e osso alveolar (STEFFENS & MARCANTONIO, 2018).

Em termos gerais, podemos diferenciar duas entidades distintas de Doenças Periodontal, dependendo da gravidade da mesma, a Gengivite e a Periodontite. A primeira é reversível, ao contrário da segunda que é irreversível (STEFFENS & MARCANTONIO, 2018).

Define-se gengivite como uma inflamação superficial da gengiva onde, apesar das alterações patológicas, o epitélio de união se mantém unido ao dente, não havendo perda de inserção (STEFFENS & MARCANTONIO, 2018).

A Periodontite corresponde a uma situação de inflamação com destruição do periodonto e ocorre quando as alterações patológicas verificadas na Gengivite

progridem até haver destruição do ligamento periodontal e migração apical do epitélio de união (STEFFENS & MARCANTONIO, 2018).

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância da prevenção da doença periodontal, bem como apresentar as manifestações clínicas da doença.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse estudo utilizou-se as palavras "doença", "periodontal" e "prevenção" para seleção do conteúdo. Foram selecionados artigos da base de dados "Google Acadêmico", e "Scielo". Assim, ainda que o melhor conselho continue a ser o incentivo à prevenção, salienta-se a necessidade de realizar mais estudos, eventualmente de intervenção, para esclarecer e determinar qual a real associação entre a Doença Periodontal (especificamente a periodontite) e estas patologias.

CONCLUSÃO

Apesar de inúmeros estudos sugerirem uma associação entre a Doença Periodontal e as Patologias Sistémicas anteriormente mencionadas, muitos outros existem que não corroboram essa relação. Assim, ainda que o melhor conselho continue a ser o incentivo à prevenção, salienta-se a necessidade de realizar mais estudos, eventualmente de intervenção, para esclarecer e determinar qual a real associação entre a Doença Periodontal (especificamente a periodontite) e estas patologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PETERSEN PE, OGAWA H. Strengthening the prevention of periodontal disease: the WHO approach. J Periodontol 2005 Dec; 76(12):2187-93.

LINDHE J, KARRING T, LANG NP. Clinical periodontology and implant dentistry. 4th edition. Copenhagen: Blakwell Munskgaard; 2003.

KALDAHL WB, KALKWARF KL, PATIL KD, MOLVAR MP, DYER JK. Long-term evaluation of periodontal therapy I: response to 4 therapeutic modalities. J Periodontol 1996 Feb;67(2):93-102.

STEFFENS, JP; MARCANTONIO, RAC. Classificação das doenças e condições periodontais e peri-implantares 2018: guia prático e pontos-chave. Revista de Odontologia da UNESP, v. 47, n. 4, p. 189-197, 2018.

PREMATURIDADE E ALEITAMENTO MATERNO EM UTI NEONATAL

Bárbara Karoliny Cintra Silva – UNIFASC - barbarakc67@gmail.com

Ana Carolina – UNIFASC - anacarolinabotis@gmail.com

Regina Oliveira – UNIFASC - reginaorsilva@gmail.com

Lara Lima – UNIFASC - laraenf@outlook.com

Lucíola Sandim – UNIFASC - luciola_sandim@unifasc.edu.br.

Resumo: **Objetivos:** analisar os cuidados e ações do enfermeiro relacionadas ao aleitamento materno e a prematuridade. **Método**: trata-se de uma revisão bibliográfica desenvolvida através das plataformas SCIELO, MEDLINE, GOOGLE ACADEMICO. Foram incluídos 15 artigos, realizados no período de 2015 a 2020. **Resultados:** o estudo abordou a importância das ações do enfermeiro diante da situação de prematuridade com o aleitamento materno dentro de uma unidade de terapia intensiva neonatal, vários artigos mostraram a importância que tem quando o profissional tem total conhecimento e habilidade sobre o assunto e também a importância do acolhimento feito pelo enfermeiro com a mãe nessa situação. **Considerações finais:** os estudos analisados apresentaram como conclusão ou recomendação a importância das ações, de compreender, de prestar um atendimento com humanização e total respeito com as mães e os prematuros que estão diante dessa situação, o apoio e atenção dada a eles e de suma importância nesse contexto.

Palavras-chave: Prematuridade, aleitamento materno, unidade de terapia intensiva.

1. INTRODUÇÃO

A OMS determina que uma criança para ser considerada prematura o nascimento deve ocorrer antes das 37 semanas, podemos classificar um Rn quanto ao peso, Rn com peso inferior a 1500gramas são classificados como pré termo de muito baixo peso. (BRASIL, 2006).

Logos após o nascimento de um prematuro devemos observar o seu quadro nutricional, pois devido ao parto prematuro devemos realizar uma adequação nutricional a essa criança para podermos conseguir suprir as necessidades metabólicas e também garantir uma redução na morbidade e mortalidade neonatal. A ausência dessa nutrição pode afetar um desenvolvimento cognitivo da criança ao decorrer da sua vida.

Sabemos atualmente da importância do aleitamento materno no desenvolvimento infantil, pois ele e a principal fonte para suprir as necessidades nutricionais, imunológicas e psicológicas nos primeiros anos de vida, sendo assim temos ciência da gravidade que o desmame precoce prova na saúde de um prematuro.

Para Vieira; Silva (2009) o leite materno proporciona á criança ferro em alta biodisponibilidade e proteção contra infecções, sendo essas condições protetoras do quadro de anemia, trazendo também como benefício a estimulação do sistema sensorial, desenvolvimento da musculatura facial propiciando uma respiração adequada.

No processo de apoio ao aleitamento materno e extrema importância que a equipe de enfermagem desenvolva habilidades em relação a amamentação para que possa desenvolver um diálogo adequado e de confiança com mãe, podendo acolhe-la , ouvi-la e tirar todos as suas dúvidas e receios em relação a amamentação, estabelecendo uma relação de confiança e apoio (BRASIL, 2009).

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada na base de dados da MEDLINE, SCIELO, GOOGLE ACADEMICO, no período de 2015 a dezembro de 2020. A questão que foi levada como ponto chave da pesquisa foi: Quais os cuidados é conhecimentos que o profissional de enfermagem deve prestar no aleitamento materno em prematuros dentro de uma UTI neonatal.

Foram utilizados os seguintes descritores: Aleitamento materno, Prematuro, Unidade de Terapia Intensiva.

Os critérios para inclusão nesse presente estudo foram: publicações que tenham como temática, aleitamento materno de prematuros, promoção de cuidados de enfermagem em UTI neonatal, estar disponível em rede eletrônica, estar divulgado em inglês ou português, estar nas bases de dados MEDLINE, SCIELO OU GOOGLE ACADEMICO.

A busca de dados resultou em 30 referencias encontradas nos sites citados acima, mais que posteriormente será feita uma análise e interpretação de informações e serão escolhidos os artigos que serão a base do estudo. A amostra final construída foi de 15 artigos que preenchiam os critérios estabelecidos, que facilitaram a execução do trabalho.

Para a composição do trabalho foram elaboradas associações de categorias referentes ao tema. Foram identificadas as categorias: Amamentação em prematuros, aleitamento materno em unidade de terapia intensiva neonatal, prematuridade.

3. Conclusão

O aleitamento materno vai muito mais do que uma simples fonte de nutrientes, ele e de suma importância para a formação do sistema imunológico do prematuro, ele supre todas as necessidades biológica. O vínculo entre a mãe e o prematuro também e fortalecido durante a amamentação, e uma troca valiosa de amor, afeto que aumenta esse vínculo entre eles.

O papel do enfermeiro diante disso também pode ser compreendido nesse estudo, vimos que nós profissionais da enfermagem devemos ter diante dessa situação total conhecimento sobre as ações a serem tomadas, praticar ações humanizadas, com afeto, respeito, deixar esse momento o mais prazeroso tanto para a mãe quanto para o prematuro, fornecer a eles atenção, pois todos nesse momento estão traumatizados e precisando de acolhimento de qualidade.

REFERÊNCIAS:

Rev Latino-am Enfermagem 2004 julho-agosto; 12(4):597-605 www.eerp.usp.br/rlaenf

Cienc Cuid Saude 2008 Abr/Jun; 7(2):145-154

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. Brasília (DF); 2009.

RADIAÇÃO IONIZANTE – RISCOS E BENEFÍCIOS

Bruna Karollina Alves Silva – UNUNIFASC - sakbrubs@icloud.com
Adriane Borges Franco – UNUNIFASC – adrianeborgesfranco@hotmail.com
Simone Ramos Deconte – UNUNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A radiação é uma forma de energia que se propaga no espaço, a partir de uma fonte emissora. Esta pode interagir com o corpo humano e alterar estruturas celulares. Mas, se mal utilizada, pode ter efeitos irreversíveis. A exposição descontrolada à radioatividade é prejudicial ao homem. Porém, o avanço da ciência e da tecnologia tem permitido o uso, cada vez maior, dos efeitos positivos da radioatividade nas mais diversas áreas de interesse humano, da geração de energia elétrica em usinas nucleares à determinação da idade de fósseis. O presente trabalho tem como objetivo explicitar o atual contexto envolvendo riscos e benefícios causados pela radiação ionizante. Para realização deste trabalho, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "radiação"; "risco"; "benefício" como buscadores. É possível concluir que, quando utilizada junto a medidas de segurança, essa especialidade tem muito mais vantagens que desvantagens. Diferentes campos da atividade humana empregam a radioatividade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do homem. Porém, não se pode esquecer que, quando os seres vivos são expostos a essas emissões nucleares, elas promovem algum efeito biológico nas células.

Palavras-chave: Radiação. Risco. Benefício.

INTRODUÇÃO

A radiação é uma forma de energia que se propaga no espaço, a partir de uma fonte emissora. Esta pode interagir com o corpo humano e alterar as estruturas celulares. A luz do sol é a forma mais comum de radiação. A radioatividade é a emissão espontânea de radiação por determinados elementos químicos. Foi descoberta em 1896, pelo físico francês Henri Becquerel. Ele esqueceu uma rocha de urânio sobre um filme fotográfico virgem e constatou no dia seguinte um fato diferente: o filme foi marcado por raios emitidos pela rocha. A descoberta passou a ser estudada e utilizada para beneficiar o homem. Mas, se mal utilizada, pode ter efeitos irreversíveis. A exposição descontrolada à radioatividade é prejudicial ao homem. A gravidade dependerá da dose absorvida, do tempo de exposição e da forma de exposição, se no corpo inteiro ou se localizada. Quando a dose de radiação é alta, muitos tecidos e órgãos do corpo são

atingidos. Entre os sintomas, estão náuseas e vômitos, queda de cabelo, distúrbios do comportamento, alterações no sangue e lesões na pele (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Porém, o avanço da ciência e da tecnologia tem permitido o uso, cada vez maior, dos efeitos positivos da radioatividade nas mais diversas áreas de interesse humano, da geração de energia elétrica em usinas nucleares à determinação da idade de fósseis. A radiação pode ser utilizada na terapia de vários tipos de câncer, exames de processos fisiológicos, Tomografias computadorizadas, Tomografia por Emissão de Pósitrons, produção de alimentos e aumento da produtividade agrícola, entre outros (MATTOS, 2019)

O uso da radiação na medicina teve início em 1895, com a publicação do artigo "Sobre uma nova espécie de raios". Nele, o físico alemão Wilhelm Conrad Roentgen comentou a descoberta do raio X e sua capacidade de produzir fotografias internas do corpo. A nova técnica marcou o nascimento da radiologia médica, representando um progresso considerável. Assim, não era mais necessário realizar cirurgias exploratórias para diagnosticar doenças. Anos depois, surgiram tecnologias cada vez mais avançadas, dando origem a aparelhos de tomografia, de ressonância magnética e à medicina nuclear (MORSH, 2020).

O presente trabalho tem como objetivo analisar todo o contexto envolvendo riscos e benefícios causados pela radiação ionizante.

MATERIAS E MÉTODOS

Para realização deste trabalho, foram utilizados bases de dados (Google acadêmico e Scielo) e utilizaram-se as seguintes palavras-chave como buscadores: "radiação"; "risco"; "benefício".

CONCLUSÃO

Quando utilizada junto a medidas de segurança, essa especialidade tem muito mais vantagens que desvantagens. Diferentes campos da atividade humana empregam a radioatividade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do homem. Porém, não

se pode esquecer que, quando os seres vivos são expostos a essas emissões nucleares, elas promovem algum efeito biológico nas células. O entendimento da interação da radiação com o organismo e com o meio ambiente é fundamental para garantir seu uso de forma segura para todos, maximizando os benefícios, minimizando os efeitos indesejáveis e proporcionando um aumento na qualidade de vida do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATTOS, J.C.P. A radiação ionizante em benefício do homem. Revista Eletrônica do vestibular UERJ. Ano 12, n.32, 2019.

https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/vitimas-do-cesio-137-pedem-assistencia-medica-para-todos/os-beneficios-e-os-perigos-da-radioatividade

https://telemedicinamorsch.com.br/blog/radiacao-na-medicina

BIOSSEGURANÇA X COVID19

Daiane Cristina Alves – UNIFASC – daianedelgado30@gmail.com
Gefton Adriano dos Santos – UNIFASC – geftonadriano9663@gmail.com
Laura Martins Soares Cabral – UNIFASC – lauracabral31@gmail.com
Rafaela Santos Ferro – UNIFASC – rafaelasantosferro7@gmail.com
Débora Rocha– UNIFASC – rocha-debora@hotmail.com
Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: Biossegurança consiste em um conjunto de medidas e procedimentos técnicos necessários para a manipulação de agentes e materiais biológicos, capaz de prevenir, reduzir, controlar e eliminar os riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e vegetal, bem como o meio ambiente. Entre estes agentes, podemos citar o vírus SARS-CoV-2, reconhecido pela OMS como o novo coronavírus, causador da doença COVID-19. Em razão da importância do Covid -19, este trabalho tem como objetivo atualizar profissionais de saúde sobre procedimentos que devem ser adotados a fim de impedir ou minimizar a transmissão de microorganismos e vírus, como o que causa a Covid-19. Por meio das Plataformas Google Acadêmico e Scielo foi realizada um levantamento bibliográfico com as palavras-chave "Biossegurança", "Covid", "transmissão". Em razão da importância do Covid -19, este trabalho tem como objetivo atualizar profissionais de saúde sobre procedimentos que devem ser adotados a fim de impedir ou minimizar a transmissão de microorganismos e vírus, como o que causa a Covid-19. A partir desta revisão é possível concluir que esta é uma emergência de saúde pública e preocupação global, que pode causar doenças respiratórias. As vias de transmissão incluem a transmissão direta ou através do contato com a cavidade oral, cavidade nasal e mucosa ocular. Seja em consultório, ambulatório ou unidade de terapia intensiva, apresenta alto risco aos profissionais de saúde no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Biossegurança. Covid. Transmissão.

INTRODUÇÃO

Biossegurança consiste em um conjunto de medidas e procedimentos técnicos necessários para a manipulação de agentes e materiais biológicos, capaz de prevenir, reduzir, controlar e eliminar os riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e vegetal, bem como o meio ambiente. Entre estes agentes, podemos citar o vírus responsável pela atual pandemia mundial, o SARS-CoV-2, reconhecido pela Organização Mundial (OMS) como o novo coronavírus, causador da doença COVID-19. Em tempos de pandemia, tomar medidas que garantam a prevenção,

a minimização ou a eliminação de riscos à saúde é fundamental. (ATHER, 2020; GE, 2020; GIORADANO, 2020)

As consequências do novo coronavírus ao organismo podem variar desde um quadro leve ou assintomático, até um resfriado, a uma Síndrome Gripal-SG (presença de um quadro respiratório agudo, caracterizado por, pelo menos dois dos seguintes sintomas: sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza) até uma pneumonia severa. "caos metabólico" termo que ajuda a dimensionar o possível impacto da infecção em diversos órgãos e sistemas, comprometendo suas funções, o que pode levar até à morte. Porém, o legado da pandemia não vai se limitar às pessoas que adoeceram pela Covid-19 (ATHER, 2020; BARABARI, 2020).

De diversas maneiras, milhares de pessoas ao redor do mundo poderão ter suas vidas afetadas. Os indivíduos foram convidados a ficar em casa e evitar o contato com outras pessoas. Não há dúvidas de que essas medidas são cruciais para limitar a propagação do vírus, porém podem trazer grandes repercussões na rotina diária. Muitas pessoas também estão sofrendo com perdas pessoais, ou ainda interromperam o acompanhamento de doenças crônicas. Sendo assim, a preservação da saúde entre aqueles não diagnosticados com a Covid-19 também é uma questão prioritária. A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo. É importante manter as medidas de proteção: lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel e cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar (ou utilize um lenço descartável e, após tossir/espirrar, jogue-o no lixo e lave as mãos). É importante manter-se a pelo menos 1 metro de distância das outras pessoas. Quando o distanciamento físico não é possível, o uso de uma máscara também é uma medida importante (DE CAMPOS, 2020; FRANCO, 2020).

É importante ressaltar que a biossegurança é um conhecimento que abrange diversos setores econômicos, pelo fato de oferecer orientações quanto a riscos físicos, químicos, biológicos e radioativos. Em razão da importância do Covid -19, este trabalho tem como objetivo atualizar profissionais de saúde sobre procedimentos que devem ser adotados a fim de impedir ou minimizar a transmissão de microorganismos e vírus, como o que causa a Covid-19 (FERRAZZANO, 2020)

MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio das Plataformas Google Acadêmico e Scielo foi realizada um levantamento bibliográfico com as palavras-chave "Biossegurança", "Covid", "transmissão".

CONCLUSÃO

A partir desta revisão é possível concluir que esta é uma emergência de saúde pública e preocupação global, que pode causar doenças respiratórias. As vias de transmissão incluem a transmissão direta através da tosse, espirro e cães vadios ou através do contato com a cavidade oral, cavidade nasal e mucosa ocular. Seja em consultório, ambulatório ou unidade de terapia intensiva, apresenta alto risco aos profissionais de saúde no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ATHER, Amber et al. Coronavirus disease 19 (COVID-19): implications for clinical dental care. Journal of endodontics, 2020.

BARABARI, Poyan; MOHARAMZADEH, Keyvan. Novel Coronavirus (COVID-19) and Dentistry–A Comprehensive Review of Literature. Dentistry Journal, v. 8, n. 2, p. 53, 2020.

CHINESE SARS MOLECULAR EPIDEMIOLOGY CONSORTIUM et al. Molecular evolution of the SARS coronavirus during the course of the SARS epidemic in China. Science, v. 303, n. 5664, p. 1666-1669, 2004.

COVID – 19 - Medidas de prevenção e controle de infecção na assistência à saúde orientações para a organização das ações em saúde bucal: aps e centro de especialidade odontológica, 2020.

DE CAMPOS T, Inger Teixeira et al. Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19): Uma abordagem preventiva para Odontologia. Revista Brasileira de Odontologia, v. 77, p. 1-7, 2020.

FERRAZZANO, Gianmaria F.; INGENITO, Aniello; CANTILE, Tiziana. COVID-19 Disease in Children: What Dentists Should Know and Do to Prevent Viral Spread. The Italian Point of View. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 17, n. 10, p. 3642, 2020.

FRANCO, Aline Batista Gonçalves et al. Atendimento odontológico em UTI's na presença de COVID-19. InterAmerican Journal of Medicine and Health, v. 3, p. e20200304-e20200304, 2020.

GE, Zi-yu et al. Possible aerosol transmission of COVID-19 and special precautions in dentistry. Journal of Zhejiang University-SCIENCE B, p. 1-8, 2020.

GIORDANO, CE et al. Sedação inalatória com óxido nitroso para assistência odontológica durante a pandemia de covid-19. Revista Faipe, v. 10, n. 1, p. 69-84, 2020.

ASSISTENCIA DE ENFERMAGEM AOS PACIENTES ACOMETIDOS POR ÚLCERAS VENOSAS

Raquel Antônia Silva -UNIFASC - raquelyantonia@hotmail.com

Lucíola Silva Sandim - UNIFASC - luciola_sandim@unifasc.edu.br

Resumo: A úlcera venosa é originada principalmente da insuficiência venosa crônica, que deriva da obstrução de válvulas venosas, afetando veias superficiais e profundas, atribuem-se a um sério problema de saúde pública. Por isso, é importante uma atenção com atendimento e cuidados apropriados. Para tanto, o objetivo principal deste trabalho foi investigar a assistência de enfermagem aos pacientes acometidos por úlcera venosa. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico com utilização de livros, artigos científicos, publicados em meio eletrônico e impresso abordando o tema assistência de enfermagem aos pacientes acometidos por úlcera venosa nos meses de outubro e novembro de 2020, através de publicações indexadas ou catalogadas. Onde determinou-se os altos índices de prevalência das ulceras venosa, e com isso a importância da busca de conhecimentos dos profissionais de saúde relacionados a esta doença, para que estes possam prestar uma assistência personalizada a pacientes gerenciando tratamentos efetivos. A assistência personalizada ao paciente vai além dos tratamentos físicos, pois estes se tornam fragilizados emocionalmente. Portanto cabe a equipe de profissionais responsáveis para desenvolver estratégias que colaborem também para a saúde mental desses pacientes.

Palavras-chave: úlcera venosa. Cicatrização. Insuficiência venosa.

INTRODUÇÃO

A úlcera venosa tem como principal fator etiológico a insuficiência venosa crônica, a qual está associada ao comprometimento do sistema nervoso dos membros inferiores, constituindo feridas de difícil cicatrização e alta taxa de recidivas (CARVALHO et al, 2012; FERREIRA, 2020) Essas feridas envolvem fatores que afetam de forma negativa a qualidade de vida da pessoa, como a dor, o forte odor, o alto grau de exsudação, a mobilidade limitada e o isolamento social.

Esses fatores levam a necessidade de uma atenção especial da parte dos profissionais de saúde, envolvendo cuidados em domicilio e acompanhamento de enfermeiros especializados (FERREIRA et al, 2020; SILVA et al, 2018). O tratamento da úlcera venosa crônica requer um diagnóstico precoce, uma equipe multidisciplinar especializada e um protocolo sistematizado, além de habilidades técnicas e conhecimentos específicos, que devem estar sempre atualizados.

Quando a assistência ao paciente é má conduzida, o processo de cicatrização das feridas é lento, podendo durar anos, causando desgastes emocionais e sociais (CRUZ et al, 2017). O objetivo principal deste trabalho foi investigar a assistência de enfermagem aos pacientes acometidos por úlcera venosa.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo realizado a partir de levantamento bibliográfico com utilização de livros, artigos científicos, publicados em meio eletrônico e impresso abordando o tema assistência de enfermagem aos pacientes acometidos por úlcera venosa. O levantamento bibliográfico foi realizado nos meses de outubro e novembro de 2020, através de publicações indexadas ou catalogadas em bases de dados a que se referem ao assunto.

CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, determinou-se os altos índices de prevalência das ulceras venosa, e com isso a importância da busca de conhecimentos dos profissionais de saúde relacionados a esta doença, para que estes possam prestar uma assistência personalizada a pacientes gerenciando tratamentos efetivos. A assistência personalizada ao paciente vai além dos tratamentos físicos, pois estes se tornam fragilizados emocionalmente. Portanto cabe a equipe de profissionais responsáveis para desenvolver estratégias que colaborem também para a saúde mental desses pacientes. Diante disto, pode concluir que a assistência da enfermagem aos pacientes acometidos pela ulcera venosa é imprescindível, e deve ser realizada com maior excelência possível.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, S.M.S, et al. Úlceras venosas: caracterização clínica e tratamento em usuários atendidos em rede ambulatorial. **Rev Bras Enferm**, Brasilia; 65(4): 637-44, 2012. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid= S0034716720120004000013 &lng=pt&nrm=iso> acesso em 26 de setembro de 2020.

CRUZ, L.A, et al. Assistência de enfermagem a pacientes com úlceras venosas. **Rev Saúde em Foco**; Edição nº 9, 2017. Disponível em <https://portal.unisepe.com.br /unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/004_assistencia_de_enfermagem_a_pac ientes_com_ulce ras.pdf> acesso em 26 de setembro de 2020.

FERREIRA, L.A, et al. Fatores intervenientes no cuidado à pessoa com úlcera venosa sob a ótica de familiares. **Rev Enferm. Foco (Brasilia)** 11(1): 38-43, jun. 2020. Disponível em < https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1102522> acesso em 12 de outubro de 2020.

Silva J.A.A, et al. Itinerário terapêutico de pessoas com úlcera venosa crônica e as implicações para o cuidado de Enfermagem. **Rev Fun Care Online**. 2018 out/dez;10(4):1041-1049. Disponível em <http://dx.doi.org/10.9789/21755361.2018.v10i4. 1041-1049> acesso em 12 de outubro de 2020.

A OBESIDADE INFÂNTIL NO BRASIL: Fatores que causam a doença em crianças e adolescentes

Thalya Chaves Oliveira – UNIFASC - chavesthalya@gmail.com

Débora Rocha – UNIFASC – debora@unifasc.edu.br

Lorena Andrade – UNIFASC – lorenahenrique@hotmail.com

Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A obesidade vem sendo considerada uma doença pública que atinge grande parte da população brasileira, acometendo crianças e adolescentes. Além disso, pode ocasionar o surgimento de doenças como: diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, que antes eram mais frequentes em adultos e idosos e agora devido à obesidade, vêm atingindo precocemente, crianças e adolescentes. A fim de contribuir com medidas de controle dessa e de outras doenças crônicas, o objetivo deste estudo é apresentar os principais fatores que causam a obesidade infantil e juvenil, identificando os riscos que a doença provoca e as complicações que podem ser ocasionadas pela mesma. "Para buscar alcançar esse objetivo, utilizou-se artigos científicos de base de dados "médicas" "Scielo" e Google Acadêmico". Utilizou-se do levantamento bibliográfico artigo, para explorar o tema abordado nesse estudo. Conclui-se que a melhor forma de prevenir e controlar a obesidade na infância e na adolescência deve ser feita, por meio, de medidas alimentares saudáveis e balanceadas.

Palavras-chave: Obesidade. Infanto-juvenil. Alimentação.

INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada uma doença crônica, acometida por um acúmulo exagerado de gordura que agrega fatores biológicos, sociais, econômicos e culturais, atingindo grande parte da população brasileira e atualmente acometendo crianças e adolescentes. Devido à proporção da obesidade, a doença vem sendo vista como uma epidemia mundial, além disso, vem ocasionando o surgimento de doenças como: diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, que antes eram mais frequentes em adultos e idosos e agora, devido a fatores como a obesidade, estão atingindo cada vez mais crianças e adolescentes. (TAVARES; NUNES; SANTOS, 2010).

Essa doença que tem um dos ônus mais caros para tratamento e por conta disso é fundamental que seja feito prevenção e controle da doença para que futuramente o indivíduo obeso não desenvolva outras doenças como as doenças cardíacas, cerebrovasculares, hipertensão, diabetes e até problemas psicológicos, sendo assim para que o aumento dessas doenças não cresça é importante que a prevenção comece na infância e adolescência, pois nessa fase de crescimento que são implantados os hábitos alimentares e físicos. (MARIATH, GRILLO, SILVA, 2007).

A prevenção da obesidade infantil e juvenil pode dar início ao longo da gestação, sendo necessário que as gestantes tenham um acompanhamento pré-natal que evite a ingestão de alimentos errados e excessos de açucares, causando no bebê uma estimulação da doença. Geralmente os casos de crianças com doenças causadas pelo excesso de peso vêm acompanhados de adultos que também possuem os mesmos problemas, visto que, são os espelhos dos pais e se os responsáveis por elas não mantem uma alimentação saudável, posteriormente também não vão manter (SILVA, 2019).

Além disso, alguns costumes e hábitos alimentares estão relacionados com o ganho de peso, sendo que antigamente as crianças tinham uma alimentação caseira, bem mais saudável, diferentemente dos dias atuais onde temos um consumo excessivo de comidas industrializadas. Outro exemplo é o fato da criança não ter um horário fixo para realizar as suas refeições depois acabar consumindo em uma quantidade maior, para saciar a fome (TANAKA,1981).

A fim de contribuir com medidas de controle dessa e de outras doenças crônicas, o objetivo deste estudo é apresentar os principais fatores que causam a obesidade infantil e juvenil, identificando os riscos que a doença provoca e as complicações que podem ser ocasionadas pela mesma.

MATERIAL E MÉTODOS:

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizando um levantamento bibliográfico baseado em artigos científicos, publicados em periódicos médicos e

utilizou-se também de base de dados como: "Scielo" e "Google Acadêmico". Foram utilizadas como palavras-chave "obesidade", "infanto-juvenil" e "alimentação".

CONCLUSÃO:

Concluímos que, a obesidade na infância e na adolescência cresce constantemente e apresenta grande preocupação epidêmica em nosso país, além disso, os riscos que a obesidade provoca, podem permanecer durante toda a vida acarretando em doenças crônicas, problemas psicológicos, sociais e ate mesmo ocasionar uma obesidade mórbida. Dada à importância do assunto, é de suma importância o papel dos pais na alimentação dos filhos durante todas as fases de crescimento, ate mesmo durante a gestação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Obesidade.** Brasília, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 38), (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

ENES, Carla Cristina; SLATER, Betzabeth**. "OBESIDADE NA ADOLESCENCIA E SEUS PRINCIPAIS FATORES DETERMINANTES"**. Revista Brás Epidemiol 2010; 13(1): 163-71 Disponível em:< https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v13n1/15.pdf >. Acesso em 03. de Nov. 2020.

FRANCO, Sandra. **"OS REFLEXOS DA OBESIDADE NA SAUDE PUBLICA E PRIVADA"**; CFM- Conselho Federal de Medicina. Disponível em:< https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27910:2018-10-10-14-13-10&catid=46:artigos&Itemid=18 >. Acesso em 04 de novembro de 2020.

MARIATH Aline Brandão; GRILLO Luciane Peter; SILVA, Raquel Oliveira da; SCHMITZ, Patrícia; CAMPOS, Isabel Cristina de; MEDINA, Janete Rosa Pretto; KRUGER, Rejane Magda. **Obesidade e fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis entre usuários de unidade de alimentação e nutrição. Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 23(4): 897 – 905, abr, 2007.

OLIVEIRA, Cecilia L.; FISBERG, Mauro. **"OBESIDADE NA INFANCIA E NA ADOLESCENCIA- UMA VERDADEIRA EPIDEMIA"**; Scielo Brasil. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302003000200001 >. Acesso em 04 de novembro de 2020.

SILVA, Maria José. **"OBESIDADE INFANTIL DESAFIA PAIS E GESTORES"**; Secretaria de saúde do estado de Goiás. Disponível em:<https://www.saude.go.gov.br/noticias/81-obesidade-infantil-desafia-pais-e-gestores>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

TAVARES, Telma Braga; NUNES, Simone Machado; SANTOS, Mariana Oliveira **Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura.** Revista Médica de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 359-366, ago. 2010.

TANAKA, A. C. A importância da associação obesidade e gravidez. **Rev. Saúde Públ.,** 15: 291-307, 1981.

CONSCIENTIZAÇÃO DOS PAIS E ADOLESCENTES EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO DA DOR DO CRESCIMENTO

Igor Henrique Santos de Carvalho – UNIFASC - igor.carvalhowork@gmail.com

Paulo James Araújo Lopes – UNIFASC - paulojamesalopes@gmail.com

Crislaine Rodrigues Fernandes Araújo – UNIFASC - crislainerodrigues440@gmail.com

Carlos Eduardo Oliveira Lebron – UNIFASC - carloseduardolebron2018@gmail.com

Eduardo Batista de Carvalho – UNIFASC - eduardobcarvalho@yahoo.com.br

Adriane Borges Franco – UNIFASC - adrianefrancoradio@gmail.com

Resumo: Durante as fases do desenvolvimento, algumas características podem passar despercebidas, como é o caso da dor do crescimento. É comum que os pais apresentem dificuldades de compreensão, principalmente se for considerado que o pico de incidência não está intimamente ligado ao estirão e/ou distensão de tecidos ou crescimento ósseo, podendo ainda haver correlação com outros diagnósticos ou com a fase conflituosa de sentimentos do adolescente. O objetivo deste estudo foi revisar, em trabalhos realizados nos últimos dez anos, as principais características da dor do crescimento, observando também a sua percepção frente aos pais e adolescentes que passaram por isso sem conhecimento prévio da situação. Os trabalhos indicaram que os pais apenas se sentiram tranquilizados quando expostos aos resultados complementares de exclusão para diagnóstico da dor do crescimento. Desse modo, é possível concluir que deve haver orientação prévia, de maneira geral, sobre como essa dor se trata de uma condição etiológica benigna natural que desaparece ao longo dos anos, diminuindo o estado de preocupação e ansiedade dos pais, e investindo em maior apoio psicológico ao paciente.

Palavras-chave: Dores do crescimento. Adolescência. Conscientização.

INTRODUÇÃO

A dor do crescimento (DC) é uma queixa comum de dores que ocorre principalmente entre crianças e adolescentes, e que apresenta dificuldades conceituais. No momento em que não são diagnosticadas, podem acarretar em desconforto e incômodo para o paciente, e serem vistas, sob a óptica dos pais, como inexistentes ou confundidas com outras situações. De acordo com Piano e colaboradores (2010), em alguns casos, para ter um diagnóstico mais condizente, podem ser feitos exames complementares de exclusão como radiografias simples e hemograma completo, a fim de desconsiderar outras hipóteses diagnósticas, uma vez que a DC geralmente não apresenta anomalias.

A partir de discussões de Forni & Jalikhian (2011), a DC é uma ocorrência natural benigna de curta duração mais frequente à noite, e que se localiza geralmente na porção da coxa ou da perna. Embora não seja clara a faixa etária de sua manifestação, a DC é capaz de ter seu início na infância e poder se estender durante a adolescência, chegando até parte da vida adulta. O fenômeno pode vir acompanhado por outras dores, a exemplo da cefaleia ou dor abdominal, além de questões físicas, anatômicas e psicológicas.

Em relação ao tratamento, são recomendados, segundo Oliveira e colaboradores (2012), analgésicos, massagens regulares ou aplicação de calor em áreas de maior dor.

Apesar das dificuldades em conceituar a dor do crescimento por conta, dentre outros fatores, das discordâncias entre teóricos, este resumo objetiva apresentar o tema por meio de análise e revisão bibliográfica de materiais publicados na última década, levando em consideração como a DC pode se manifestar e interferir na vida do adolescente; para isso, será observado também o papel familiar, destacando a influência de pais nesse processo e se destacando a necessidade de medidas de conscientização e orientação especializada por profissionais qualificados.

O objetivo deste estudo foi revisar, em trabalhos realizados nos últimos dez anos, as principais características da dor do crescimento, observando também a sua percepção frente aos pais e adolescentes que passaram por isso sem conhecimento prévio da situação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método de pesquisa consistiu em busca bibliográfica de artigos e materiais publicados em meio eletrônico, delimitados entre 2010 e 2020. O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes bases de dados: SciELO, Google Acadêmico e PubMed. Os descritores de busca foram os termos em português e inglês: "doença do crescimento" e "dores do crescimento", "growth pain" e "growth pain syndrome". Pelos descritores foram selecionados, após leitura e discussão em grupo, cinco artigos, os quais foram analisados conforme critérios de abrangência, coesão e adequação ao tema proposto.

CONCLUSÕES

Com base no exposto, é de fundamental importância maiores estudos na área e maior investimento em qualificação profissional, de modo a exercer um atendimento especializado que compreenda a dor do crescimento com maior especificidade, facilitando as orientações e considerações sobre a temática a fim de objetivar a proporção de melhor qualidade de vida ao paciente e aos familiares.

REFERÊNCIAS:

FORNI, J. E. N.; JALIKHIAN, W. Dor do crescimento. **Rev. dor**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 261-264, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-00132011000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2020.

GABAS, A.; CARVALHO, C. A.; MOURA, G. M. Caracterização, fatores etiológicos e métodos de tratamento da dor de crescimento. **FisioSale**: curso de Fisioterapia da universidade UniSALESIANO, 2017. Disponível em: https://fisiosale.com.br/assets/caracteriza%C3%A7%C3%A3o%2C-fatoresetiol%C3%B3gicos-e-m%C3%A9todos- de-tratamento-da-dor-de-crescimento.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

LEHMAN, P. J.; CARL, R. L. Growing pains: when to be concerned. **Sports Health**, Bethesda, v. 9, n. 2, p. 132-138, mar./abr. 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5349398/. Acesso em: 09 nov. 2020.

OLIVEIRA, S. F. *et al*. Dores de Crescimento. **Nascer e Crescer**, Porto, v. 21, n. 4, p. 230-233, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542012000400004 &lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2020.

PIANO, L. P. A. *et al*. Diagnóstico de dores do crescimento em uma população pediátrica brasileira: uma investigação prospectiva. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 430-432, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000400430&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRUXISMO - ANÁLISE DOS DISTURBIOS NA PARASSONIA

Ana Paula Gonçalves – UNIFASC – anapaulagoncalvesp@outlook.com

Amanda Cristiny Tavares Borges – UNIFASC – amandactbb@gmail.com

Dayane Méscua– UNIFASC – dayanemescua@hotmail.com

Jullia Santos – UNIFASC – julliasantos539@gmail.com

Cássio Vinhadelli Ribeiro – UNIFASC - cassiovinhadelli@gmail.com

Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: O bruxismo é um fenômeno muito comum na sociedade atual, há muito tempo é considerado uma manifestação oral normal com significado local estrito. Porém, é um hábito hiperfuncional e tem se tornado objeto de intensas pesquisas. O tratamento para este fenômeno é ainda discutível, sendo responsabilidade do dentista identificar sinais e sintomas para proteger os dentes. Este trabalho tem como objetivo explorar a etiologia, tratamento, prevalência e significado clínico deste fenômeno. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico nos principais sites científicos utilizando as palavras: bruxismo, parassonia e prevenção. O bruxismo do sono é considerado um distúrbio do movimento relacionados ao sono. Esta parafunção é caracterizada pelo contato não funcional dos dentes, podendo ocorrer de forma consciente ou inconsciente, manifestando-se pelo ranger ou apertar dos mesmos. Em virtude de sua prevalência e danos causados aos pacientes, o diagnóstico correto é de grande valor para a formulação de um tratamento adequado, incluindo o uso de aparelhos orais, medidas farmacológicas e terapia cognitiva comportamental.

Palavras-chave: Bruxismo. Parassonia. Prevenção.

Introdução

O bruxismo é um fenômeno muito comum em clínicas odontológicas e, há muito tempo é considerado uma manifestação oral normal com significado local estrito. Porém, é um hábito hiperfuncional e tem se tornado objeto de intensas pesquisas. O tratamento para este fenômeno é ainda discutível, sendo responsabilidade do dentista identificar sinais e sintomas para proteger os dentes.

O bruxismo do sono é diferente do bruxismo do dia, pois envolve diferentes estados de consciência, o saber, o sono a vigília, e diferentes estados fisiológicos pois possuem diferentes efeitos sobre a excitabilidade dos movimentos orais. Portanto, o

bruxismo diurno é caracterizado pela movimentação semi-voluntária da mandíbula quando a pessoa está acordada, cerrando os dentes, ranger de dentes geralmente não ocorre e está relacionado a tiques ou hábito.

Por outro lado, o bruxismo do sono é um comportamento inconsciente, ou seja, quando um indivíduo está dormindo, enquanto ele range ou aperta os dentes emitindo sons. A prevalência exata do bruxismo do sono na população é imprecisa e subestimada.

O bruxismo do sono possui varias causas associadas, sendo algumas: idade, tabaco, álcool e cafeína. Fatores psicológicos, como estresse e personalidade também são listados como prováveis causas para tal transtorno de parassonia.

A parassonia é um distúrbio do sono caracterizado por experiências psicológicas, comportamentos ou eventos anormais, que podem ocorrer durante diferentes estágios do sono e durante a transição entre o sono ou o despertar. Nesse contexto o bruxismo do sono pode ser caracterizado como um tipo de parassonia por ocorrer em um estado de inconsciência durante o sono.

Sendo assim, o presente trabalho tem como intuito explorar a etiologia, tratamento, prevalência e significado clínico do bruxismo, bem como suas causas e tratamentos. A escolha desse tema faz-se importante a medida que o bruxismo se torna um grande fator relacionado os distúrbios da parassonia e afeta mais de 40% da população brasileira.

Material e Métodos

Para realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico nos principais sites científicos (Google acadêmico, Scielo) utilizando as seguintes palavras-chaves: “bruxismo”, “parassonia” e “prevenção”.

Conclusão

Em virtude de sua prevalência e danos causados aos pacientes, o diagnóstico correto é de grande valor para a formulação de um tratamento adequado, incluindo o uso de aparelhos orais, medidas farmacológicas e terapia cognitiva comportamental. Permanece claro que, os cirurgiões dentistas são os responsáveis por diagnosticar e

detectar o bruxismo e encaminhar aos profissionais de outras áreas da saúde de forma a reconhecer que nem sempre estaremos aptos a interromper a atividade parafuncional.

Referências

ALOE, F. "BRUXISMO DURANTE O SONO" Rev. Neurociências 11(1): 4-17, 2003. Disponivel em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/ 8888 /6421

MACHADO, E. Bruxismo do sono: possibilidades terapêuticas baseadas em evidências. Dental Press J Orthod. 2011. Disponivel em: https://www.scielo. br/pdf/dpjo/v16n2 /a08v16n2.pdf

RUFINO, C. Bruxismo do sono. O que há de novo na Odontologia. R Dental Press Ortodon Ortop Facial. 2008. Disponivel em: https://www.scielo.br/pdf/dpress/ v13n2/a02v13n2.pdf

SERAIDARIAN, P. Bruxismo: Uma Atualização dos Conceitos, Etiologia, Prevalência e Gerenciamento. Revista da Literatuta. Curitiba, v.1, n.4, p.290-295, out./dez. 2001. Disponivel em: https://www.dtscience.com/wp-content/uploads/2015/10/Bruxismo-Uma-Atualiza%C3%A7%C3%A3o-dos-Conceitos-Etiologia-Preval%C3%AAncia-e-Gerenciamento.pdf

EFEITOS CAUSADOS PELA DIABETES MELLITUS DO TIPO 1 NO TECIDO ÓSSEO

Sávio Gabriel Silva Rende - UFU– rendesavio@gmail.com

Karen Renata Nakamura Hiraki - UFU– karenhirak@gmail.com

Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simonedeconte@unifasc.edu.br

Resumo: A Diabetes Mellitus é uma condição crônica que resulta no déficit de controle glicêmico pela diminuição da ação ou produção de insulina. A hiperglicemia, por sua vez, pode culminar em alterações no processo de quimiotaxia de células imune, danos a microvascularização, e formação de colágeno menos solúvel, o que influencia nos processos de cicatrização e de remodelação óssea. Diante disso, este trabalho teve como objetivo ressaltar as alterações encontradas no tecido ósseo provocadas pela diabetes mellitus. A pesquisa foi feita na base de dados Pubmed com os seguintes principais descritores de busca : "*Diabetes Mellitus", "type 1", "bone alterations".* Essa revisão permitiu observar, além da quantidade de alterações encontradas no metabolismo do tecido ósseo, a pluralidade de perfis de pacientes diabético. Os dados revelam a necessidade do acompanhamento desses indivíduos para a atenuação dos efeitos, uma vez que o pobre controle glicêmico pode estar associado a piora do quadro. Ademais, os resultados demonstram a forte relação com o estado de saúde periodontal, o qual é capaz de induzir processos inflamatórios capazes alterar o sistema responsável pela remodelação óssea.

INTRODUÇÃO

A Diabetes Mellitus (DM) é uma condição crônica que resulta no déficit de controle glicêmico pela diminuição da ação ou produção de insulina. Pode ser classificada de diversas formas, entretanto a maioria dos casos são DM tipo 1 ou DM tipo 2, sendo verificada uma maior prevalência da DM tipo 2 (OLIVEIRA &LUNARDI FILHO, 2004).

No caso da DM tipo 1, as células produtoras de insulina presentes no pâncreas são destruídas parcialmente ou em sua totalidade. Sua etiologia pode estar relacionada com fatores ambientais, uso de drogas ou auto-imunidade. A DM tipo 2 resulta da incapacidade do corpo de responder adequadamente à ação da insulina produzida pelo pâncreas. Por vezes a etiologia do tipo 2 pode estar vinculada a hábitos de vida, bem

como o sedentarismo e má alimentação. Diante disso, é evidente a relação da DM tipo 2 com indivíduos mais velhos (OLIVEIRA &LUNARDI FILHO, 2004).

A hiperglicemia, por sua vez, pode culminar em alterações no processo de quimiotaxia de células imune, danos a microvascularização, e formação de colágeno menos solúvel, o que influencia nos processos de cicatrização e de remodelação óssea (LOTAN et al., 2020).

Os resultados demonstram a forte relação com o estado de saúde periodontal, o qual quando em condição de periodontite instalada, é capaz de induzir processos inflamatórios capazes alterar o sistema responsável pela remodelação óssea (KARALAZOU et al., 2019; DE SOUZA et al.., 2016; LAPPIN et al., 2009; DANIELSON et al., 2009).

Diante disso, este trabalho teve como objetivo avaliar as alterações ósseas causadas pelo DM por meio de uma revisão da literatura.

MATERIAL E MÉTODOS

Os principais descritores utilizados foram: *Diabetes Mellitus, type 1 and bone alterations.* A base de dados usada para a busca foi o *Medical Literature Analysis and Retrievel System Online* (Medline)/ *Nation Library of Medicine* (*Pubmed*®) no período de julho de 1983 a fevereiro de 2020. Foram excluídos trabalhos feitos com animais, revisões, cartas ao editor, monografias, dissertações, teses e artigos de opinião.

CONCLUSÃO

Essa revisão permitiu observar, além da quantidade de alterações encontradas no metabolismo do tecido ósseo, a pluralidade de perfis de pacientes diabético. Os dados revelam a necessidade do acompanhamento desses indivíduos para a atenuação dos efeitos, uma vez que o pobre controle glicêmico pode estar associado a piora do quadro. Além do impacto na qualidade de vida desses pacientes, há ainda a necessidade de uma rigorosa avaliação para quaisquer intervenções, bem como cirurgias que necessitam de manuseio do tecido ósseo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DANIELSON, K. K.; ELLIOTT, M. E.; LECAIRE, T.; BINKLEY, N. et al. Poor glycemic control is associated with low BMD detected in premenopausal women with type 1 diabetes. **Osteoporos Int**, 20, n. 6, p. 923-933, Jun 2009.

DE SOUZA, K. S.; URURAHY, M. A.; DA COSTA OLIVEIRA, Y. M.; LOUREIRO, M. B. et al. Low bone mineral density in patients with type 1 diabetes: association with reduced expression of IGF1, IGF1R and TGF B 1 in peripheral blood mononuclear cells. **Diabetes Metab Res Rev**, 32, n. 6, p. 589-595, Sep 2016.

KARALAZOU, P.; NTELIOS, D.; CHATZOPOULOU, F.; FRAGOU, A. et al. OPG/RANK/RANKL signaling axis in patients with type I diabetes: Associations with parathormone and vitamin D. **Ital J Pediatr,** 45, n. 1, p. 161, Dec 10 2019.

LAPPIN, D. F.; EAPEN, B.; ROBERTSON, D.; YOUNG, J. et al. Markers of bone destruction and formation and periodontitis in type 1 diabetes mellitus. **J Clin Periodontol**, 36, n. 8, p. 634-641, Aug 2009.

LOTAN, R.; GANMORE, I.; SHELLY, S.; ZACHARIA, M. et al. Long Term Dietary Restriction of Advanced Glycation End-Products (AGEs) in Older Adults with Type 2 Diabetes Is Feasible and Efficacious-Results from a Pilot RCT. **Nutrients**, 12, n. 10, Oct 15 2020.

OLIVEIRA, S. L.; LUNARDI FILHO, W. D. [AIDS and diabetes mellitus versus distributive justice in the public health system]. **Rev Bras Enferm**, 57, n. 6, p. 750-753, Nov-Dec 2004.

SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR

PSICOLOGIA HOSPITALAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sara Cristina de Oliveira – ULBRA – sarahmamedi2@gmail.com
Yasmin Livia Queiroz Santos – ULBRA – psicologia.itb@ulbra.br

Resumo: O relato se deu por meio da realização do estágio básico foco saúde, em um hospital público, do tipo Hospital Geral que executa serviços de saúde do tipo Terciário, localizado em Itumbiara - GO. Teve como objetivo geral, propiciar ao aluno conhecimento acerca da prática do Psicólogo no Hospital e possibilitar o contato do aluno com algumas atividades que contemplem o fazer dessa prática a partir de visitas em hospitais locais. As observações foram feitas em 17 visitas com duração de 2h cada, com o total de 34h. O contato com os profissionais e locais de trabalho foram feitos por meio da observação do participante. Todos os objetivos foram atingidos, pois através das observações conseguiu-se realizar o diagnóstico institucional, e também desenvolver o projeto de intervenção. O estágio com foco hospitalar é de extrema importância para a formação do Psicólogo, dado que este ambiente carece muito do fazer do mesmo, dessa forma a demanda é grande e é uma área que só cresce na Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia. Hospitalar. Saúde.

INTRODUÇÃO

O presente relato se deu por meio da realização do estágio básico foco saúde, em um hospital público, do tipo hospital geral que executa serviços de saúde do tipo terciário, localizado em Itumbiara Goiás. Houve uma preparação para poder melhor executar e alcançar todos os objetivos da disciplina, no qual as primeiras aulas se deram, por meio de teorias da psicologia da saúde e hospitalar, após, nos organizamos e foram realizadas as visitas a fim de obter e coletar dados e ter contato com a profissão.

OBJETIVOS

Como base teórica norteadora do estágio, temos entre elas a perspectiva histórica e transcultural da Psicologia da Saúde. Temas essenciais em Psicologia da Saúde. Avaliação, investigação e intervenção em Psicologia da Saúde. Procedimentos éticos na atuação do Psicólogo. Teve como objetivo geral, propiciar ao aluno conhecimento acerca da prática do Psicólogo no Hospital e possibilitar o contato do aluno com algumas atividades que contemplem o fazer dessa prática a partir de visitas em hospitais

locais. Ainda preocupou-se com apresentar: as funções do psicólogo no hospital geral; Elencar as atividades exercidas pelo psicólogo no hospital, incluindo as várias demandas dessa instituição; Oportunizar visitas à instituição hospitalar nas quais os estagiários observarão a rotina e funcionamento desta instituição (ala da enfermaria); Expor um projeto de intervenção ao final de estágio.

METODOLOGIA

O contato com os profissionais e locais de trabalho foram feitas por meio da observação participante. A observação participante apresenta potencialidade em facultar ao pesquisador a percepção de significados, representações, relações, normas, discursos, falas, sistemas de valores, símbolos, condições estruturais e dimensões esperadas e inesperadas do problema que motivou a pesquisa (SERAPIONI, 2000).

RESULTADOS

Todos os objetivos foram atingidos, pois através das observações consegui realizar o diagnóstico institucional, e também desenvolver o projeto de intervenção. O estágio com foco hospitalar é de extrema importância para nossa formação, dado que este ambiente carece muito do fazer do psicólogo, dessa forma a demanda é grande e é uma área que só cresce na psicologia. Acredito que teoria versos prática possibilita obter um conhecimento amplo, que somente com a teoria não é possível. Considero este um dos estágios mais importantes em nossa formação. Portanto, ressalto que a teoria alinhada com a prática nos proporciona um conhecimento vasto e real, onde conseguimos ter conexão com a importância do nosso trabalho neste ambiente. Mais satisfatoriamente, isso serviu para a minha evolução pessoal como futuro profissional.

REFERÊNCIAS:

SERAPIONI, M. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração**. Rev C S Col, v.5, n.1, p.187-192, 2000.

PERFIL DOS IDOSOS NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

Regina De Oliveira Rodrigues Silva – UNIFASC - reginaorsilva@gmail.com
Lucíola Sandim – UNIFASC – luciola_sandim@unifasc.edu.br

Resumo: A população de idosos vem aumentando cada vez mais e como consequência, cresce também o número de ILPI (Instituições de longa permanência para idosos) que oferecem assistência a idosos, no âmbito social e de saúde, dando suporte a suas necessidades, dessa forma, buscando proporcionar qualidade de vida. Método: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. O estudo foi formado pelas literaturas que evidenciam os idosos residentes em ILPI, as fontes usadas foram por meio eletrônico, os sites de pesquisa: SciELO, IBGE e Google acadêmico, a pesquisa compreendeu os últimos cincos anos de revisão. Resultados: A busca dos artigos compreendeu o período entre agosto a novembro de 2020. Ao longo da pesquisa foram encontrados 20 artigos que evidenciaram a permanência de idosos em ILPI, porém 10 foram selecionados. O critério de exclusão foi: Artigos do período anterior a 2015. Conclusão: O idoso institucionalizado é mais predisposto a desenvolver doenças físicas e psicológicas e que a maioria dos profissionais não estão preparados para prestar um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Idosos. Residência ILPI. Perfil.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de idosos vem aumentando devido aos avanços da medicina e da tecnologia associados a diminuição das taxas de fecundidade e de mortalidade e das políticas públicas em saúde e na melhoria da qualidade de vida. Segundo dados do IBGE 2018, idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. O Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, número que representa 13% da população do país. Assim como no Brasil e no mundo vem aumentando a perspectiva de vida e elevando a procura por instituição de longa permanência (ILPI). Essas instituiçoes devem oferecer uma infraestrutura para garantir acolhimento, segurança, bem-estar e qualidade de vida para os idosos. Os modelos atuais são, casas de repouso, clínicas geriátricas e condomínios residenciais. As ILPI possuem alguns problemas, que refletem na saúde dos idosos, das quais são: a unifacação dos cuidados e a falta de profissionais qualificados.

Quando a idade avança é normal que venha com ela mudanças físicas químicas e biológicas com isso traz alterações na saúde tornando as pessoas com menor capacidade

motora e cognitiva. Nem sempre os idosos tiveram uma vida saudável com boa alimentação, exercícios físicos, e muitos foram ou ainda são tabagistas ou etilistas e a maioria não tiveram acesso à saúde primaria ou preventiva.

De acordo com o Ministério da Saúde 2016, os idosos que residem em ILPI possui direitos a saúde, vigente por leis que lhes garantam um cuidado de boa qualidade. As doenças mais comuns entre os idosos são: Parkinson, Alzheimer, Hipertensão, Diabetes, Obesidade, Câncer, Depressão entre outras. Muitos autores abordam a temática de que os idosos que residem em ILPS, mesmo tendo cuidados permanentes, são mais susceptíveis e predispostos a desenvolver algumas dessas doenças, vivendo em rotinas sedentárias, pois a maioria das ILPI padronizam a rotina para melhor funcionamento da instituição.

Este trabalho tem como objetivo definir o perfil do idoso que vive em ILPI.

METODOLOGIA

Esta trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura. O estudo foi formado pelas literaturas que evidenciam os idosos residentes em ILPI, as fontes usadas foram por meio eletrônico. Sites de pesquisa: SciELO, IBGE e Google académico e revistas de saúde coletiva.

CONCLUSÃO

O idoso institucionalizado é mais predisposto a desenvolver doenças físicas e psicológicas. A maioria dos profissionais não está preparado para prestar um atendimento de qualidade.

REFERÊNCIAS:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2018**. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

GUIMARÃES, Lara de Andrade; et al. **Sintomas depressivos e fatores associados em idosos residentes em instituição de longa permanência**. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 24, n.9, p. 3275-3282, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413- 81232018249.30942017 .

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **ENVELHECIMENTO E SAÚDE DA PESSOA IDOSA.** Brasília, 2016.

PINHEIRO, Natália Cristina Garcia; HOLANDA, Vinicius Carlos Duarte; MELO, Laércio
Almeida de; MEDEIROS, Annie Karoline Bezerra de; LIMA, Kenio Costa de. **Desigualdade**
no perfil dos idosos institucionalizados na cidade de Natal, Brasil. Ciência & Saúde
Coletiva, [S.L.], v. 21, n. 11, p. 3399-3405, nov. 2016. FapUNIFESP (SciELO).
http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152111.19472015

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 1929-1936, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.04722018.

TERAPIA E REABILITAÇÃO

RISCOS DE ACIDENTES BIOLÓGICOS COM ENFERMEIROS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Chirly Daiany Lima de Carvalho – UNIFASC – chirlyenf@gmail.com
Lucíola Silva Sandim – UNIFASC – luciola_sandim@yahoo.com.br

Resumo: No final do século XIX na Inglaterra, surgiu a enfermagem do trabalho. Os profissionais de área da saúde trabalham expostos a diversos riscos: químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos. Objetivo: Identificar em quais situações ocorrem os acidentes de trabalho com risco biológico com a equipe de enfermagem e quais são as atitudes que deverão ser tomadas para diminuição dos mesmos. Método: Pesquisa bibliográfica, os artigos científicos são da plataforma Scielo e Google Acadêmico, a partir do ano de 2015. Foram excluídos artigos escritos e publicados antes do ano de 2015. Resultados: Pode-se observar que a maioria dos acidentes acontecem mesmo com o uso dos EPIs e que é necessário uma reeducação desses profissionais sobre os riscos ocupacionais. Conclusão: Em suma o presente estudo causa uma reflexão sobre a importância do enfermeiro do trabalho nos ambientes hospitalares e principalmente focado na redução de acidentes de trabalho com a equipe de enfermagem.

Palavras-chave: Enfermagem do trabalho. Enfermagem. Acidente de trabalho.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a enfermagem do trabalho chegou ao país nos anos 70, porém só em 2004 o Conselho Federal de Enfermagem – CONFEN reconheceu essa especialização na área da enfermagem. O enfermeiro do trabalho no ambiente laboral tem como objetivos realizar atividades de higiene ocupacional, ações que levam a prevenção de doenças e acidentes de trabalho e também a promoção da saúde no trabalho (LINO, 2012). Um dos riscos que estão mais presentes nas atividades laborais da equipe de enfermagem é o risco biológico, todos os dias é necessário lidar com materiais que são perfuro cortantes e nesses materiais a uma alta presença de materiais biológicos, além de também estar sempre em contato direto com os pacientes ficando exposto a diversos tipos de micro-organismos como por exemplo vírus e bactérias.

Nesse sentindo de acordo com o Estatuto Social Associação Nacional de Enfermagem do Trabalho – ANENT são deveres dos associados: Cumprir o Estatuto, o regimento interno e as decisões dos órgãos constitutivos da ANENT; Prestar colaboração a ANENT, visando o estudo e a difusão da Enfermagem do Trabalho;

Fornecer informações técnico-científicas, estudos, projetos e outros trabalhos sempre autorizando sua publicação; Aceitar e exercer os cargos diretivos para os quais tenham sido eleitos ou nomeados, salvo motivos imperiosos de força maior; Identificar sempre que solicitado, mediante o comprovante de pagamento da anuidade; Pagar pontualmente suas contribuições anuais e cumprir quaisquer outros compromissos direta ou indiretamente assumidos perante a Associação.

É de conhecimento geral que os materiais perfuro cortantes está presente do dia a dia do trabalho da equipe de enfermagem, nesse material está presente materiais biológicos tendo alto risco de contaminação da equipe e assim acarretar em acidentes de trabalho. Com a ações efetivas do enfermeiro acarretará numa diminuição desses acidentes e numa maior conscientização dos colaboradores

Este trabalho tem como objetivo identificar em quais situações ocorrem os acidentes de trabalho com risco biológico com a equipe de enfermagem e quais são as atitudes que deverão ser tomadas para diminuição dos mesmos.

METODOLOGIA

O tipo de pesquisa realizada para o presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica, onde primeiramente foi realizado uma busca dos descritores e por meio das palavras chaves do trabalho realizado buscas de artigos científicos na plataforma Scielo e Google Acadêmico, os artigos foram escritos na língua portuguesa e a partir do ano de 2015. Foram excluído artigos publicados antes do ano de 2015.

CONCLUSÃO

Nessa perspectiva, é necessário que as instituições tenham consciência de que esses profissionais possuem suas limitações e observar sempre a escala de trabalho desses colaboradores para que nenhum deles se sintam sobrecarregados e assim favorecer também o acontecimento de acidentes de trabalho. As notificações também devem acontecer sempre que um acidente ocorrer, a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT deve ser encaminhada ao INSS para que seja realizado o protocolo padrão da situação.

REFERÊNCIAS:

CARMO, Thais Adriana, MASSON, Valéria Aparecida, TASSO, Cristiane Akemmy Sacco. Assistência de Enfermagem do Trabalho: Prevenção de Doenças Ocupacionais. **Revista Ciência & Inovação**. Goiânia, 2016. Disponível em: <http://faculdadedeamericana.com.br/revista/index.php/Ciencia_Inovacao/article/view/236 > Acesso em: 03 de nov 2020.

DA SILVA, Patrick Leonardo Nogueira et al. Análise dos acidentes de trabalho na equipe de enfermagem: uma revisão integrativa Analysis of the accidents at work in the nursing staff: an integrative review. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 5163-5176, oct. 2016. ISSN 2175-5361. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3526>. Acesso em: 03 nov. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.5163-5176.

JESUS, Claudemir Santos de et al. Atuação do Enfermeiro do Trabalho na redução dos riscos biológicos no âmbito hospitalar. **Revista de Atenção à Saúde. São Caetano do Sul**, dezembro, 2017. Disponível em:< https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/4825/pdf> Acesso em: 03 nov 2020. Doi: https://doi.org/10.13037/ras.vol15n54.4825

LINO, Mônica Motta et al. PERFIL SOCIOECONÔMICO, DEMOGRÁFICO E DE TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. Cogitare Enfermagem, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2012. ISSN 2176-9133. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/26375/17568>. Acesso em: 13 nov. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.5380/ce.v17i1.26375.

NISHIDE, Vera Médice; BENATTI, Maria Cecília Cardoso. Riscos ocupacionais entre trabalhadores de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva. **Rev. esc. enferm**. USP, São Paulo , v. 38, n. 4, p. 406-414, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000400006&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0080-62342004000400006

PAIVA LEITE, Jarbas Willian; ARAUJO, Giovana Fernandes. RISCOS OCUPACIONAIS: PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS DE UM HOSPITAL PÚBLICO. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [S.l.], v. 5, n. 2, nov. 2016. ISSN 2317-3378. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1055/725>. Acesso em: 07 nov. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v5i2.1055.

PEDROSA, Islayne Oliveira, SOBRAL, Wglaison Paulo de Araújo, BRASILEIRO, Marislei Espíndula. A atuação do enfermeiro do trabalho na redução dos riscos ergonômicos. **Revista Científica em Enfermagem**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/157/pdf> Acesso em: 03 nov 2020.

SILVA, Francisca Francineide Andrade da et al. Riscos de acidentes com materiais perfurocortantes no setor de urgência de um hospital público Risks of accidents with needlestick materials at the urgency sector of a public hospital. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 5074-5079, oct. 2016. ISSN 2175-5361. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3893>. Acesso em: 07 nov. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.5074-5079.

MARKETING DIGITAL

O PODER DE INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR

Patryk de Oliveira Souza – UNIFASC – patrykdeoliveira1200@gmail.com

Charles Henrique Vieira Araújo – UNIFASC – charlesvieira765@hotmail.com

Stela Cristina de Oliveira Campos– UNIFASC – stelacris6@gmail.com

Karolina Cestari Resende – UNIFASC – karolinacestari@me.com

Resumo: Através da utilização de estratégias adequadas de marketing e, graças ao progresso tecnológico, as empresas dispõem de diversas ferramentas para manter um relacionamento direto com seus clientes, criando assim, vínculo com seus consumidores. As redes sociais concederam uma nova forma de divulgar marcas e serviços prestados, de forma rápida e precisa, se tornando um meio de comunicação eficaz para conectar empresas e clientes. Diante dessa realidade, o presente resumo teve como objetivo analisar o poder de influência das redes sociais no processo de decisão de compra do consumidor. Para entender como as redes sociais estão influenciando, realizou–se uma explanação acerca do assunto proposto e, posteriormente, foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o mesmo. Por fim, conclui–se que as redes sociais têm poder de influenciar na decisão de compra dos consumidores, por meio da divulgação de seus produtos e/ou serviços no meio digital, assim como também para obter informações e manter um canal de comunicação direto. Os dados coletados são de fundamental importância para auxiliar os profissionais de marketing e a sociedade em geral através das exposições dos resultando obtidos.

Palavras–Chaves: Redes Sociais. Decisão de Compra. Marketing Digital.

Introdução

Os usuários das plataformas digitais estão cada vez mais exigentes, passando a utilizar as redes sociais, além de como forma de entretenimento, também para analisar as empresas, sua marca e serviços prestados. Com isso, as redes sociais permitem um relacionamento direto entre ofertante e consumidor, bem como influenciam no poder decisório de compra devido a busca por informações dos produtos ou serviços antes de realizar uma aquisição on–line. Segundo o Sebrae (2017), 35% da população mundial, ou seja, 2.526 bilhões de pessoas, são usuários ativos nas redes sociais. Sendo assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar o poder de influência das redes sociais no processo de decisão de compra do consumidor. Com toda a evolução tecnológica,

percebeu–se a necessidade de estudar tal influência. Deste modo, justifica–se esse estudo, pela necessidade das empresas de se manterem atentas para as reais necessidades dos consumidores, buscando sempre fidelizar clientes, através da utilização das ferramentas e estratégias de marketing como um diferencial competitivo, visto que muitos consumidores estão tomando suas decisões de compra através das informações e opiniões que são expostos nas redes sociais. Em relação ao método, esse trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa básica, qualitativa, exploratória e utilizou–se o estudo bibliográfico para explanar sobre a temática. Com base em pesquisas, o referencial teórico abordou: os fundamentos do marketing, o advento da internet e a evolução do marketing digital, o papel das redes sociais e o impacto dessas no processo de decisão de compra do consumidor. De acordo com Cobra (2009), o marketing surgiu nos Estados Unidos na década de 1940, inicialmente visto como uma ação no mercado tendo como base a troca e a maximização do consumo por meio de atividades comerciais. O referido autor acrescenta ainda que o marketing tem como essência o processo de troca de produtos ou serviços, pelo qual duas ou mais pessoas ofertam algo de valor, com o intuito de atingir seus objetivos que, segundo Kotler e Keller (2006), envolve a identificação e satisfação das necessidades humanas e sociais. Peter Drucker, conhecido por ser um dos maiores teóricos no mundo da administração, menciona que "o papel do marketing é tornar a venda supérflua. Sua meta é conhecer e compreender tão bem o cliente que o produto ou o serviço se adapte a ele e se venda por si mesmo" (DRUCKER, 2002). Como pode–se perceber, através do marketing, as empresas buscam encontrar formas de satisfazer os desejos dos consumidores, fornecendo aos seus clientes os produtos ou serviços que desejam, de maneira a encantar e fidelizar os mesmos, visando alcançar os seus objetivos através de relacionamentos concretos e, consequentemente, gerar maior receita.Com o avanço tecnológico, o papel do marketing se tornou mais abrangente, principalmente com o advento da internet. Finkelstein (2011, p. 19) define internet como "um conjunto de incontáveis redes de computadores que servem a milhões de pessoas em todo o mundo". Devido às suas características, a internet tornou–se a primeira mídia em massa a qual permite interação entre pessoas, clientes e empresas a baixo custo e à velocidade da luz. Com isso, o marketing ganhou uma nova vertente, evoluindo para o marketing digital,

que compreende o "conjunto de ações de marketing intermediadas por canais eletrônicos, como a internet, em que o cliente controla a quantidade e o tipo de informação recebida" (LIMEIRA, 2010, p.10). O marketing digital tem sido um grande aliado das empresas, onde a internet é utilizada como uma ferramenta de diálogo entre organizações e consumidores, tornando–se assim um diferencial competitivo. Esta é uma forma das empresas se fazerem presentes nos negócios, focando a utilização das mídias sociais para estabelecer um contato direto e transparente com os clientes, mantendo–se a frente dos concorrentes (LIMEIRA, 2010). As empresas precisam utilizar e explorar essa ferramenta com o intuito de analisar e se comunicar com os clientes, de forma a criar um vínculo e, posteriormente, criar um relacionamento duradouro, mantendo o contato com seu público–alvo através das redes sociais, onde a mesma tem influenciado na decisão de compra do produto final. Souza e Cardoso (2011, p. 67) conceituam as redes sociais como "uma estrutura social composta por pessoas e organizações que estão conectados por relações e compartilham valores e objetivos comuns". A utilização das redes sociais, com o auxílio das ferramentas do marketing, permite que as empresas além de influenciar na decisão de compra, tornem–se cada vez mais eficazes e apresentem um diferencial competitivo frente à concorrência. As organizações precisam compreender que "o consumidor é rei" (SAMARA; MORSCH, 2012, p. 03), e que nenhuma pessoa compra um produto só por comprar, que sempre haverá uma necessidade a ser atendida ou a satisfação de algum desejo. É importante frisar que, por meio dessas estratégias de marketing, as empresas podem utilizar a tecnologia da comunicação a seu favor como forma de conquistar, reter e fidelizar seus clientes, assim como divulgar a imagem da marca ou empresa. Portanto, no cenário atual, conclui–se que as redes sociais tem poder de influência na tomada de decisão de compra, onde os consumidores utilizam os recursos oferecidos para auxiliar no seu processo decisório.]

Referências:

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.

FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. **Direito do comercio eletrônico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **E–marketing.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio**. Comportamento do consumidor: conceitos e casos.** 1. ed. São Paulo, Prentice Hall,2012.

SEBRAE. **Informe de mercado e–commerce:** Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas (MPE) paraenses no cenário nacional. 2017. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PA/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Ebook–Ecommerce.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

SOUZA, Carlos Henrique de; CARDOSO, Carla. As Redes Sociais Digitais: Um mundo em transformação. **Agenda Social.** V.5, nº1, jan–abr/2011. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8427_1312371250.pdf. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

MARKETING DIGITAL EM MEIO A PANDEMIA

Carolina Moraes Faria – UNIFASC – carolinamoraescar@gmail.com
Izabela Monteiro da Silva Prado – UNIFASC –izamonteiro1020@gmail.com
Karolina Cestari Resende – UNIFASC – karolinacestari@me.com

Resumo: Em questão de dias o panorama mundial se transformou por conta da pandemia pelo Coronavírus, tendo como uma das transformações mais relevantes a necessidade das empresas se adaptarem ao virtual. Com isso, o marketing digital deixou de ser uma opção, tornando–se essencial para a sobrevivência dos negócios. O marketing digital são ações de comunicação que as empresas podem utilizar, por meio da internet e outros meios digitais, para divulgar e comercializar seus produtos, conquistando novos clientes e melhorando a sua rede de relacionamentos. Essa pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do marketing digital nas empresas em meio à atual conjuntura da pandemia. Utilizou–se como método uma pesquisa bibliográfica e o referencial abordou os temas centrais acerca da temática. Através desse trabalho foi possível concluir que, neste início do segundo decênio do século XXI a voz das empresas está ligada diretamente ao marketing digital, e tudo indica que os canais on–line continuarão crescendo, por isso, investir em marketing digital já não é mais um diferencial, mas sim uma estratégia de sobrevivência.

Palavras–chave: Marketing Digital. Pandemia. Virtual.

Introdução

O ano de 2020 está marcando a história do mundo, não só pelo impacto da pandemia do COVID–19 e a crise gerada, mas também pela transformação digital que as pessoas e as empresas estão enfrentando. O comportamento de todos precisou mudar diante do cenário, bem como a relação entre as pessoas – um terço da população mundial entrou em quarentena, mudando abruptamente os seus hábitos como medida para conter o avanço da epidemia (CRUVINEL, 2020). Os empresários estão enfrentando grande prejuízo nas receitas, com enfraquecimento das vendas dos seus produtos e serviços devido ao isolamento social. Em busca de soluções que os apoiem, tem–se observado o aumento do interesse das empresas em agências de marketing digital, uma vez que começaram a enxergar a importância dessa estratégia para a

sobrevivência do seu negócio no mercado. A discussão sobre a importância do marketing digital durante a pandemia está cada vez mais em foco, por isso, tem–se como problema de pesquisa: Entender qual o impacto do marketing digital, no contexto da pandemia do COVID–19, para a prospecção de clientes e alavancagem das vendas? Busca–se como objetivo geral da pesquisa analisar o impacto do marketing digital nas empresas em meio à atual conjuntura da pandemia. Como objetivos específicos, têm–se: (1) Entender o papel e vantagens do marketing digital nas empresas do Século XXI; (2) Discutir os impactos da pandemia nos negócios devido ao isolamento social, novas circunstâncias e diretrizes; (3) Identificar estratégias adotadas por empresas, relacionados ao cenário do Marketing Digital, em meio a pandemia. A escolha do presente tema justifica–se pelo fato de ser um tema relevante, importante para a sociedade deste século XXI e pouco abordado nas bases de pesquisa em fóruns de discussões no mundo. Além disso, observa–se uma mudança expressiva na forma como as pessoas compram em virtude da pandemia, portanto, para as empresas não pararem de comercializar seus produtos e serviços, começaram a investir cada vez mais no marketing digital. Em relação à metodologia, trata–se de uma pesquisa básica, qualitativa, exploratória e bibliográfica. O referencial teórico da pesquisa aborda o avanço do marketing digital na atualidade, os impactos da pandemia nos negócios e as principais estratégias adotadas pelas empresas quanto ao marketing digital. O marketing digital se popularizou, junto com a internet, na década de 1990 e começou a ganhar cada vez mais espaço, sendo definido como o uso de estratégias que empresas e pessoas utilizam para divulgar produtos, serviços, desenvolver uma marca e criar conexão por meio de canais de contato na internet (RÉVILLION, 2019). Esse movimento pode ocorrer, por exemplo, por meio de redes sociais, sistemas de mensagens instantâneas automatizadas e aplicativos. A pandemia ocasionada pelo Coronavírus mudou o funcionamento de 5,3 milhões de pequenas empresas no Brasil, o que equivale a 31% do total (SEBRAE, 2020). Além disso, outras 10,1 milhões, ou seja, 58,9%, tiveram que interromper suas atividades temporariamente. Pelo estudo do Sebrae (2020), é possível observar como as formas de atuar dos pequenos empreendedores estão evoluindo neste momento. Entre as empresas que continuaram funcionando, 41,9% realizam agora apenas entregas via atendimento on–line. Outros 41,2% estão trabalhando com horário

reduzido, enquanto 21,6% estão realizando trabalho remoto. A atual conjuntura desencadeou um impacto sem precedentes para todo os tipos de negócios. O que percebemos até o momento é que, em economias mais frágeis e que estavam ainda em processo de recuperação, como o Brasil, o desafio é ainda maior, principalmente para pequenas e médias empresas que geram cerca de 72% dos empregos do país (ROCHA, 2020). Baseado nesse cenário, observa–se o aumento do interesse das empresas no marketing digital. Segundo Bravo (2020), uma das principais estratégias adotadas pelas empresas em relação ao marketing digital foi reforçar o posicionamento nas mídias digitais, dobrar o volume de ações em suas Redes Sociais, principalmente através da realização de *Lives* no Instagram. Além disso, muitas empresas criaram páginas de conversão, conhecidas como *Landing Pages,* para dar acesso às gravações das *Lives* depois que elas aconteciam, bem como trabalharam de forma colaborativa – convidando parceiros estratégicos para fazer ações em conjunto. Já na área de vendas, uma das iniciativas mais adotadas foi a de direcionar o investimento de mídia paga para conteúdos específicos e, também, criar cupons de desconto para reforçar a estratégia de venda on–line (BRAVO, 2020). A partir do exposto, é possível concluir que, atualmente, a voz das empresas está ligada diretamente ao marketing digital, e tudo indica que os canais on–line devem continuar crescendo, especialmente durante a pandemia. O resultado é um só: nunca tantas pessoas estiveram on–line, acessando redes sociais, mecanismos de pesquisa e mídias digitais, por isso, investir em marketing digital já não é mais tido como diferencial, mas sim como estratégia de sobrevivência no atual mercado.

Referências:

BRAVO, Luiza**. A importância do marketing digital em meio à pandemia**. Disponível em: https://www.whow.com.br/sem–categoria/importancia–marketing–digital–pandemia/ . Acessado em: 27 de outubro de 2020.

CRUVINEL, Ilton Belchior. **Marketing digital em tempos de pandemia digital.** Disponível em: http://faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/57. Acessado em: 14 de outubro de 2020.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki. **Marketing digital**. Rio de Janeiro; SAGAH, 2020.

ROCHA, Thiago. **Como o marketing pode se adaptar ao impacto do coronavírus para que a sua empresa saia fortalecida da crise.** Disponível em: https://resultadosdigitais.com.br/blog/marketing–em–tempos–de–coronavirus/ . Acessado em: 16 de outubro de 2020.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios.** Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o–impacto–da–pandemia–de–coronavirus–nos–pequenos%20negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acessado em: 13 de outubro de 2020.

AS RELAÇÕES HUMANAS NA PÓS-MODERNIDADE

Alline Schineider Ribeiro de Andrade – UNIFASC – allineschineider@icloud.com

Débora Rocha – UNIFASC – debora@unifasc.edu.br

Wesley da Silva Júnior – UNIFASC – weslwyjrs@yahoo.com.br

Marcos Pereira da Silva – UNIFASC – marcos.psi.iub@hotmail.com

Resumo: As relações interpessoais são temas de inúmeras discussões, na contemporaneidade, principalmente no ano de 2020, no qual a pandemia, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), entrou em colisão com o cotidiano das relações humanas, pois gerou um grande impacto nos hábitos, na maneira de interagir, de lidar com a saúde e com o coletivo, deixando de lado, por muitas vezes, a individualidade. O presente trabalho traz como objetivo principal discorrer acerca das relações humanas, em um panorama mundial, onde não é mais preciso sair de casa para interagir. Para tal objetivo, fez-se necessário ressaltar o significado da internet nas relações entre as pessoas, seus aspectos positivos e negativos. A discussão percorre também pelo papel da comunicação, premissa fundamental das relações humanas. Conclui-se que a comunicação interpessoal tem enorme importância nos padrões de interação social, especialmente em uma sociedade em que a tecnologia sofre um constante avanço e acaba envolvendo alguns desafios e obstáculos relacionados ao uso da internet.

Palavras-Chaves: Relações Humanas. Pós-modernidade. Comunicação.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XXI, aconteceram mudanças significativas e impactantes, em diversas áreas que marcaram a história da humanidade. Pensando neste ponto de vista, compreendemos que a globalização tem uma parcela considerável nas transformações das relações, da organização social, que impactam diretamente os seres humanos, as empresas e também os países. (ALMEIDA et al., 2012)

Zygmunt Bauman (2004) usou o termo “mundo líquido”. O termo conceito de liquidez é uma metáfora, utilizada pelo sociólogo, para se referir à modernidade, onde quase todos os aspectos da vida das pessoas, estão em constante mudança e são pautados no consumo e no interesse privado. Nesse sentido, as relações também, se tornam descartáveis, na medida em que não são mais úteis para a satisfação pessoal.

Para Erich Fromm (2000, p. 35) "se eu amo o outro, sinto-me um só com ele, mas com ele como ele é, e não na medida em que preciso dele como objeto para meu uso".

A disposição "Ter", por sua vez, representa a avidez humana pela posse material, o desejo de usufruir ao máximo uma dada coisa, para então se trocá-la por outra mais atrativa, o pior é que os seres humanos estão inseridos nessa dinâmica cruel, que na sociedade do vazio existencial, transforma a pessoa, absolutamente singular, numa coisa destinada ao consumo simbólico. Conforme destacado por Erich Fromm (1987, p. 43) o modo "Ter" da existência, o relacionamento do eu com o mundo é de pertença e posse, em que quero que tudo e todos, inclusive eu mesmo, sejam minha propriedade.

As relações sociais no mundo pós-moderno expõem a fragilidade das interações humanas e a internet atua como elemento imperativo, isso acontece através de um perfil/avatar, onde as pessoas se expressam, com maior facilidade. Não se pode deixar de salientar que existem interesses comerciais, por trás das redes sociais. Há, também, o perigo de gerar ilusões sobre o que é considerado ideal para o ser humano, pois a cultura da imagem é supervalorizada.

Embora esse pareça ser um cenário bastante pessimista, ao mostrar os aspectos negativos, aponta-se, justamente, para possibilidades diferentes. O ser humano está em constante transformação e existem alguns eventos que aceleram essas mudanças, guerras, crises, revoluções, epidemias, tudo isso é capaz de acelerar a história. A internet já existia, já era um importante instrumento nas relações humanas. E agora, após a pandemia, descobriu-se que o trabalho em casa, por exemplo, pode ser mais produtivo. Conseguiu-se viabilizar o chamado home schooling (ensino domiciliar), no qual vem preparando as pessoas para futuras situações de crise, inesperadas.

É preciso considerar a comunicação interpessoal como um padrão de interação que define a relação e liga as pessoas umas às outras. Neste sentido, a comunicação não é tanto algo que nós fazemos, mas algo em que participamos, nenhum comunicador individual pode criar interação ou definir uma relação interpessoal. Um comunicador individual contribui para a interação, em conjunto, dois (ou mais) indivíduos podem criar um padrão de interação e dessa maneira definirem a sua relação. Então, é importante que cada participante na comunicação, seja capaz de se adaptar à outra

pessoa, ao contexto, e ao tipo particular de relação em que está envolvido. (FISHER; ADAMS, 2010)

Problemas na comunicação são fatores que podem desencadear ou agravar conflitos. A transformação das diferenças individuais em solução de problemas é uma forma construtiva de gerenciamento de tais conflitos. (WACHOWICZ, 2010). Para contribuir com a temática e trazer uma contribuição, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre as relações humanas, considerando as novas formas de comunicação que emergem na contemporaneidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse estudo qualitativo, utilizou-se as palavras-chaves: "Relações Humanas", "contemporaneidade", "Relações Interpessoais" e "Comunicação Interpessoal" para a busca de conteúdos relativos ao tema em questão. O método foi a revisão bibliográfica, através da análise literária. Para tal, os materiais utilizados foram artigos científicos sobre a temática, acessados na base do site "Scielo", um integrador de periódicos online e livros sobre o tema. Realizou-se análise, revisão e síntese da temática.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a cibercultura tem a capacidade de modificar comportamentos, tradições, relações interpessoais, influenciando, inclusive, na economia mundial. Contudo, faz-se necessária uma conscientização do uso das tecnologias, de maneira a incluir (ou retomar) relações presenciais, através do toque, do olhar. É preciso estabelecer vínculos mais sólidos e menos líquidos, levando em consideração o bom senso, quanto ao momento de conectar-se e desconectar-se.

REFERENCIAS

BALDANZA, R. F**. A comunicação no ciberespaço: reflexões sobre a relação do corpo na interação e sociabilidade em espaço virtual.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29. Brasilia, 2006. Anais. São Paulo, 2006. CD-ROM. Disponível em < http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1012-1.pdf > Acesso em: 22 de jan. 2009.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde (2020b). Covid 19. Painel Coronavírus. Disponível em < https://covid.saude.gov.br/ > Acesso em: 15 de Nov. 2020.

FISHER, B. Aubrey; ADAMS, Katherine L. **Comunicação Interpessoal: pragmática das relações humanas.** Tradução José Farinha. 2a . ed. New York, Estados Unidos: McGraw-Hill, 1994.

FROMM, Erich. **Ter ou Ser?** 4ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

PRADO, Rafael Auler de Almeida; CALDAS, Marcus Tulio; QUEIROZ, Edilene Freire de. **O corpo em uma perspectiva fenomenológico-existencial: aproximações entre Heidegger e Merleau-Ponty. Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 32, n. 4, p.776- 791, 2012. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932012000400002.

WACHOWICZ, Marta Cristina. **Psicologia das relações humanas.** Disponível em: < http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/Livros%20Curso%20Servi%C3%A7os%20P%C3%BAblicos/M%C3%B3dulo%20II/Psicologia%20das%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Humanas/Livro_Psicologia%20das%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Humanas.pdf >. Acesso em: 15 Dez. 2020.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO METODOLOGIA NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Débora Rocha– Instituição – UNIFASC – debora@unifasc.edu.br

Vanessa Silva Arantes – UNIFASC – vanessafarantes@yahoo.com.br

Simone Ramos Deconte – UNIFASC – simone@unifasc.edu.br

Resumo: As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), que se popularizam cada vez mais, estão democratizando o acesso à informação e possibilitando trocas de informações entre pessoas. O resumo expandido tem como elemento principal as TIC's. Assim, o objetivo é falar sobre este recurso metodológico e seus benefícios agregados no processo ensino–aprendizagem. Como metodologia, experiências teóricas foram aproveitadas como motivação, discutindo–o sob a perspectiva de levantamentos bibliográficos e relatos de experiência. Verificou–se que as Tecnologias da Informação podem constituir um importante recurso de aprendizagem, desde que estejam claros os objetivos, as metodologias propostas a ser alcançadas, incentivando os estudantes o interesse pela pesquisa e conhecimento científico por meio de atividades lúdicas, buscando construir uma nova cultura educacional, que envolve os meios eletrônicos de comunicação, que no século 21 são base para o compartilhamento de ideias. Sendo assim, concluímos que a utilização das TIC's se torna um desafio que transforma os espaços e as formas de ensino, que culmina em excitantes e efetivas formas para capacitar estudantes ao processo cooperativo e colaborativo, além de desenvolver a habilidade da comunicação.

Palavras–chaves: Informação. Tecnologias. Ciências.

Introdução

As Tecnologias da Informação e Comunicação têm possibilitado também modificar alguns dos padrões mais rígidos de organização didática estabelecidos em sala de aula através de inúmeras iniciativas que visam integrá–las à escola e aos processos de ensino–aprendizagem, portanto, Moran questiona (2007, p.11), "Tanto professores como alunos temos a clara sensação de que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas. Mas como mudar? Como ensinar e aprender mais numa sociedade interconectada?"

Pedroso (2002) afirma que enquanto não forem criadas as possibilidades através de substancial mudança na estrutura do ensino, continuaremos na situação de dependência e servidão. No entanto, sob forma contraditória, o computador pode ser

usado no sentido de democratização e humanização para transformar as desigualdades sociais.

É possível compreender que as tecnologias potencializam alternativas nas formas de agir, pensar e sentir, fazendo parte do nosso dia a dia, sendo um instrumento para a inserção do cidadão na sociedade, ampliando sua leitura de mundo e possibilitando sua ação crítica e transformadora, esse segmento pode ser compreendido por Kalinke (1999, p.15), afirmando que "os avanços tecnológicos estão sendo usados por praticamente todos os ramos do conhecimento, pela construção interativa e de possibilidades."

Quando se trata do ensino de ciências, definir com clareza os objetivos e procedimentos que serão adotados na utilização das TIC's é condicionante para o sucesso da proposta, porém de acordo com Moran, Masetto e Behrens (2001, p.14) a implementação das TIC's como metodologia deve ter, "uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas."

Analisar o processo ensino–aprendizagem sob a perspectiva dos resultados alcançados pelos estudantes em sua formação escolar requer, no mínimo, um olhar crítico sobre as estratégias adotadas pelos professores. Por um lado, verifica–se a existência de práticas tradicionais que repetem a concepção de mediação unilateral de conteúdo, escolas e científico. Por outro, emerge a necessidade de promover o protagonismo do jovem estudante, de modo que ele seja construtor do seu próprio caminho em busca do conhecimento. Nesse sentido, as Tecnologias da Informação e da Comunicação estão inseridas como elementos estruturantes de um novo discurso pedagógico, bem como de relações sociais que sustentam neologismos como cibercultura (LÉVY, 1999).

As marcas tradicionais no ensino escolar não significam, totalmente, algo negativo para as rotinas da sala de aula. No entanto, dinamizar as práticas pedagógicas e encontrar novos caminhos para que os alunos aprendam por meio da participação ativa, têm sido discutidos no meio acadêmico como indicativo para mudanças na relação dos discentes com os conteúdos programáticos. Entretanto, a utilização das Tecnologias da

Informação e da Comunicação na Educação deve ser precedida de uma reflexão sobre a necessidade de uma mudança na concepção de aprendizagem vigente na maior parte das escolas (LOING, 1998).

Sendo assim, propôs–se alternativas em como utilizar as TIC's que possam ser utilizadas pelos professores de Ciências para melhorar os resultados de suas práticas metodológicas e didáticas. Com isso, auxiliar na otimização dos métodos de ensino.

Com este estudo tornou–se possível compreender a importância da formação continuada para professores e também do uso das Tecnologias de Informação, demonstrando que os recursos tecnológicos contribuem para o ensino de Ciências, de modo que auxilia os professores no planejamento das aulas, na pesquisa de novos materiais e atividades, na facilidade de acesso ao conteúdo planejado e salvos em plataforma online.

Sendo assim, uma boa alternativa é utilizar da Tecnologia da Informação e Comunicação objetivando uma boa qualidade do ensino por meio de outras metodologias, para complementar o aprendizado trabalhado teoricamente dentro da sala de aula. Permitir esse complemento, no caso do ensino de Ciências, serve ainda para estimular nos alunos a curiosidade para realizarem outras pesquisas, até mesmo aquelas que não são diretamente relacionadas ao tema, mas que derivam dela ou, tão somente, pesquisas de interesse pessoal dos alunos, construindo a autonomia investigativa.

Referências bibliog´raficas:

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúcia:** Prazer de Estudar – Técnicas e jogos pedagógicos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

ALVES, Nilda. **Imagens de tecnologias nos cotidianos das escolas:** Discutindo a relação "local–universal". Curitiba: Champagnat, 2004.

KALINKE, Marco Aurélio. **Para não ser um professor do século passado.** Curitiba: Gráfica Expoente, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Escuta, 1999.

LIMA, José Milton. de. **O jogo como recurso pedagógico no contexto educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

LOING, Bernard. Escola e Tecnologias: Reflexão para uma abordagem racionalizada. **In: Revista Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, julho/agosto/setembro, 1998.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2001

TÉCNICAS DO MKULTRA USADAS NA INTERNET EM PROCESSO POLÍTICO NO BRASIL EM 2018

Carlos Alberto da Silva – Prefeitura de Itumbiara – jornalparanaiba@hotmail.com

Resumo: Nesse contexto para a construção deste artigo, levou–se em consideração a parte conceitual daquilo que vimos no âmbito geral das eleições de 2018. Neste estudo, encontram–se as hipóteses que antecedem esse comportamento social humano. Justifica–se que é de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo, saber como isso ocorre no ambiente virtual proporcionado pela Internet. Para isso, descreve–se como objetivo geral, os primeiros passos para uma programação de mentes, influenciadas pela Internet e pela mídia de uma forma geral. E como objetivos específicos: explanar–se–á sobre programação mental, bem como citar casos em que a programação mental pode ser analisada. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada, como referencial, a pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, por meio de consultas em artigos já publicados sobre a temática apresentada. Nessa perspectiva, conclui–se que os resultados das eleições de 2018, bem como de outras eleições, foram alcançados pelo fruto da programação mental de boa parte da população brasileira

Palavras–chaves: Programação. Internet. Eleições.

Introdução

Com o advento da Internet, importantes mudanças aconteceram, permitindo a integração de pessoas de diferentes cidades, estados e países, possibilitando também a venda de produtos das comunidades locais para empresas em diferentes regiões, facilitando pesquisas de estudos e outras conquistas que jamais seriam alcançados por outra forma. Ao mesmo tempo, a Internet pode ajudar a preservar as tradições e até mesmo interferir politicamente num cenário eleitoral. As eleições de 2018, no Brasil, foram um divisor de águas na política nacional, elegendo um desconhecido nacionalmente para presidente, mudando diferentes cenários nos estados brasileiros, em virtude do projeto de programação mental que originou a "Onda Bolsonaro". Mas o que provocou esse fenômeno? A resposta pode estar na programação do cérebro humano por meio da nossa mente.

Neste estudo, encontram–se as hipóteses que antecedem esse comportamento social humano. Justifica–se que é de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo saber como isso ocorre no ambiente virtual proporcionado pela Internet. Para isso, informa–se como objetivo geral, descrever os primeiros passos para uma atuação

profissional no campo da programação de mentes, influenciadas pela Internet e pela mídia de uma forma geral. Como objetivos específicos: explanar sobre programação mental e citar casos em que a programação mental pode ser analisada.

Rangel (2016) relata que a CIA originou um programa de controle da mente humana. O projeto ficou notoriamente compreendido com MKULTRA, implantado em 1950, permanecendo ativo por mais de uma década. O programa tinha como propósito, ficar à frente da União Soviética nessa técnica promissora, isso em plena Guerra Fria. Entre outras coisas, as técnicas permitiram novos métodos de interrogatório ou de conversão de agentes. Para este propósito, militares utilizaram cobaias humanas, entretanto as pessoas escolhidas desconheciam a finalidade do projeto.

Dentro desse contexto, Bimber e Copeland (2011) afirmam que: "Estudos contemporâneos têm indicado que pessoas que utilizam mídias digitais no cotidiano estão mais propensas a se envolver politicamente e civicamente". Breton (1999, p. s/n) igualmente defende que a condição de possibilidade de eficácia da manipulação está no tempo. Para ele, o silêncio, que é a marca do diálogo, seria suprimido de modo a minar resistências: "a manipulação parece ter como característica forçar o silêncio na interação a fim de aprisionar o outro numa sequência contínua na qual ele não tem outra escolha senão se render".

Dessa forma, o conhecimento da programação mental avalia as possibilidades do sujeito, sua disponibilidade afetiva a proposta, estar e pensar, analisar e adorar, e de fazer, reconhecendo que essa ativação da mente é parte do ser humano. Somos programados nas tarefas de ações repetitivas, no aprendizado das tarefas, nas concepções religiosas, educacionais, profissionais e amorosas.

A apropriação da Internet para fins de comunicação política em eleições não é um fenômeno recente e configura, há quase duas décadas, objeto de pesquisa acadêmica. Desde 1994, a Web é utilizada nas campanhas eleitorais nos Estados Unidos da América (EUA), mas somente a partir das eleições de 2000, ela passou a ser vista como ferramenta decisiva de campanha nos EUA, servindo como veículo de informação direcionada, reforço, recrutamento e mobilização.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada, como referencial, a pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, por meio de consultas em artigos já

publicados sobre a temática apresentada. Como problema pergunta–se: como a programação mental pode influenciar no processo eleitoral? Foram consultadas bases de dados de estudos científicos, artigos jornalísticos sobre o tema e pesquisas em obras e artigos, no site da detentores de grande acervo de periódicos na área da Programação de Mentes Humanas, de modo a aumentar a possibilidade de obtenção de obras alinhadas com o interesse da pesquisa sistemática.

Sendo assim, acredita–se que utilizar a neurociência como ferramenta de marketing pressupõe a possibilidade de obtenção de resultados das respostas dos indivíduos em emoções positivas e negativas, o que pode aumentar o entendimento do inconsciente e da mente e, portanto, diminui as incertezas de resultados das respostas declaradas em um painel de consumidores. O neuromarketing é uma válvula de conhecimento ao comportamento do consumidor, em que suas descobertas contribuem para que haja evolução da pesquisa de marketing no que diz respeito ao público consumidor.

Espera–se que a atuação dos programadores de mentes auxilie o ser humano a superar–se nas adversidades a partir da aprendizagem, melhoria de suas limitações, com base na funcionalidade científica, independente que seu campo de atuação seja a religião, educação, veiculação comercial, psicologia, psicanálise, psiquiatria, hipnose, psicopedagogia ou política. É necessário que esses programadores mentais atuem na orientação ético–profissional, visando à construção do bem–estar no contexto, pessoal, social e profissional do indivíduo.

Referências

BIMBER, Bruce; COPELAND, Lauren. Digital Media and Political Participation Over Time in the US: Contingency and Ubiquity. Paper apresentado no **European Consortium for Political Research, Reykjavik**, 25 de agosto de 2011.

BRETON, P. **A manipulação da palavra**. São Paulo (SP): Edições Loyola, 1999.

GRAMSCI, A. (1976). **Escritos políticos**. Lisboa (Portugal): Seara Nova, 1976.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética**. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

RANGEL, Natália. A CIA criou mesmo um projeto para controlar mentes? **SuperInteressante** (online), 3 dez 2016. Disponível em: https://super.abril.com.br/mundo–estranho/a–cia–criou–mesmo–um–projeto–para–controlar–mentes/, acesso em 29/09/2020.

CIDADES INTELIGENTES

A HIERARQUIA DE NECESSIDADE DE MASLOW APLICADA PARA OS CONCEITOS DE MOTIVAÇÃO

Vitor Paula Assalin Costa – UNIFASC- vitorpaulaac@gmail.com
Vitória Priscila Silva – UNIFASC – vitoriaps406@gmail.com
Claiver Gabriel Ferreira de Lucena – UNIFASC – claiverlucena@hotmail.com
Orientadora: Karolina Cestari Resende – UNIFASC – karolinacestari@me.com

Resumo: O presente trabalho discorre sobre o impacto da motivação no ambiente empresarial e apresenta a hierarquia de necessidades de Maslow, analisando o conceito de motivação e como ela está ligada à necessidade humana. Além disso, discorre sobre a importância de se manter uma equipe motivada e como isso pode impactar na produtividade da empresa. O estudo tem como objetivo analisar a importância da motivação dentro do ambiente organizacional, baseado nos conceitos advindos da pirâmide de necessidades da Teoria de Maslow. Como método utilizou–se a revisão bibliográfica, onde foram feitas pesquisas em livros e artigos já publicados e em sites confiáveis da internet. Obteve–se como resultado a premissa de que a motivação impacta positivamente o rendimento e produtividade da empresa, assim como torna o clima organizacional mais agradável, pois as pessoas se sentem mais engajadas a trabalhar. Isso foi possível de observar analisando os métodos utilizados por Maslow para classificar as necessidades pessoais e assim utilizar o suprimento dessas como ferramenta de motivação para os funcionários, mostrando que criar um ambiente agradável são os primeiros passos para uma equipe motivada.

Palavras–chave: Motivação. Teoria de Maslow. Necessidade.

Introdução

A motivação, de acordo com Lemes Júnior e Pisa (2019, p. 311), "advém da própria psicologia humana, que entende que o processo de motivação se inicia pela percepção de uma necessidade e que a partir disso é ativado o comportamento orientado para a satisfação desta." Com base nisso, a motivação pode funcionar como um gatilho de impulsionamento, melhoria de alguma tarefa, ação ou pessoa. Por outro lado, motivar também significa agir. Ambos significados tem com o objetivo a

satisfação de necessidades para o alcance de objetivos maiores (LEMES JÚNIOR; PISA, 2019). Em um local de trabalho, a motivação é indispensável, visto que pessoas com esse comportamento conseguem realizar tarefas com mais facilidades e estão mais propícias para a resolução de problemas. O comportamento motivacional pode ser explicado pelas necessidades humanas, em que o resultado dos estímulos que agem sobre os indivíduos leva à ação (MONTANA; CHARNOV, 2010). A hierarquia de necessidades de Maslow ilustra esse fato – uma vez que a pirâmide tem como objetivo atingir a satisfação pessoal, o que implica na motivação. A partir disso, levantou–se como problema de pesquisa entender: Como a motivação pode influenciar o comportamento organizacional, tendo como base a hierarquia de necessidades da Teoria de Maslow? O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da motivação dentro do ambiente organizacional, baseado nos conceitos advindos da pirâmide de necessidades da Teoria de Maslow. Os objetivos específicos, são: (1) Discorrer como a motivação pode influenciar o comportamento e a produtividade dentro da empresa; e (2) Realizar um contraponto entre o conceito de Motivação e a Teoria de Maslow. A principal justificativa para sustentar este trabalho, reside na importância que a motivação tem no rendimento e no desenvolvimento do colaborador, sendo considerado um tema importante para qualquer empreendedor. Em relação ao método, foi realizado a partir de uma pesquisa básica, pois em relação à natureza não apresenta fim prático. Quanto a abordagem do problema é qualitativa e, em relação aos objetivos, é exploratória – já que visa explorar com maior familiaridade o problema. Por fim, sob o ponto de vista técnico, é uma pesquisa bibliográfica, porque foi elaborada a partir de um material já publicado. Com base em pesquisas bibliográficas, o referencial teórico abordou: o impacto da motivação no comportamento e produtividade, e a motivação baseada na Teoria de Maslow. Analisando o impacto da motivação no comportamento e produtividade, observa–se, de acordo com o relatório Tendências Globais de Capital Humano, da Deloitte (2020), que 61% dos empresários que investiram no bem–estar e saúde dos seus funcionários melhoraram a produtividade e os resultados financeiros. Quando a motivação acontece no ambiente de trabalho, o resultado são pessoas mais produtivas e engajadas que multiplicam seus efeitos para a equipe. Essa é a razão pela qual os

empresários investem cada vez mais para manter os trabalhadores motivados e buscam de todas as formas preservar e direcionar adequadamente essa força para o alcance dos objetivos empresariais (LEMES JÚNIOR; PISA, 2019). Por isso, a importância de se ressaltar o impacto que a motivação pode causar no comportamento e na produtividade da empresa. Ao longo do referencial, optou–se por analisar os conceitos centrais que envolvem a aplicação da pirâmide de Maslow para melhor visualização da importância da motivação e os benefícios que ela pode trazer. A teoria de Maslow baseia–se na hierarquia de necessidades criada por ele, em que cada etapa representa um grau de necessidade que levam até a satisfação máxima, ou seja, a realização pessoal. Maslow considerava que as três primeiras necessidades eram as básicas e sustentavam a sobrevivência das pessoas e as duas últimas representavam as necessidades de motivação, proporcionando a sustentação necessária para o crescimento das pessoas (OLIVEIRA, 2019). Sendo assim, a pirâmide de necessidades pode servir como referência para aqueles que buscam pela satisfação pessoal, por isso, é importante saber orientar a equipe, estipulando metas alcançáveis, criando um ambiente em que elas se sintam confortáveis e seguras, e reconhecer suas conquistas. Pessoas motivadas são frutos da persistência e do querer, elas sempre estarão em busca de alcançar seus objetivos mesmo encontrando dificuldades (SAMPAIO, 2009). Conclui–se que a motivação é necessária dentro de toda e qualquer empresa, visto que pessoas com essa competência conseguem atingir resultados com mais facilidade. A hierarquia de necessidades de Maslow se relaciona diretamente com a motivação no atingimento destas, tendo em vista isso, a pirâmide funciona como uma ferramenta de auxílio para os funcionários se sentirem motivados a alcançarem seus objetivos. Por fim, é importante ressaltar que a exploração e estudo da Teoria de Maslow no cenário organizacional busca entender em que momento da pirâmide os funcionários estão e quais são as melhores maneiras de fazer com que eles evoluam nela. Desse modo, a satisfação profissional e o crescimento do funcionário e da empresa caminham juntos.

Referências:

DELOITTE, Global Human Capital Trends. **The social enterprise at work: Paradox as a path forward**. 2020. Disponível em: https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/human–capital/articles/tendencias–capital–humano.html. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; PISA Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**: empreendedorismo e gestão – [2. ed.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

MONTANA, Patrick J; CHARNOV, Bruce H. **Administração**; tradução Cid Kinpel Moreira; revisão técnica Álvaro Pequeno da Silva – 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração**: **evolução do pensamento administrativo, instrumentos e aplicações práticas** – 1. ed. – São Paulo: Atlas.

SAMPAIO, Jader dos Reis. Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. **Revista de Administração** – RAUSP, vol. 44, núm. 1, enero– marzo, 2009, pp. 5–16 Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil

A REALIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES

Patryk de Oliveira Souza – UNIFASC– patrykdeoliveira1200@gmail.com
Stela Cristina de Oliveira Campos– UNIFASC – stelacris6@gmail.com
Charles Henrique Vieira Araújo – UNIFASC – charlesvieira765@hotmail.com
Orientadora: Karolina Cestari Resende – UNIFASC – karolinacestari@me.com

Resumo: O presente trabalho retrata pontos relevantes relacionados ao conceito de cidades inteligentes, um tema relevante e comentado no século XXI, que aborda a realidade de localidades construídas e planejadas com foco em atender à população de forma mais assertiva, desenvolvida e utilizando tecnologias inovadoras e sustentáveis. De acordo com essa temática, o objetivo desse trabalho é traçar um panorama sobre a realidade do Brasil em relação à formação e inclusão na caracterização das cidades inteligentes, buscando compreender a realidade brasileira nesse cenário. Utilizou–se como metodologia a pesquisa bibliográfica, a fim de elucidar a definição atual do assunto em questão. Foi realizado um levantamento da realidade e limitações do cenário brasileiro, bem como lançou–se um olhar sobre a possibilidade de implementação de cidades inteligentes. Foi verificado que a região Sudeste lidera, com destaque da cidade de São Paulo, e cidades da região Norte e Nordeste não aparecem no *ranking*. Como resultado, foi identificada a necessidade de implementações de condições básicas para que o país consiga gradualmente acompanhar países bem desenvolvidos e outras regiões do próprio país, de forma inclusiva para a população em geral.

Palavras–chave: Cidades Inteligentes. Desenvolvimento. Tecnologia.

Introdução

A sociedade viveu intensas mudanças no decorrer dos anos, principalmente devido à revolução agrícola e industrial, o desenvolvimento de tecnologias e também as inúmeras facilitações da vida cotidiana do ser humano (SOARES, 2019). Porém, observa–se que essas evoluções e transições não ocorrem de forma igualitária em todos os países, estados e cidades, por isso, alguns lugares são mais desenvolvidos que outros. Essas cidades mais avançadas em alguns quesitos, principalmente em relação ao planejamento urbano, mobilidade, forma de coleta de lixo e gerenciamento de energia elétrica, podem

ser chamadas de cidades inteligentes, ou *"smartcities"* (BERNARDES; CONSONI; WEIS, 2015). O objetivo desse trabalho é traçar um panorama sobre a realidade do Brasil em relação à formação e inclusão na caracterização das cidades inteligentes, buscando compreender a realidade brasileira nesse cenário. Dito isso, justifica–se essa pesquisa pelo fato de evidenciar a importância da observação singular para implementar ideias de contexto mundial, observando as particularidades e limitações de cada lugar. A metodologia a ser utilizada é a revisão bibliográfica, tendo em vista que o tema abordado ainda é pouco explorado na maioria das buscas e referências utilizadas, sendo assim necessária, a expansão da sua conceituação. De acordo com Lozada e Nunes (2018, p. 158), "a pesquisa bibliográfica propicia o exame de um tema para que o pesquisador construa um enfoque ou abordagem nova sobre ele, com o objetivo de chegar a conclusões inovadoras e que componham a sua gama conceitual". Além disso, em relação ao método, trata–se de uma pesquisa básica, qualitativa e exploratória. Tendo como base a revisão bibliográfica, o referencial teórico abordou: a conceituação de cidades inteligentes, traçou um panorama sobre a realidade e limitações do cenário brasileiro, bem como lançou um olhar sobre as possibilidades de implementação de cidades inteligentes no Brasil. Segundo Farias, Alencar e Lima (2011), para ser caracterizada como cidade inteligente, é necessário que possua uma infraestrutura tecnológica inteligente, isto é, que exista a disseminação pelo espaço urbano de instrumentos eletrônicos para aquisição, tratamento e transmissão de dados. Além disso, tem como ápice a disponibilização de serviços inteligentes para os usuários dos serviços urbanos (pessoas, empresas, administrações públicas). Cabe acrescentar que, em comparação com outros países, o Brasil está atrasado em relação a construção de cidades inteligentes, porém algumas cidades brasileiras se tornaram adeptas do conceito. Uma referência é a cidade de São Paulo, que é modelo no quesito mobilidade urbana, devido à sua infraestrutura estruturada. Todos os anos, através do *Ranking Connected Smart Cities*, é realizada uma pesquisa e desenvolvida a classificação das cidades brasileiras consideradas inteligentes, sendo as mais bem colocadas no ano de 2020: São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Campinas (SP), Vitória (ES), São Caetano do Sul (SP), Santos (SP), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). Esse *ranking* leva em conta indicadores como: mobilidade, urbanismo, meio

ambiente, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde (ABERJE, 2020). Entretanto, nota–se que a realidade de cada região no país é peculiar, sendo a maioria dos projetos implantados de forma isolada. Segundo Ling (2019), infelizmente o Brasil ainda não consegue realizar e suprir a maioria das necessidades básicas da população, como: moradia, saneamento básico, transporte público. Diante disso, primeiramente, precisa–se construir e administrar o básico para conseguir acompanhar outros países, uma vez que as cidades brasileiras em sua maioria estão crescendo de forma desordenada, impossibilitando um crescimento saudável das mesmas. Dito isso, não é suficiente que se tenha expansão e avanços, mas também que haja um crescimento regrado e consciente – inclusive, o planejamento para fomentar o desenvolvimento das cidades precisa avaliar a sustentabilidade dos projetos. De acordo com Cortese, Kniess e Maccari (2017), não basta ceder às pressões mundiais de construções e progresso sem explorar, pesquisar e avaliar os resultados que trarão, como aumento populacional, ocupação de áreas verdes e poluição do ar, água e solo. Portanto, é preciso conciliar os interesses para que o impacto seja positivo para as gerações atuais e futuras. Dessa forma, conclui–se que para cada lugar, implantar cidades inteligentes significa algo desigual de acordo com a realidade atual da mesma. Sendo assim, implementar tais projetos no Brasil significa estudar de forma minuciosa a vivência de cada cidade, dada a diversidade existente no país e primeiramente oferecer o básico, para dar suporte nos próximos anos a evoluções maiores.

Referências:

ABERJE, 2020. **Ranking Connected Smart Cities**. Disponível em:<https:/ /www.aberje.com.br/ranking–connected–smart–cities–2020–aponta–sao–paulo–como–a–cidade–mais–inteligente–do–pais–o–estudo–mapeia–673–municipios/>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

BERNARDES, R. C.; CONSONI, F. L; WEISS, M. C. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanos: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**,Curitiba,v.7, p. 5–11, n.3, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175336920150003003 10&script=sci_arttext> Acesso em: 01 de novembro de 2020.

CORTESE, Tatiana Tucunduva; KNIESS, Cláudia Terezinha;MACCARI, Emerson Antônio. **Cidades inteligentes e sustentáveis**. Barueri, São Paulo: Manole, 2017.

FARIAS, J. E.; ALENCAR, M. S.; LIMA, I. A. Cidades Inteligentes e Comunicações. **Revista de tecnologia da informação e comunicação.** Campina Grande, v.1, n.1, p.1, 2011. Disponível em: <http://rtic.com.br/index.php/rtic/article/view/7/6> Acesso em: 04 de novembro de 2020.

LING, A. **O que são cidades inteligentes dentro da realidade brasileira?**.Arch Daily Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/933328/o–que–sao–cidades–inteligentes–dentro–da–realidade–brasileira>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

LOZADA, Gisele. NUNES, Karina. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SOARES, Vicente. **Cidades inteligentes**: guia para construção de centros urbanos eficientes e sustentáveis. São Paulo: Érica, 2019.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO CENTRO DA GESTÃO DE CIDADES INTELIGENTES

Alexia Viane de Oliveira– UNIFASC – alexiaviane44@gmail.com

Lucas Henrique de Jesus – UNIFASC – luhejes@hotmail.com

Pedro Henrique Campos Soares – UNIFASC – pedrohcsoares9@gmail.com

Orientador: Álisson Gonçalves Martins – UNIFASC – alissongmartins@hotmail.com

Resumo: Cidades inteligentes começam com sistemas inventivos, trabalhando para o benefício tanto dos habitantes, quanto do meio ambiente. Redes elétricas, sistemas de distribuição de gás, sistemas de distribuição de água, sistemas de transporte públicos e particulares, edifícios comerciais, hospitais, residências — formam a espinha dorsal da eficiência, habitabilidade e sustentabilidade de uma cidade. É a melhoria e integração desses sistemas críticos — realizadas passo–a–passo — que se transformam em alicerces para tornar realidade uma cidade inteligente. As cidades que farão a transição com sucesso para cidades "inteligentes" serão aquelas que melhorarão seus sistemas críticos por meio de soluções integradas. As cidades inteligentes não precisam ser concebidas como cidades do futuro. Elas podem ser as cidades do presente. Até o final desta década, muitas tecnologias fundamentais para uma cidade inteligente, incluindo tecnologias de monitoramento e sensores, sistemas de tráfego inteligentes e sistemas de gerenciamento de energia para edifícios, serão implementadas em cada continente. Com a inteligência da tecnologia se faz necessário que a gestão pública adote diferenciais para os progressos das cidades.

Palavras–chave: Sistemas inventivos. Soluções integradas. Progressos.

Introdução:

Adota-se o conceito de cidade inteligente postulado por Dutta (2011, p.87),

> São aquelas que têm foco em um modelo particularizado, com visão moderna do desenvolvimento urbano e que reconhecem a crescente importância das tecnologias da informação e comunicação no direcionamento da competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida geral.

O Brasil está diante de uma nova fase de transformação no setor energético, com a adoção de novos sistemas e de diferentes matrizes capazes de suprir as demandas por energia com uso de alternativas bem interessantes.

De acordo com Energia que fala com você (2020), "A capacidade energética do planeta não cresce de acordo com a demanda por eletricidade". Neste cenário, os governos já perceberam que precisam encontrar alternativas e soluções, caso contrário, teremos graves consequências afetando a economia global. A eficiência energética precisa estar no centro da gestão de cidades inteligentes, esse é o objetivo principal, diferencial de gestão e tecnologia.

Referenciando teoricamente, ainda para (Energia que fala com você (2020), "A única saída para ter uma cidade inteligente e eficiente é usar a tecnologia". Diversas soluções já estão disponíveis permitindo a criação de uma infraestrutura digitalizada de gerenciamento e levando inúmeros benefícios, como a redução de gastos com a iluminação pública, por exemplo.

A união de gerenciadores energéticos com inteligência artificial já ajuda na identificação rápida de ameaças, otimização de estratégias e automatização de processos. Medidores instalados em diferentes circuitos elétricos são capazes de prover uma enorme variedade de informações sobre cada um deles, com detalhamento de consumo, identificação de irregularidades e de possíveis falhas em equipamentos responsáveis pela utilização incorreta de eletricidade. A partir da tecnologia, é possível criar planos de melhorias e manutenção rapidamente, e automatizar comandos, como o desligamento de circuitos elétricos em determinados horários. Para computer world (2020): "Estima–se que um sistema de controle pode gerar uma economia de energia de 50% para a cidade, além da redução significativa da emissão de CO^2 na atmosfera."

De acordo com Planet smart city (2018): "As cidades inteligentes são as que conseguem se desenvolver e proporcionar aos habitantes eficiência operacional urbana."

Das vias públicas mais seguras, mais iluminadas e os hospitais públicos que dependem de eletricidade para garantir o atendimento à população, esse recurso é fundamental para os cidadãos conseguirem atender as suas necessidades mais básicas. O enfoque atual é na cidade criativa e sustentável, que faz uso da tecnologia em seu processo de planejamento com a participação dos cidadãos. Sempre se deve pensar em como melhorar e não colocar empecilhos.

Na questão metodológica, este resumo, consiste em uma pesquisa bibliográfica, inclinando-se pela análise qualitativa. Para tanto, se fez necessária a utilização de ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores e livros.

Na pesquisa, foram levantados pontos importantes dentro dos materiais selecionados visando clareza e objetividade ao texto, seu estudo baseou-se na análise bibliográfica, objetivando o significado de cidades inteligentes e quão importante é a eficiência energética com utilização de recursos inteligentes e boa gestão de cidades.

Pode-se concluir que faltam investimentos adequados para tecnologias existentes. Dar esse passo é fundamental para dar continuidade ao processo inevitável de mudança de gestão de energia. Mas é sempre importante lembrar: cidade digitalizada não significa cidade inteligente. É preciso aliar as tecnologias com estudos e planos adequados, metas bem estabelecidas, tornado municípios mais inteligentes com sucesso de eficiência energética.

O processo é longo e demanda mudanças práticas, com uma nova mentalidade focada em modificar a maneira como a cidade enxerga o uso de energia. Esse novo jeito de pensar precisa caminhar lado a lado com os avanços tecnológicos para garantir que os benefícios cheguem a todos: das pessoas, aos governos e ao meio ambiente.

Referências:

PLANET SMART CITY. **Eficiência energética é trunfo das cidades inteligentes.** Disponível em: <https://www.planetsmartcity.com.br/eficiencia-energetica-e-trunfo-das-cidades-inteligentes/>. Acesso em: 05 de Novembro de 2020.

COMPUTER WORLD. **Eficiência energética está no centro da gestão de cidades inteligentes.** Disponível em: <https://computerworld.com.br/inovacao/eficiencia-energetica-esta-no-centro-da-gestao-de-cidades-inteligentes/> . Acesso em: 16 de Novembro de 2020.

ENERGIA QUE FALA COM VOCÊ. **Eficiência energética está no centro da gestão de cidades inteligentes.** Disponível em:

<https://www.energiaquefalacomvoce.com.br/2020/03/04/eficiencia-energetica-centro-gestao-cidades-inteligentes/>. Acesso em 07 de Novembro de 2020.

DUTTA, S. (Ed.). (2011). **The Global Innovation Index 2011:** accelerating growth and development. Fontainebleau: INSEAD.

CIDADES INTELIGENTES: oportunidades e desafios para o estímulo ao setor no Brasil

Jeanne Ribeiro Rosa – UNIFASC – jeanneribeiro@outlook.com
Mikaela Ribeiro de Passos– UNIFASC – mikaelaribeiropassos@outlook.com
Victor Hugo Alves Silva – UNIFASC – victorhugo.alvess@hotmail.com
Alisson Gonçalves Martins – UNIFASC – alissongmartins@hotmail.com

Resumo: Nas cidades inteligentes, as oportunidades e desafios para o estímulo ao setor no Brasil, são uma reflexão na qual não se trata apenas de aplicações de tecnologia nas cidades, mas sim, de como são combinadas tecnologia, gestão urbana e o exercício de novos modelos, procurando identificar o potencial e os desafios para o desenvolvimento das cidades inteligentes no Brasil, nos diferentes âmbitos como economia, mobilidade, governança, meio ambiente, saúde e segurança. O crescimento populacional exige que as governanças pensem na estruturação das cidades para oferecer qualidade de vida e evitar problemas sociais e econômicos, com a necessidade cada vez maior de se melhorar a qualidade de vida nos grandes centros, o investimento em cidades inteligentes é uma excelente opção pois não visam somente o desenvolvimento tecnológico, ela visa à estruturação de uma cidade em ações que podem acontecer em vários setores como planejamento urbano, habitação social, energia, mobilidade urbana, coleta de lixo, controle da poluição do ar, entre outros.

Palavras–chave: Gestão Urbana. Tecnologia. Investimento.

Introdução

As cidades inteligentes são aquelas que relacionam o uso da tecnologia com a melhora da qualidade de vida, gerando cidades mais eficientes e desenvolvidas, partindo da premissa de que uma cidade deve ser projetada para as pessoas, buscando não apenas melhorias urbanas, como também no aspecto sustentável, essas cidades têm como principais características a conectividade, mobilidade, sustentabilidade, boa governança e economia. Destacando que as maiores dificuldade que se pode ter na execução de uma cidade inteligente é a conectividade de rede, pois é através dela que todos os sensores funcionam e se a mesma não é de extrema qualidade não traz garantia de eficiência. A padronização de dados é outro ponto que tem que ser contemplado com atenção, pois é através dele que se controla transito e segurança. Mais esses pontos já são destacados no planejamento de uma cidade como pontos de maiores dificuldades para terem uma

atenção desde o início e com isso já serem solucionados, pois é possível fazer dar certo com total certeza.

As cidades inteligentes objetivam uma cidade totalmente estruturada, com conectividade total, extrema qualidade de vida, saúde e segurança. Uma cidade aonde lixo é recolhido por coleta seletiva e a natureza é prioridade. É aonde qualquer cidadão se orgulha de viver, aonde não existe caos, pois é tudo planejado para fluir corretamente.

Desenvolvendo mais o assunto, segundo a ONU (2015, pg.1),

> Uma cidade inteligente e sustentável é uma cidade inovadora que aproveita as tecnologias de informação e comunicação para melhorar a qualidade de vida, a eficiência da operação e os serviços urbanos e a competitividade, respondendo, ao mesmo tempo, às necessidades das gerações presentes e futuras no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

As cidades inteligentes conseguem solucionar problemas e outras demandas com a ajuda de tecnologias, com o objetivo de promover o bem–estar dos cidadãos, aumentar o nível de sustentabilidade e alavancar o crescimento econômico, de acordo com Caragliu, Bo e Nijcamp (2011, p. 57), "o rótulo cidades inteligentes, deve, portanto, apontar para soluções inteligentes permitindo cidades modernas, capazes de prosperar, através de melhorias qualitativas e quantitativas na produtividade".

É notável que a implementação inteligente para as cidades é uma grande evolução e oferece diversos benefícios, mas há alguns riscos e limitações que devem ser analisados previamente com cautela para evitar problemas futuros. Tais quais relacionados à segurança de informação e privacidade, pois as entidades, corporações e os residentes das cidades ficam expostos a vulnerabilidades cibernéticas. Além dos riscos digitais na falta de compartilhamento de informações e os riscos cibernéticos, há os problemas físicos como os problemas de financiamento, os problemas perceptivos, como o ecossistema limitado, além de possíveis impactos ao meio ambiente ao planejar projetos para a cidade inteligentes, tais quais com o objetivo de reduzir e aplacar os mesmos. E por fim, os riscos colaborativos, com problemas de privacidade e falta de participação da população e entidades.

Na parte de metodologia, este resumo estendido demonstra uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo para fundamentação teórica, constituído

principalmente de livros, sites da internet, autores renomados, baseado nas cidades inteligentes, suas oportunidades e desafios para o estímulo ao setor no Brasil. Teve como objetivo estudar e compreender as vantagens e os riscos da implementação inteligente para as cidades.

Concluindo, pode-se dizer que com o constante crescimento da população e viabilizando a qualidade de vida dos mesmos, percebe–se a necessidade de ter educação, saúde e segurança de alto nível, para não comprometer o funcionamento e aprimoramento da cidade em si. Pensando nesse conceito, explorou–se o tema de cidade inteligente: oportunidades e desafios para o estímulo ao setor no Brasil, de forma a viabilizar que governos, entidades, corporações e os cidadãos possam enfrentar e resolver problemas organizacionais, sociais e do meio ambiente, por meio da implementação inteligente para as cidades.

Para as cidades do Brasil, recomenda–se estar abertas e para a inovação, participação, ter uma liderança forte, com boas práticas de governança, focar em soluções centradas para os cidadãos, elaborar modelos de governança que preze todas as áreas de foco e implementar um serviço tecnológico seguro.

Referências:

AGENCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Cidades inteligentes:** Oportunidades e desafios para estímulo ao setor no Brasil. Disponível em: <http://inteligencia.abdi.com.br/wpcontent/uploads/2017/08/20180911_ABDI_relatorio_5_cidades–inteligentes–oportunidades–e–desafios–para–o–estimulo–ao–setornobrasil_WEB.pdf>. Data deacesso: 02 de Novembro de 2020.

CARAGLIU, A; DEL BO, C. & NIJKAMP, P. **Cidades inteligentes**. Disponível em: <https://www.gta.ufrj.br/ensino/eel878/redes120161/16_1_2/smartcity/smartcity/desafios.html>. Data de acesso: 04 de Novembro de 2020.

FGV PROJETOS. **O que é uma cidade inteligente?** Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o–que–e–uma–cidade–inteligente>.Data de acesso: 29 de Outubro de 2020.

ONU. **Cidades inteligentes.** Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/21–Cidades–Inteligentes_final.pdf>. Data de acesso: 04 de Novembro de 2020.

SOARES, N. V. **Cidades Inteligentes**: Guia para Construção de Centros Urbanos Eficientes e Sustentáveis. Editora Saraiva, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530314/. Acesso em: 03 de Novembro de 2020.

TECNOLOGIA NA CONTABILIDADE

OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TECNOLOGIA DIGITAL NA AUDITORIA EXTERNA

Dieniffer Brunielle Silva – UNIFASC – dieniffer282000@gmail.com
Isabela Venâncio Nascimento – UNIFASC – iiisanv@gmail.com
Maria Eduarda Marques Eleutério – UNIFASC – mariaeduardamarquessoares2000@gmail.com
Nithielle Nogueira Oliveira – UNIFASC – nithy_oliveira@hotmail.com
Andreia Aparecida Borges – UNIFASC – andreiaa_borges@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho trata-se do desenvolvimento da tecnologia digital na área de auditoria externa com o intuito de otimizar o sistema ganhando tempo e custo. Auditores independentes estão se capacitando e buscando ferramentas para se especializarem no atendimento de grandes e pequenas empresas com métodos eficazes e dinâmicos para que a auditoria se torne presente no dia a dia das empresas auditadas. Com todo esse desenvolvimento tecnológico tende-se a crescer e melhorar a comunicação entre eles, com ferramentas e aplicativos que facilita essa comunicação. E com o aumento da concorrência algumas operações parecem ser duvidosas, os auditados selecionam com cautela os serviços contratados, então muitas das vezes não adianta ter um preço acessível, é preciso credibilidade diante dos concorrentes, e sempre buscar a inovação, por que só o trabalho de auditoria em si não será suficiente para atender as necessidades das organização que estão cada vez mais exigentes, buscando um retorno para que suas organizações mantenha-se em alta e regular perante o mercado, e com o auxílio da auditoria digital ficará mais fácil identificar e solucionar problemas nas organizações.

Palavras-chave: Tecnologia, Auditoria Externa, Revolução Tecnológica.

Introdução

A importância de realizar uma auditoria seja ela interna onde é feita pelos auditores da própria empresa que visa verificar se a organização e os processos estão

sendo feito corretamente e apontar onde estão os erros, ou externa que é feita por auditor independente que tem por finalidade analisarem procedimentos das demonstrações contábeis, e que algumas grandes empresas são obrigadas por lei. Nesse resumo vamos discorrer o assunto sobre a auditoria externa com a evolução da tecnologia digital, e a melhoria da comunicação entre auditores e auditados.

Esse trabalho tem como objetivo retratar o avanço da tecnologia digital na auditoria externa e quão é importante para as organizações, mostrando credibilidade e transparência, diante dos clientes e fornecedores.

Este resumo estendido tem como principal metodologia a pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo para fundamentação teórica, constituído principalmente de livros, artigos renomados, baseado nas cidades inteligentes, suas oportunidades e desafios para o estímulo ao setor no Brasil. Tem como objetivo estudar e compreender as vantagens e os riscos da implementação inteligente para as cidades.

A auditoria externa ganhou mais espaço em 1972, pela Lei nº 4.728 que regulamentou o mercado de capitais. Foi quando a legislação brasileira mencionou pela primeira vez a expressão "auditoria independente". Depois o Banco Central do Brasil tornou obrigatória a auditoria **e**xterna para quase todas as instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional e companhias abertas.

A auditoria externa começou a se desenvolver é se tornar uma pratica regular por que as multinacionais expandiram para todo Brasil e para conseguir financiamento é obrigatório apresentar a auditoria, onde o governo brasileiro depois de algumas fraudes de sonegação de impostos e escândalos, viu a necessidade de adotar uma série de medidas para regularização aqui no Brasil, assim surgiu CVM – Comissão de Valores Mobiliários formada para disciplinar e estabelecer medidas de atuação no mercado de valores, dentre elas a competência para disciplinar e fiscalizar as atividades de auditoria." Isso possibilita maior fidedignidade das informações e maior segurança dos investidores". Anadrezo e Lima (op. Cit., p. 127).

Estamos vivendo na "Era da Informação" que é um terceiro ciclo da Revolução Industrial, onde a tecnologia digital vai dominar todas as áreas e a sociedade, junto vem o avanço no desenvolvimentos de softwares, e como os computadores e notebooks conseguem se comunicar com rapidez isso inclui programas, aplicativos, e software

específico em auditoria, ao contrário dos auditores em 1990 que precisavam fazer uma extensa pesquisa olhando e conferindo nos livros de entrada e saída, apresentando para organizações extensos relatórios .

Com a digitalização das empresas, isso significa que vai gerar mais bancos de dados com essas informações, os auditores precisam usá-las da melhor forma possível para aproveitamento de dados assim os auditores podem fornecer auditoria de alta qualidade e colocando mais ênfase na identificação de riscos as organizações.

"Não se trata só dos sistemas de computadores que os clientes possam usar para fazer sua contabilidade, mas sim de automatizar os sistemas utilizados pelas firmas de auditoria. (HSM Management, n.4, set./out., 1997, p.138)."

A auditoria no Brasil vive em constante mudanças, visto que o acesso a informações está fácil e a proliferação das empresas, isso se dá pela quantidade de empresários jovens em busca da veracidade das informações, do correto cumprimento das metas, e a aplicação do capital investido de forma lícita e o retorno do investimento, para atender as exigências dos empresários, os auditores terão que sempre buscar pela inovação.

"Téboul (1999:252-254) A inovação e as novas tecnologias estão aptas a melhorar a produtividade e fornecer vantagem competitiva nos serviços, como foi o caso da indústria?" A tecnologia digital busca melhorar aquilo que já se tem, com o mercado competitivo o auditor buscara as melhores ferramentas tecnológicas para superar as expectativas dos seus clientes.

"Ohmae (In: Montgomer y & Porter, 1998:68) esclarece que as realidades competitivas formam o ambiente para que sejam testadas as estratégias; contudo, estão definidas na perspectiva do cliente."

Assim a tecnologia digital gera eficiência, aumento de qualidade com automação dos processos e uso dos bancos de dados para um futuro, não muito distantes, termos a facilidade de comunicar com os clientes através de aplicativos em tempo real, onde poderá lançar informações e emitir relatórios para tomadas de decisões.

Pode-se concluir que as organizações e os profissionais envolvidos em auditoria, compreenderam tais vantagens da tecnologia e demonstram estar promovendo métodos para educar e prevenir em seus procedimentos de trabalho, como por exemplo, criando

novos modelos eletrônicos de relatórios que indicam que os problemas encontrados já foram ou estão sendo solucionados pelos próprios auditados, novas formas de melhorar o relacionamento entre auditores e auditados e incentivando o comportamento ético.

REFERÊNCIAS:

https://portaldeauditoria.com.br/o-uso-da-tecnologia-em-favor-da-auditoria-interna/

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000100002&lng=pt&tlng=pt

https://blog.sigecloud.com.br/importante-auditoria-empresa/

RICHARDSON, Rober to Jarr y. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

VANASCO, Rocco R. Auditor independence: an international perspective. Managerial Auditing Journal, volume 11. issue 9, 1996.

PROFISSÃO DO CIENTISTA DE CONTABILIDADE NO SÉCULO XXI: DESAFIOS INERENTES

NOVAS PERSPECTIVAS DO PAPEL DO CONTADOR NA ERA DIGITAL

Vanessa Mendes de Oliveira – UNIFASC – vmoez568@gmail.com

Matheus Henrique C. Azevedo – UNIFASC – mmatheusiub0103@hotmail.com

Andressa Silva Araújo – UNIFASC – andressasaraujo02@gmail.com

Orientadora: Karolina Cestari Resende – UNIFASC – karolinacestari@me.com

Resumo: A transformação digital tem impactado todas as áreas de nossas vidas. Com o passar dos anos e o avanço da tecnologia, foram desenvolvidos *softwares* e robôs que passaram a exercer funções antes executadas por humanos, por exemplo, na área contábil. Este trabalho apresenta como objetivo geral discutir os impactos da era digital no papel profissional e na carreira do contador, buscando entender formas de se adaptar a este novo cenário. Utilizando como método a pesquisa bibliográfica, o referencial teórico aborda os conceitos centrais da nova era da contabilidade, o papel profissional e carreira do contador, bem como as habilidades e competências exigidas no século XXI. Conclui–se que, em virtude das transformações digitais, existe uma necessidade maior de capacitação desses profissionais. Tais profissionais terão que se especializar e desenvolver competências, como: proatividade, perfil inovador e prontidão à tecnologia. Portanto, este trabalho auxiliará o profissional contador a saber quais habilidades ele deverá possuir para se manter ativo e competitivo no mercado.

Palavras–chave: Contabilidade. Era digital. Capacitação Profissional.

Introdução:

O ano de 2020 tem sido um período de incertezas para o mercado em geral, mas também marcado pela inovação em vários segmentos. Toda instabilidade causada pela pandemia fez com que houvesse uma maior implementação da tecnologia, fazendo com que vários profissionais tivessem que modificar seu modo de trabalhar – entre eles, o contador. Já há algum tempo que os *softwares*, máquinas e robôs vêm exercendo as funções deste profissional, e com o passar dos anos, a tendência é automatizar o máximo possível os escritórios contábeis. A contabilidade é uma área de extrema importância dentro da empresa. Segundo Barros (2002, p. 01) "pode–se definir a Contabilidade como uma ciência social que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativas aos atos e fatos da administração e da economia." Este trabalho apresenta como problema de pesquisa analisar: Como o avanço da era digital pode impactar na carreira dos contadores e o que deverá ser feito para minimizar este

impacto? O objetivo geral dessa pesquisa é discutir os impactos da era digital no papel profissional e na carreira do contador, buscando entender formas de se adaptar a este novo cenário. Pode–se enumerar ainda alguns objetivos específicos, são eles: (1) Avaliar o cenário atual da contabilidade na era digital, (2) Discutir sobre o futuro da carreira do contador e como agregar valor aos serviços neste cenário, (3) Entender quais habilidades e competências o contador deverá possuir para não perder seu lugar no mercado. Como justificativa, apresenta–se o fato de demonstrar aos profissionais da área quais os benefícios de se empregar mecanismos digitais na execução de suas funções e ainda qual a importância de sua capacitação de acordo com a era digital. Em relação ao método, trata–se de uma pesquisa básica, qualitativa, exploratória e bibliográfica. Baseado na literatura contemporânea, advinda após o ano de 2000, o referencial teórico do trabalho aborda os conceitos centrais da era digital da Contabilidade, o papel profissional e carreira do contador, bem como as habilidades e competências exigidas para o contador do século XXI. A era digital, época compreendida do final do século XX em diante, refere–se ao período em que tudo começou a ser automatizado, as indústrias passaram a substituir a mão de obra humana por máquinas e não foi diferente nos escritórios destas empresas, em que as funções básicas a serem exercidas pelo contador passaram a ser desempenhadas por *softwares*, máquinas e robôs. Alguns anos atrás o contador era visto apenas como um profissional que guardava os livros contábeis e zelava do balanço patrimonial, no entanto, como ainda não existia tecnologia, muitas vezes as demonstrações contábeis – que eram essenciais na tomada de decisão – demoravam a ser entregues pelo contador. Segundo Corrêa (2020), a partir da chegada de mecanismos tecnológicos que esta situação se transformou, fazendo com que o contador começasse a utilizar ferramentas de última geração para receber registros e atuar em tempo real. Com tudo isso, enxergou–se a necessidade do contador se especializar e desenvolver habilidades de acordo com a nova era digital. Dentre as habilidades e competências exigidas para o contador do século XXI, está a proatividade, um perfil inovador e que não tenha aversão ao risco, além da capacidade de lidar com a tecnologia – para que saiba trabalhar com os novos recursos disponibilizados pela era digital (TAVEIRA; MACIEL, 2020). O profissional que não possuir tais habilidades, não conseguirá se manter no mercado de forma competitiva,

pois perderá seu lugar para aqueles que se preocuparam em desenvolver essas competências. Cabe acrescentar que nas grandes decisões, não há decisões sem números, análises e testes, por isso, a importância desse profissional e seu conhecimento (CARDOSO; DE SOUZA; ALMEIDA, 2006). Sendo assim, conclui–se que é de extrema importância que o contador se atualize para que consiga fazer da era digital não um problema, mas sim, uma aliada nos avanços da profissão.

Referências:

BARROS, Gilda Naécia Maciel. **Rousseau e a questão da cidadania**. Disponível em <http://www.hottopos.com/convenit2/rousseau.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

CARDOSO, Jorge Luiz; DE SOUZA, Marcos Antônio; ALMEIDA, Lauro Brito. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **Revista Base** (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 3, 2006, pp. 275–284 Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil.

CORRÊA, Luiz: **Qual o papel do contador nos dias atuais?** Disponível em: < https://contadores.contaazul.com/blog/qual–o–papel–do–contador> Acesso em: 02 de novembro de 2020.

TAVEIRA, Elizandra Maia; MACIEL, Luiz Emilio Santos**. O perfil do Contador do Século XXI**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós–Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2007.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

AGROTÓXICOS: CRIMES NO ESTADO DE GOIÁS EM 2019

Charles Ivo de Oliveira Júnior – IFG – charlesivo@outlook.com
Alessandra Timóteo Cardoso – UFG – alessandracardoso22k@gmail.com
João Paulo Victorino Santos – IFG – joao.santos1@ifg.edu.br
Mansuêmia Alves Couto de Oliveira – UNIFASC – mansuemia@gmail.com
Simone Machado Goulart – IFG – simone.goulart@ifg.edu.br

Resumo: Dentre os crimes ambientais com substâncias tóxicas, a utilização e a comercialização incorreta de agrotóxicos estão entre os mais envolvidos. Essa pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico para identificar os crimes relacionados ao uso de agrotóxicos no estado de Goiás no ano de 2019. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa realizada em noticiários do estado de Goiás. Os casos analisados foram três crimes ambientais ocorridos nas cidades de Itumbiara, Pontalina e em Goiânia. O primeiro deles foi um descarte incorreto de sementes de soja tratadas com agrotóxicos e os outros dois foram apreensões de produtos que seriam comercializados ilegalmente em todo o estado. Os resultados apresentados nessa pesquisa são de extrema importância para incentivar as discussões no meio acadêmico e a conscientização da população em geral.

Palavras-chave: Crimes. Ambiente. Agrotóxicos. Comércio ilegal.

INTRODUÇÃO

Os agrotóxicos, quando utilizados de forma incorreta, são um dos principais agentes tóxicos relacionados aos crimes ambientais e contra a saúde humana, podendo causar intoxicação aguda em situações acidentais ou com finalidade criminosa e até mesmo em tentativas de suicídio (NEVES, et. al., 2020). Em virtude dos fatos apresentados, esse trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica nos noticiários do estado de GO para identificar os crimes relacionados ao uso de agrotóxicos no ano de 2019.

Segundo o autor supracitado na saúde, há dois tipos de efeitos, que pode ocorrer direta e indiretamente. As intoxicações do trabalhador rural são por via direta, com intoxicações agudas e crônicas, e por via indireta, ao ingerir um alimento. Referente à contaminação ambiental, os agrotóxicos podem agir também de duas

formas: armazenando-se na biota ou contaminando as águas e o solo, sejam no próprio local de uso ou à distância.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em noticiários do estado de Goiás para identificar crimes relacionados à comercialização ilegal e o uso ou descarte incorreto de agrotóxicos. Foi realizado um recorte referente ao ano de 2019. A metodologia utilizada foi qualitativa, com o objetivo de analisar os crimes ocorridos no estado e conscientizar a comunidade acadêmica dos problemas para o ambiente e a saúde da população.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A mídia do estado de Goiás frequentemente, tem divulgado casos a fim de expor os crimes ambientais à sociedade e conscientizar a população o quão prejudicial é o uso de agrotóxicos. Como resultado desse trabalho serão apresentadas algumas reportagens do ano de 2019 sobre o descarte incorreto de agrotóxicos e a comercialização ilegal desses produtos químicos. As cidades envolvidas foram Itumbiara, Pontalina e Goiânia.

Caso 1 - No dia 15 de março de 2019 o Jornal Local da TV Anhanguera reportou o caso de um descarte incorreto de 20 sacas de sementes de soja próximo a uma nascente de água que fica no Município de Itumbiara. No lote das embalagens constava que as sementes estavam vencidas a aproximadamente cinco anos e possuíam uma coloração azul, caracterizando o tratamento com agrotóxicos. Através da identificação que consta na sacaria os fiscais da AGRODEFESA entraram em contato com a empresa que comercializou as sementes de soja, os responsáveis ao serem notificados declararam não possuir os mapas de distribuições dos lotes apreendidos, o caso foi arquivado (NASCIMENTO, 2019).

Caso 2 – No dia 02/12/2019 duas toneladas de agrotóxicos contrabandeados avaliados em 4 milhões são apreendidas em Goiânia, o motorista admitiu aos policiais

que pegou o caminhão no Paraná, na divisa com o Paraguai, o carregamento seria entregue em um posto em Goiânia. Segundo a PRF, o caminhoneiro observou que as equipes policiais estavam se aproximando e tentou fazer de forma brusca uma manobra em direção ao Anel Viário. No entanto, ele foi alcançado pelas equipes e forçado a parar (MARTINS, 2019).

Caso 3 – A Polícia apreendeu uma tonelada de agrotóxico no dia 03/12/2019 na cidade de Pontalina, o material vinha do Paraguai e era distribuído por todo o estado de Goiás. A **Polícia Militar** chegou até o local após denúncia recebida através de telefone, os policiais avistaram dois veículos com carroceria. Nos veículos, as equipes encontraram uma quantidade de agrotóxico sem registro e documentação. Os policiais voltaram então para a fazenda onde estavam escondidos os restantes dos agrotóxicos e encontraram o restante do material contrabandeado (PINHEIRO, 2019).

A exposição do assunto agrotóxicos na mídia faz com que a área forense (ou criminal) passe a ser vista como uma ciência aplicada, diferente do estereótipo de que ciência é algo distante, ministrada por um grupo seleto de intelectuais, despertando o interesse da sociedade (MOTA; DI VITTA, 2016). Tal representatividade permite a maior produção de trabalhos acadêmicos, havendo assim maior divulgação nesse meio, gerando maior conscientização sobre o uso correto dos agrotóxicos.

CONCLUSÕES

Na produção agrícola cada agrotóxico deve ser utilizado conforme as normas estabelecidas pelos órgãos de fiscalização, sendo assim deve ser aplicado apenas nas culturas indicadas dentro das concentrações estabelecidas. Como alguns agrotóxicos são altamente tóxicos e eficientes em matar pragas, muitos agricultores os utilizam de maneira incorreta e adquirem esses compostos através do comércio ilegal para potencializar a produtividade, isso pode gerar problemas ambientais e de saúde pública.

REFERÊNCIAS:

MARTINS, V. Duas toneladas de agrotóxicos contrabandeados avaliados em R$ 4 milhões são apreendidas, em Goiânia. **G1 Goiás,** 03 de dez de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/12/03/duas-toneladas-de-agrotoxicos-

contrabandeados-avaliadas-em-r-4-milhoes-sao-apreendidas-em-goiania.ghtml >. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

MOTA, L.; DI VITTA, P. B. Química Forense: Utilizando Métodos Analíticos em favor do Poder Judiciário. **Revista Oswaldo Cruz,** 2016.

NASCIMENTO, G. Sacas de Soja contaminadas são descartadas em nascente de Itumbiara-GO. **Produção de Goiás: TV Anhanguera.** 2019. (2min).

NEVES, P. D. M.; MENDONÇA, M. R. BELLINI, M.; PÔSSAS, I. B. Intoxicação por agrotóxicos agrícolas no estado de Goiás, Brasil, Brasil, de 2005-2015: analise dos registros nos sistemas oficiais de informação. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 25, n.7, p. 2743-2754, 2020.

PINHEIRO, E. Polícia apreende uma tonelada de agrotóxico contrabandeado em Pontalina. **Mais Goiás,** 04 de dez. 2019. Disponível em <https://www.emaisgoias.com.br/policia-apreende-uma-tonelada-de-agrotoxico-contrabandeado-em-pontalina/ >. Acesso em: 06 de dez. de 2019.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA PARA A SAÚDE AMBIENTAL

Mansuêmia Alves Couto de Oliveira – Agrodefesa – mansuemia@gmail.com
Rodrigo Baiocchi Lousa – Agrodefesa
Márcio Antônio de Oliveira e Silva – Agrodefesa – márcio-ao@agrodefesa.go.gov.br

Resumo: O Sistema de Inteligência e Gestão Estadual de Agrotóxicos (SIGEA) foi implementado em 2019 pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária, com amparo da legislação federal, estadual e da instrução normativa nº 03/2019 da Agrodefesa. Foi instituído o Agroativo, que visa identificar os estabelecimentos rurais e comerciais, por meio da aplicação de um checklist, quanto ao cumprimento da legislação de agrotóxicos nos parâmetros legais. O objetivo do presente trabalho foi a realização de um levantamento de dados sobre fiscalizações em propriedades agrícolas e verificação dos efeitos na cadeia produtiva. No ano de 2020 foram realizadas 1.387 check list em 1.195 propriedades do estado de Goiás. Nas propriedades rurais em que houve uma segunda visita com aplicação do checklist, observou-se melhora do grau de conformidade em 37,24% dos estabelecimentos. Isso reflete o compromisso do produtor rural goiano com as boas práticas agrícolas juntamente ao trabalho de fiscalização e educação sanitária realizado pelos fiscais da Agrodefesa.

Palavras-chave: Agrotóxicos. Boas práticas agronômicas. Agricultura sustentável.

INTRODUÇÃO

O setor agrícola tem o desafio de produzir cada vez mais sem aumentar áreas plantadas para alimentar a população crescente, de forma sustentável. Para defender as lavouras do ataque de insetos, plantas daninhas e doenças pode-se fazer o uso de agrotóxicos. Entretanto, torna-se necessário a utilização das boas práticas agronômicas.

Considerando que o uso adequado dos defensivos agrícolas é fundamental a sustentabilidade ambiental, a produção e a oferta de alimentos seguros à população a foi implementado o SIGEA - O Sistema de Inteligência e Gestão Estadual de Agrotóxicos (Instrução Normativa 03/2019 – Agrodefesa). Foi instituído o AGROATIVO, que visa identificar os estabelecimentos rurais e comerciais, por meio da aplicação de um checklist, quanto ao cumprimento da legislação de agrotóxicos nos parâmetros legais (GOIÁS, 2019). O Checklist constitui-se de um questionário com o qual a propriedade

receberá pontuação de acordo com o atendimento as normas, que por sua vez serão identificados quanto ao grau de conformidade. Com essa listagem é proposto as modificações necessárias no armazenamento, no uso da receita agronômica, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e devolução correta de embalagens vazias, bem como manutenção de documentos na propriedade e comprovação de treinamento prévio, conforme a legislação em vigor.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento de todas as fiscalizações com a utilização do Agroativo, realizadas durante o ano de 2020, e lançadas no Sistema de Defesa Agropecuária de Goiás (Sidago) da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa). O levantamento foi realizado na plataforma SIDAGO no dia 13 de novembro de 2020. Vale mencionar que o site é atualizado diariamente pelos fiscais com o lançamento dos termos de fiscalização e do checklist.

Durante as fiscalizações nas propriedades rurais procede-se o preenchimento do checklist permitindo a identificação das propriedades rurais quanto ao grau de conformidade com as exigências legais pertinentes quanto ao uso, armazenamento e devolução de embalagens vazias de agrotóxicos agrícolas, assim classificado:

I – Baixo grau de conformidade (vermelho);

II – Médio grau de conformidade (amarelo);

III – Alto grau de conformidade (verde).

CONCLUSÕES

No ano de 2020 foram realizadas 1.387 fiscalizações com o preenchimento do check list do Agroativo, em 1.195 propriedades diferentes do estado de Goiás. Verificou-se que 228 propriedades apresentaram baixo grau de conformidade, correspondendo a 16,48%. Nas propriedades rurais em que houve uma segunda visita com aplicação do checklist, observou-se melhora do grau de conformidade em 37,24%. Isso reflete o compromisso do produtor rural goiano com as boas práticas agrícolas

juntamente ao trabalho de fiscalização e educação sanitária realizado pelos fiscais da Agrodefesa. As atividades do Agroativo estimulam a utilização segura e eficaz de agrotóxicos, com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais para os seres humanos e ao meio ambiente, bem como contribuir com a prevenção de acidentes oriundos de sua utilização imprópria, indo ao encontro das boas práticas agrícolas e da melhoria na produção, beneficiamento, comércio, distribuição e consumo de alimentos seguros.

REFERÊNCIAS:

GOIAS, 2019. Instrução Normativa (IN) nº 03/2019, de 4 de outubro de 2019. Disponível em: https://sidago.agrodefesa.go.gov.br/site/adicionaisproprios/protocolo/arquivos/734767.pdf. Acesso em 13/11/2020

USO DE POLÍMERO ORGÂNICO NO DESENVOLVIMENTO INICIAL DE MUDAS DE CANA-DE-ACÚCAR

Abjanir Vieira da Costa Neto – UNIFASC – abjanir_14@hotmail.com
Lucas do Carmo Miranda– UNIFASC – lucasdocarmo.007@gmail.com
Luan José Magalhães da Silva – UNIFASC – luanjosetiti@gmai.com
Thiago Mendonça Costa Claudino – UNIFASC – claudinothiago33@gmail.com
Marcio Augusto Barros de Carvalho – UNIFASC – márcio.0666@outlook.com
Mansuêmia Alves Couto de Oliveira – UNIFASC – mansuemia@gmail.com

Resumo: O objetivo principal desse estudo foi avaliar o desenvolvimento de mudas de cana-de-açúcar com diferentes modos e frequência de aplicação do polímero orgânico reticulado STOCKOSORB® 660. O experimento foi conduzido na faculdade Santa Rita de Cássia (UNUNIFASC). Foram instalados dois experimentos, sendo o um em delineamento experimental inteiramente casualizado e outro em delineamento em blocos casualizados para que fosse comparado a eficiência dos delineamentos. Foram utilizados quatro tratamentos e cinco repetições. Os tratamentos utilizados foram (T0: sem o hidrogel; T1: hidrogel não hidratado no plantio; T2: hidrogel pré-hidratado no plantio e demais irrigações sem o produto; T3: hidrogel pré-hidratado no plantio + todas as demais irrigações com o hidrogel diluído). Avaliou-se: periodicidade de irrigação, número de perfilho, peso seco, peso fresco e comprimento de raíz. Foi possível observar que houve crescimento de raízes secundárias nas parcelas onde se utilizou hidrogel e, na testemunha (T0) houve maior crescimento de raiz pivotante em busca de água nas áreas mais profunda.

Palavras-chave: Condicionante do solo; STOCKOSORB® 660; déficit hídrico.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, tendo grande importância para agronegócio brasileiro (CONAB, 2019). Diante da crescente demanda de açúcar, álcool e bioenergia torna-se necessário o aumento de produtividade por meio de adoção de novas tecnologias tais como mudas pré-brotadas (MPB) e hidrogéis. Os polímeros sintéticos são recomendados para uso agrícola como condicionadores de solo por melhorarem as propriedades físico-químicas dos solos, reduzirem o número de irrigações e as perdas de nutrientes. O uso de hidrogel visa reduzir a vulnerabilidade

das mudas de cana-de-açúcar no pós-plantio pela escassez de água (BASÍLIO, 2019). O objetivo principal desse estudo foi avaliar o desenvolvimento de mudas de cana-de-açúcar com diferentes modos e frequência de aplicação do polímero orgânico reticulado STOCKOSORB® 660.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram instalados, no dia 14 de março, na área da Faculdade Santa Rita de Cássia dois experimentos, sendo um em delineamento inteiramente ao acaso (DIC) e o outro em blocos casualizados (DBC). Para os dois experimentos foram utilizados os mesmos tratamentos (T0: Testemunha; T1: TOCKOSORB® 660 MICRO **não** hidratado aplicado direto na cova de plantio / após plantio irrigar com 4 L de água; T2: 1 g STOCKOSORB® 660 MICRO + 4 L água e demais irrigações apenas com água; T3: 1 g STOCKOSORB® 660 MICRO + 4 L água e as demais irrigações com 1 g STOCKOSORB® 660 MICRO + 4 L água), números de repetições e tamanho de parcela.

O objetivo da instalação de dois delineamentos diferentes foi de verificar a eficiência do controle local. Foram utilizados: 5 repetições, e a parcela foi constituída de uma planta por vaso de 10 L. As variáveis avaliadas foram: Periodicidade de irrigação; comprimento de raiz, número de perfilhos, peso fresco e peso seco. A avaliação da periodicidade de irrigação foi realizada diariamente as 17:30 h onde se fez avaliação visual do solo. Após 42 dias a avaliação foi realizada a colheita, lavagem das raízes, pesagem e medição do comprimento. Em seguida as raízes foram mantidas por 48 h em estufa a 65 º C e calculado a relação peso seco/peso fresco. Para verificar a eficiência relativa (ER) do DBC em relação ao DIC, inicialmente estimou-se o quadrado médio do erro (QM erro) pela expressão de Steel & Torrie (1980) citado por Ramalho et al., 2000. Assim, a ER do delineamento de blocos ao acaso em relação ao inteiramente ao acaso foi obtida por:

ER = QM erroDIC / QM erro = (r-1)(QMbloco + r(t-1)QMerro / (rt-1) QMerro

CONCLUSÕES

O uso de hidrogel proporcionou um aumento no número de perfilho por planta, podendo refletir positivamente em produtividade. Para variável peso fresco, os tratamentos T3, T2 e T1 apresentaram maior peso. Com isso pode-se inferir que a presença de hidrogel proporcionou um acréscimo no peso radicular. Outro resultado, interessante, foi observado para variável comprimento de raiz pois, com aumento da quantidade de hidrogel, tratamento 4, houve aumento de raízes secundárias e menor crescimento da raiz pivotante. Isso ocorre porque havia água suficiente na região mais superficial e por isso não foi necessário que a raiz se dirigisse as camadas mais profundas, corroborando com resultados apresentados por Marques et. al (2017). Analisado a eficiência dos delineamentos foi possível verificar maior eficiência do DBC em relação ao DIC para todas as variáveis analisadas, destacando a importância do princípio da experimentação controle local.

REFERÊNCIAS:

BASÍLIO, P.P. **Desenvolvimento inicial do broto principal e perfilhamento de mudas prébrotadas de cana-de-açúcar, em função do uso de bioestimulante, micronutrientes e hidrogel**. 32p. 2019. (Dissestração UFO)

CONAB. **Companhia Nacional do Abastecimento**. Acomp. safra bras. cana, v. 6 - Safra 2019/20, n. 3 - Terceiro levantamento, Brasília, p. 1-58 dezembro de 2019. Disponível em : <conab.gov.br/info-agro/safras/cana> Acesso em: 24/02/2020.

MARQUES, T.A.; PRADELA, V.A.; ALVES, V.C.; GODINHO, A.M.M.; ANDREDE JUNIOR, O. É possível melhorar a produção de mudas de cana com polímeros? **Bionergia em revista: dialógos**, ano 7, n. 1p. 19-25, 2017.

RAMALHO, M.A.P.; FERREIRA,D.F.;OLIVEIRA, A.C. **Experimentação em genética e melhoramento de plantas.** Lavras: UFLA, 2000. 326p.